

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CULTURA E SOCIEDADE – PGCULT
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

ANA NEUZA ARAÚJO FERREIRA

O ENSINO DE MÚSICA NO NORDESTE: um estudo histórico-organizacional sobre a
Escola “Lilah Lisboa de Araújo” em São Luís do Maranhão

São Luís

2014

ANA NEUZA ARAÚJO FERREIRA

O ENSINO DE MÚSICA NO NORDESTE: um estudo histórico-organizacional sobre a
Escola “Lilah Lisboa de Araújo” em São Luís do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar, da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Ricieri Carlini Zorzal

São Luís

2014

Ferreira, Ana Neuza Araújo.

O ensino de música no Nordeste: um estudo histórico-organizacional sobre a Escola Lilah Lisboa de Araújo, em São Luís do Maranhão / Ana Neuza Araújo Ferreira. – São Luís, 2014.

165 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricieri Carlini Zorzal

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Pós- Graduação em Cultura e Sociedade, 2014.

1. Ensino 2. Música 3. Nordeste. 4. História 5. Escola Lilah Lisboa de Araújo. I. Título.

CDU 78:37

ANA NEUZA ARAÚJO FERREIRA

O ENSINO DE MÚSICA NO NORDESTE: um estudo histórico-organizacional sobre a
Escola “Lilah Lisboa de Araújo” em São Luís do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar, da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricieri Carlini Zorzal (Orientador)

Prof. Dr. João Batista Bottentuit Júnior
1º. Examinador – Membro Interno ao PGCULT

Prof. Dr. Fábio Adour da Câmara
2º. Examinador – Membro Externo ao PGCULT

AGRADECIMENTOS

Sou grata a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho, em especial:

Aos meus pais, Ana Maria e Manoel Messias, pela generosidade de priorizar meus estudos desde sempre.

Ao meu irmão Eugênio Araújo, pelo incentivo, quando tudo era ainda uma vaga ideia, pelas orientações e ajuda com uma bibliografia completamente nova para mim e pelas preciosas discussões durante todo o percurso.

Ao meu irmão Manoel Messias Ferreira Jr, pelo apoio e incentivo constantes, antes e durante esse estudo.

À minha filha, Clara, pela compreensão e carinho nos momentos “complicados”.

À minha amiga irmã Raquel, pelo companheirismo de toda uma vida e a todo o Grupo Pathwork, pela força, solidariedade e acolhimento incondicional.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ricieri Carlini Zorzal, pela disponibilidade em me aceitar como orientanda, em circunstâncias tão delicadas.

Aos Professores da Banca de Qualificação, Prof. Dr. João Batista Bottentuit Júnior e Prof. Dr. Ricardo Bordini, pelas importantes orientações que me forneceram.

Aos Professores da Banca de Defesa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão.

Aos colegas de turma do Mestrado, em especial, Wilma Fahd e Thays Fernanda pelo companheirismo durante a jornada.

A todos os professores da EMEM, em especial os entrevistados: Simão Amaral, Kathia Salomão, Andréa Lúcia, Ciro de Castro, Marcelo Oliveira, Francisco Padilha e Raimundo Luiz, pelas importantes colaborações.

Aos funcionários da Escola de Música do Estado do Maranhão, em especial, Giselda Maria de Oliveira Pires, Maria José Gouveia de Oliveira e Sônia Maria Moraes.

Aos alunos da Escola de Música do Estado do Maranhão, que se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

Esse trabalho é dedicado aos fundadores da Escola de Música do Estado do Maranhão, a todos que fizeram parte da sua história de quarenta anos e aos que a mantêm viva e acreditam no seu trabalho: alunos, professores, gestores, funcionários e amantes da música, em todas as suas formas de expressão.

RESUMO

Esta dissertação é uma pesquisa histórica, de caráter qualitativo e quantitativo, sobre o ensino de Música no Nordeste do Brasil, com ênfase na instituição Escola de Música do Estado do Maranhão “Lilah Lisboa de Araújo” (EMEM). O estudo estabelece o recorte temporal da existência da EMEM em São Luís, de 1974 até os dias atuais, buscando verificar a trajetória da instituição ao longo de quarenta anos de atividade ininterrupta. A pesquisa tem seu foco no aspecto organizacional da instituição e a forma como desenvolve sua atividade pedagógico-musical. O primeiro capítulo apresenta a metodologia e os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa. O segundo capítulo contextualiza o ensino de Música no Nordeste brasileiro através das principais formas de manifestação musical que ali se desenvolveram, a saber: música religiosa, música nas Casas de Educandos Artífices, bandas de música, atividades musicais nos teatros, nas escolas, conservatórios e escolas de música, e Universidades. O capítulo três trata especificamente do ensino de Música no Estado do Maranhão, seguindo os mesmos critérios estabelecidos para os demais Estados do Nordeste. No quarto capítulo, é feito um estudo detalhado da instituição, desde a sua estrutura física aos diversos segmentos que a compõem, quais sejam, gestores, corpo docente e técnico-administrativo e corpo discente. Foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais, como relatórios oficiais, dossiês e programas, localizados no arquivo e biblioteca da instituição e na Secretaria de Estado da Cultura. A pesquisa utilizou a coleta de depoimentos orais, através de entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio, e o questionário como ferramenta para a abordagem do corpo discente iniciante, buscando conhecer e registrar diferentes pontos de vista sobre a EMEM. Os dados recolhidos e analisados possibilitam uma visão orgânica do perfil da instituição estudada, bem como a melhor compreensão das suas características e perspectivas no atual cenário cultural em que se insere.

Palavras-chave: Ensino de música. Nordeste. História. Escola de Música do Estado do Maranhão. Lilah Lisboa de Araújo.

ABSTRACT

This dissertation is a historic research, of qualitative and quantitative character, on music teaching in the Northeast of Brazil, with emphasis on the institution Maranhão State Music School "Lilah Lisbon Araújo" (EMEM). The study establishes the time frame of the existence of EMEM in São Luís from 1974 to the present day, seeking to verify the history of the institution over forty years of uninterrupted activity. The research focuses on the organizational aspect of the institution and the way it develops its pedagogical and musical activity. The first chapter presents the methodology and instruments used for the research. The second chapter contextualizes the Music school in northeastern Brazil through the main forms of musical expression that there developed, namely: religious music, music in Pupils Crafters Home, music bands, musical activities in theaters, schools, conservatories and music schools, and universities. Chapter three deals specifically with music education in the state of Maranhão, following the criteria set forth for the other states of the Northeast. In the fourth chapter, is made a detailed study of the institution, from its physical structure to the various segments that comprise it, namely, managers, teachers, technical and administrative staff, and student body. It was used bibliographical and documentary sources, such as official reports, files and programs, located in the archive and library of the institution and the Ministry of Culture. The research used the collection of oral testimony, through semi-structured interviews recorded in audio, and the questionnaire as a tool to approach the beginner student body, seeking to know and record different views on the EMEM. The data collected and analyzed enable an organic view of the studied institution's profile, as well as a better understanding of its characteristics and prospects in the current cultural scene in which it operates.

Keywords: Music Education. Northeast. History. Music School of Maranhão. Lilah Lisboa de Araújo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sede 01 da EMEM / Av. João Pessoa, nº 44, Monte Castelo, São Luís, MA Sede 01 da EMEM / Av. João Pessoa, nº 44, Monte Castelo, São Luís, MA.....	85
Figura 2	Sede 02 da EMEM / Rua da Saavedra, nº 63, Centro de São Luís, MA	88
Figura 3	Sede 03 da EMEM, Solar da Baronesa de São Bento / Rua Santo Antônio, Centro de São Luís, MA.....	89
Figura 4	Sede 04 da EMEM, Solar Santa Terezinha / Rua do Giz, Centro Histórico, São Luís, MA	91
Figura 5	Estúdio de Gravação Profissional da EMEM / Fonte do Ribeirão, Centro, São Luís, MA	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Idade.....	133
Gráfico 2	Sexo	134
Gráfico 3	Estado civil	135
Gráfico 4	Relação Estudo/Trabalho	136
Gráfico 5	Residência em São Luís	137
Gráfico 6	Primeiro contato com a música.....	138
Gráfico 7	Divulgação da EMEM.....	139
Gráfico 8	Curso Superior de Música.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Casas de Educandos Artífices no Nordeste do Brasil.....	35
Quadro 2	Escolas e Conservatórios de Música no Nordeste do Brasil.....	57
Quadro 3	Licenciaturas em Música no Nordeste do Brasil	65
Quadro 4	Sedes da EMEM	87
Quadro 5	Relação entre as sedes, número de salas e alunos, e cursos oferecidos pela EMEM / Dados atualizados em 2014.....	92
Quadro 6	Gestores da EMEM.....	97
Quadro 7	Professores da EMEM aprovados em concurso público de 2002.....	118
Quadro 8	Qualificação do corpo docente da EMEM em 2014.....	119
Quadro 9	Qualificação do corpo docente da EMEM – 2014.....	120
Quadro 10	Produção acadêmica do corpo docente da EMEM	121
Quadro 11	Corpo Técnico-Administrativo da EMEM	127
Quadro 12	Total de alunos formados pela EMEM até 2014	132
Quadro 13	Relação de matrículas por ano a partir de 2004.....	142

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMEM	- Academia de Música do Estado do Maranhão
AMLF	- Academia de Música Lorenzo Fernandez
AMLG	- Academia de Música Maria de Lourdes Hermes Gondim
AMUSIC	- Associação Musical de Cruzêta
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBM	- Conservatório Brasileiro de Música
CBM-DA	- Conservatório Brasileiro de Música – Departamento de Alagoas
CCA	- Casa de Cultura Artística
CECEN	- Centro de Ciências Exatas e Naturais
CEE	- Conselho de Educação do Estado
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFIS	- Centro de Formação de Instrumentistas do SESI
CEMAR	- Companhia Energética do Maranhão
CENARTE	- Centro de Artes de Alagoas
CEPE	- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEPI	- Centro de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares
CEUMA	- Centro de Ensino Unificado do Maranhão
CIART	- Curso de Iniciação Artística
CLPEA	- Curso de Licenciatura Plena em Educação Artística
CMAN	- Conservatório de Música Alberto Nepomuceno
CMS	- Conservatório de Música de Sergipe
CNCO	- Conservatório Nacional de Canto Orfeônico
CORUFAL	- Coral da Universidade Federal de Alagoas
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
DAC	- Departamento de Assuntos Culturais
DEA	- Departamento de Educação Artística
DEART	- Departamento de Artes
EART	- Escola de Artes de Teresina
EMAN	- Escola de Música Anthenor Navarro
EMAP	- Escola de Música Adalgisa Paiva
EMEM	- Escola de Música do Estado do Maranhão “Lilah Lisboa de Araújo”

EMMUS	- Escola Municipal de Música
EMT	- Escola de Música de Teresina
EMUFRN	- Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
EMUS	- Escola de Música da UFBA
ETA	- Escola Técnica de Artes de Alagoas
ETE	- Escola Técnica de Criatividade Musical
ETFCE	- Escola Técnica Federal do Ceará
FAPEMA	- Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão
FEMACO	- Festival Maranhense de Coros
FNDE	- Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNSC	- Filarmônica de Nossa Senhora da Conceição
FUNARTE	- Fundação Nacional de Artes
FUNC	- Fundação Cultural do Maranhão
FUNDAC	- Fundação Cultural do Piauí
GIMBA	- Grupo de Intérpretes Musicais da Universidade Federal da Bahia
ICA	- Instituto de Cultura e Arte
IFCE	- Instituto Federal de Educação Tecnológica do Ceará
IFPE	- Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
IFPI	- Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí
IMCOSE	- Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEC	- Instituto Superior de Educação Continuada
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MHAM	- Museu Histórico e Artístico do Maranhão
MUSICEUMA	- Escola de Música do Centro de Ensino Unificado do Maranhão
NAE	- Núcleo Arte Educação
NUPEMUS	- Núcleo de Pesquisa em Música
PAES	- Programa de Avaliação Seriada para o Acesso ao Ensino Superior
PERCUMPÁ	- Grupo de Música Contemporânea Instrumental Percussiva
SCA	- Sociedade de Cultura Artística
SCAM	- Sociedade de Cultura Artística do Maranhão

SECMA	- Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
SEDUC	- Secretaria de Estado da Educação
SEMED	- Secretaria Municipal de Educação
SESI	- Serviço Social da Indústria
SMM	- Sociedade Musical Maranhense
SOFISE	- Sociedade Filarmônica de Sergipe
TAA	- Teatro Arthur Azevedo
TJA	- Teatro José de Alencar
UECE	- Universidade Estadual do Ceará
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UERN	- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFAL	- Universidade Federal de Alagoas
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFC	- Universidade Federal do Ceará
UFCG	- Universidade Federal de Campina Grande
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	- Universidade Federal do Piauí
UFRN	- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	- Universidade Federal de Sergipe
UNB	- Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	METODOLOGIA: procedimentos e instrumentos da pesquisa	21
3	O ENSINO DE MÚSICA NO NORDESTE DO BRASIL	25
3.1	Música nas Igrejas	27
3.2	Casas de Educandos Artífices	29
3.3	Bandas de Música	35
3.4	Música nos Teatros	39
3.5	Música nas Escolas e Canto Orfeônico	41
3.6	Escolas e Conservatórios de Música	44
3.7	Cursos Superiores de Música	57
3.8	Cursos de Música nos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia	65
3.9	Uma breve discussão sobre o percurso da educação musical nos Estados do Nordeste	67
4	O ENSINO DE MÚSICA NO ESTADO DO MARANHÃO: uma retrospectiva até os dias atuais	69
5	A ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DO MARANHÃO	84
5.1	Histórico da EMEM	84
5.2	Cronologia e perfil das gestões da EMEM e suas principais contribuições	96
5.3	Corpo Docente da EMEM: sua formação e qualificação	111
5.3.1	Entrevistas com os docentes – Metodologia	124
5.3.2	Análise de dados	124
5.4	Corpo técnico-administrativo da EMEM	125
5.4.1	Entrevistas com as funcionárias – Metodologia	129
5.4.2	Análise dos dados	130
5.5	Corpo discente da EMEM	130
5.5.1	Pesquisa de campo com o corpo discente	133
5.5.2	Análise dos dados	133
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	148

APÊNDICE A – Entrevista elaborada para abordagem do corpo docente da EMEM.....	156
APÊNDICE B – Entrevista elaborada para abordagem do gestor e ex-gestor da EMEM.....	157
APÊNDICE C – Entrevista elaborada para abordagem do corpo técnico-administrativo da EMEM.....	158
APÊNDICE D – Questionário elaborado para abordagem do corpo discente da EMEM.....	159
ANEXO A – Diário Oficial do Estado do Maranhão de 17 de Julho de 1992. Nomeação de aprovados para o cargo de PROFESSOR DE MÚSICA	163
ANEXO B (folha 1) – Diário Oficial do Estado do Maranhão de 07 de Março de 2002. Resultado do concurso público para os cargos de PROFESSOR DE MÚSICA e PROFESSOR DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	164
ANEXO B - (folha 2) - Diário Oficial do Estado do Maranhão de 07 de Março de 2002. Resultado do concurso público para os cargos de PROFESSOR DE MÚSICA e PROFESSOR DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	165

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu da necessidade de compreender melhor a instituição Escola de Música do Estado do Maranhão “Lilah Lisboa de Araújo” (EMEM) e sua inserção no panorama cultural da cidade de São Luís e do Estado do Maranhão. Através da análise do seu percurso histórico, assim como da sua estrutura e funcionamento, pretendemos chegar a um entendimento aprofundado dessa instituição de ensino e de como ela se insere no cenário cultural da sociedade ludovicense. Essa investigação partiu da nossa experiência como ex-aluna da EMEM e também como docente na instituição há mais de duas décadas. A grande motivação e inspiração para a realização dessa pesquisa foi a observação de elementos que têm sido considerados, ao longo dos anos, como entraves para a concretização dos seus objetivos principais, quais sejam, a construção do conhecimento musical e a capacitação em nível técnico de músicos profissionais em várias modalidades instrumentais.

A EMEM foi criada através do Decreto Lei 5.267 em 1974 e é a única instituição que oferece o ensino formal de Música, em nível médio, no Estado do Maranhão. Sendo uma das unidades da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), órgão ao qual está vinculada e imediatamente subordinada na hierarquia burocrática do Estado, a instituição é diretamente afetada pelas mudanças administrativas que se realizam na política local, de acordo com as gestões que se sucedem no Estado e, conseqüentemente, na SECMA. A EMEM oferece à comunidade um Curso Supletivo Profissionalizante em Música, de nível médio, definido como Curso Técnico, reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação em 1981 (Resolução 274/81), com habilitações em Canto ou Instrumento – escolhido pelo aluno dentre as diversas modalidades oferecidas pela instituição.

A partir do final da década de 1980, a Instituição EMEM passou por mudanças significativas em seu perfil e concepção de ensino musical. Naquela época, havia na cidade um quase total desconhecimento da comunidade ludovicense em relação à existência de uma Escola de Música em São Luís e ao trabalho por ela desenvolvido. Essa situação modificou-se gradativamente ao longo dos anos 90 e, atualmente, a EMEM é alvo de uma procura significativa, por parte dessa mesma comunidade. Esse fato reflete uma mudança, não apenas quanto à presença dessa Escola de música no cenário cultural da cidade, pois já é reconhecida por grande parte da população, mas também porque expressa uma expectativa criada em torno das atividades que ela desenvolve e o interesse pelos cursos que oferece. A crescente visibilidade da EMEM no panorama cultural de São Luís é incontestável, e essa notoriedade lhe propõe novas perspectivas de relacionamento com a comunidade local e nacional. Muitos

alunos, após concluírem o Curso Técnico, têm saído em busca de aperfeiçoamento em outras cidades do país e têm alcançado êxito em seleções de vestibular para cursos de Bacharelado, Licenciatura e também a Pós-Graduação em Música. Uma parte significativa desses ex-alunos, entre os quais se inclui a autora desta pesquisa, compõe hoje o quadro docente da EMEM ou está ocupando lacunas existentes no mercado, em escolas particulares ou específicas de ensino musical livre.

O Curso de Licenciatura em Música da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) foi criado em 2005 e, no ano seguinte, foi criada também a Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), através da Resolução nº. 93-CONSUN-2006, de 31 de outubro de 2006. Além disso, a recente institucionalização da Música como conteúdo obrigatório no Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano¹ contribuiu ainda mais para o aumento do interesse pelos cursos oferecidos pela EMEM. Nessa perspectiva, o mercado carente de profissionais na área tem suscitado uma procura intensa pelo ensino formal de Música. Porém, a EMEM tem absorvido apenas um percentual mínimo dessa demanda, por diversas razões, entre as quais, podemos citar como principais o número insuficiente de professores no quadro docente da instituição e os problemas em suas instalações físicas.

Em consonância com as demandas atuais, uma equipe de professores da EMEM iniciou, em 2010, o processo de implantação de um novo Plano Político Pedagógico (PPP), empreendendo uma reformulação do currículo da instituição. Este que, por ser ainda o mesmo da época de criação do Curso Técnico (Resolução 274/81, do Conselho Estadual de Educação), encontrava-se em estado de defasagem de conteúdos e inadequado à nova realidade sócio-cultural e ao perfil do corpo discente atual. Entretanto, após quatro anos, a implantação do novo PPP ainda não pôde ser concluída.

Em maio de 2012, às vésperas de completar 38 anos de existência, a EMEM atravessou uma crise devido ao agravamento de problemas em sua estrutura física, necessitando de reforma urgente. A situação tornou-se insustentável, a ponto de suas atividades terem sido suspensas por tempo indeterminado. Entre as várias exigências da legislação, para que seja autorizado o funcionamento de um curso, consta uma vistoria no prédio onde o mesmo desenvolverá suas atividades e o local deve, obrigatoriamente, estar de acordo com o que é exigido pelo Conselho Estadual de Educação.

A EMEM teve suas atividades interrompidas durante todo o ano de 2012 e só reabriu em 2013, ainda com restrições espaciais e utilizando salas de outras repartições

¹ Lei 11.769/08, que inclui a Música como conteúdo obrigatório no ensino de Artes na Educação Básica, abrangendo os Ensinos Fundamental e Médio.

públicas do Estado. Atualmente, a EMEM aguarda a aprovação do novo PPP, ainda sem data para ser oficialmente implantado.

Diante das circunstâncias, vários questionamentos são pertinentes, a saber: qual a importância dessa instituição e das atividades que desenvolve para a cultura de São Luís e do Maranhão? Sendo uma instituição pública de ensino, quais as influências das mudanças nos quadros políticos dos órgãos de cultura no quadro administrativo da EMEM? Qual a influência personalista de alguns diretores, segundo suas crenças artísticas, políticas e estilísticas? E, ainda, como se relaciona e comunica com a sociedade em que está inserida? Ela tem sido competente na transmissão do conhecimento que se propõe difundir? Os alunos estão satisfeitos com os cursos oferecidos e conseguem, efetivamente, chegar a concluí-los?

Em resumo, o presente trabalho aborda o funcionamento da EMEM partindo de uma visão que contempla os pontos de vista dos corpos técnico-administrativo, docente e discente – aspecto ainda inédito nas pesquisas anteriores sobre a instituição – com o objetivo de compreendê-la de forma global. Através da análise de sua complexa organização interna, pretendemos lançar luz sobre as dificuldades e quiçá vislumbrar caminhos para amenizá-las e criar condições para um melhor desenvolvimento da instituição.

No capítulo 1, apresentamos os nossos procedimentos metodológicos, bem como as ferramentas utilizadas na pesquisa como um todo. Inicialmente, procedemos a uma retrospectiva histórica sobre o ensino de música no nordeste do Brasil e, com esse objetivo, realizamos uma pesquisa sobre a produção acadêmica na área de música, fazendo uma busca junto aos repositórios das Universidades dos Estados do Nordeste e ao banco de trabalhos acadêmicos da CAPES. Através desse passo, tivemos contato com uma série de trabalhos já existentes sobre a história da música nos Estados nordestinos e também sobre as instituições de ensino musical nessas localidades. Muitos desses trabalhos se encontram disponíveis em formato digital, facilitando o nosso acesso a essas informações.

Num segundo momento, realizamos um estudo dos trabalhos acadêmicos já produzidos sobre o nosso objeto de pesquisa, a saber, três monografias de conclusão de Cursos de Licenciatura em Música, uma monografia de especialização e uma dissertação de mestrado. O primeiro desses trabalhos é uma monografia realizada por Costa (1995), que traz uma abordagem histórica da criação da EMEM e cobre os primeiros vinte anos da instituição. Em seguida, temos os trabalhos, também monográficos, de Amaral (2001), Salomão (2008) e Rodrigues (2011), que se dedicam aos cursos específicos de Canto Lírico, Violoncelo e Piano, respectivamente. Mais recentemente, dispomos da dissertação de Silva (2013), que aborda a história do piano no Maranhão e centra sua análise no Curso de Piano da EMEM. Todos os

trabalhos citados são registros valiosos, contudo, são estudos fragmentados devido à abordagem de segmentos específicos da instituição. Nossa pesquisa propõe uma visão global da EMEM, construída com um olhar multifocal, pois investiga os diversos segmentos que a compõem.

Com essa perspectiva de conhecer o perfil dos elementos que a constituem, fizemos uso de entrevistas semiestruturadas ao atual gestor e a um ex-gestor da EMEM. Duas funcionárias antigas também foram selecionadas, por conhecerem a fundo o funcionamento da instituição e por terem acompanhado de perto o trabalho de vários gestores. De um corpo docente formado por 45 professores, foram entrevistados 2 dos mais antigos, 1 aprovado no primeiro concurso e 2 no segundo concurso, cobrindo assim, 3 formações distintas do corpo docente da instituição. Os questionários foram aplicados junto aos alunos que ingressaram nos cursos da EMEM nos anos de 2013 e 2014, a fim de obtermos dados sobre o perfil atual do corpo discente da instituição. Paralelamente a esse passo, procedemos a uma extensa coleta de dados oficiais junto à Secretaria e arquivos da instituição e da SECMA. Buscamos maiores informações sobre o recorte temporal da década de 2000 até os dias atuais, registrando os fatos históricos que afetaram seu funcionamento nesse período, que não foi contemplado nas abordagens de Costa (1995) e Amaral (2001).

No capítulo 2, apresentamos um breve relato sobre as primeiras iniciativas do ensino de música no Brasil e discurremos sobre o papel monopolizador da Igreja Católica na atividade musical do Brasil Colônia. Aos poucos, o ensino de música foi se desenvolvendo independentemente dos ofícios religiosos e, a partir do século XVII, há registros de professores ministrando aulas particulares de música a domicílio ou em suas próprias residências. Essa prática foi crescendo e assumindo um espaço importante na sociedade brasileira em formação, como comprova o registro do Curso de Música do Padre José Maurício Nunes Garcia, considerado um marco para a história da profissionalização em Música no Brasil.

Entendemos que o conhecimento da História é elucidativo da problemática atual e, por isso, consideramos importante contextualizar o ensino de música no Nordeste brasileiro. Assim, apresentamos uma abordagem histórica da educação musical em cada estado nordestino, do Brasil Colonial até os dias atuais. Pesquisamos junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e repositórios das Universidades, a produção acadêmica de cada Estado na área de Música. Nosso estudo teve como foco principal a criação das instituições, públicas ou privadas, que oficializaram o ensino de Música nas cidades nordestinas e fomentaram as manifestações musicais com uma

programação constante e diversificada.

Em linhas gerais, o que buscamos, ao fazer o relato histórico do ensino de música na região, foi, essencialmente, conhecer a trajetória das instituições de ensino musical semelhantes à EMEM, nosso objeto de estudo. Como surgiram e como se desenvolveram em suas localidades? Que tipo de problemas enfrentaram ou ainda enfrentam? São semelhantes aos nossos? Que iniciativas deram origem a mudanças significativas no perfil dessas instituições? Que tipo de ação, efetivamente, influenciou de forma positiva o desenvolvimento dessas escolas de música? Nessa perspectiva, pudemos perceber que alguns Estados já dispõem de pesquisas sobre as suas principais instituições de ensino musical, o que facilitou o levantamento dos dados históricos nesses locais. No decorrer da construção desse item, pudemos reconhecer pontos comuns na história da educação musical dos Estados, bem como identificar trajetórias diferentes e singulares entre elas.

No terceiro capítulo, tratamos especificamente da história do ensino musical no Maranhão, seguindo os mesmos critérios traçados para os outros Estados do Nordeste. Nesse relato, buscamos levantar o máximo de informações possíveis sobre as iniciativas pedagógicas, públicas ou privadas, ocorridas no Maranhão até a criação da Licenciatura em Música nas Universidades públicas do Estado – Estadual e Federal. São abordados, ainda, os projetos sociais exitosos que incluem o ensino de Música em suas ações.

No capítulo 4 apresentamos o nosso objeto de estudo no recorte temporal dos seus 40 anos de existência. Daremos continuidade à abordagem histórica iniciada por Costa (1995) e ampliada por Amaral (2001), mas nosso enfoque se concentrará, especialmente, nos últimos 20 anos, nas principais mudanças e o seu impacto na atuação pedagógico-musical da instituição. Buscamos analisar a trajetória da EMEM considerando diferentes pontos de vista, quais sejam: dos gestores, dos corpos docente, discente e técnico-administrativo. Fazemos uma análise do perfil dos gestores, centrando nosso foco no caráter personalista de dois deles, considerando o tempo de duração e o volume de contribuições das suas gestões. Abordamos também a relação da instituição com a Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), à qual a EMEM está subordinada na hierarquia estatal, e como ela é afetada pelas mudanças do Governo local.

A formação do corpo docente da EMEM é apresentada em nosso estudo em três momentos históricos distintos, quais sejam: os primeiros anos de funcionamento e após a realização do primeiro e segundo concursos públicos. Analisamos a mudança ocorrida no perfil dos docentes ao longo dos 40 anos de fundação da escola, e consideramos o impacto dessas diferentes formações no desenvolvimento das atividades pedagógicas da instituição.

Apresentamos, ainda, um demonstrativo da estrutura administrativa interna da EMEM, com descrição dos cargos que compõem a Secretaria e demais setores. Buscamos compreender o funcionamento da instituição e de que maneira as atividades pedagógicas são otimizadas ou dificultadas pelo setor administrativo.

Por fim, fizemos uma descrição das características do atual corpo discente da EMEM, como também discorremos sobre as suas expectativas e aspirações em relação aos cursos oferecidos pela instituição. Finalizamos esse capítulo discutindo como se relacionam internamente os diversos setores que compõem a EMEM, e que possíveis diagnósticos poderão ser feitos acerca dos problemas e dificuldades que afetam o desenvolvimento das suas atividades. Para essa discussão, utilizamos o cruzamento de informações coletados junto aos vários segmentos consultados na pesquisa de campo.

Finalmente, apresentamos as conclusões desta pesquisa, tecendo comentários acerca da trajetória musical da EMEM e da sua atuação como instituição de ensino formal de Música vinculada ao Governo do Estado do Maranhão.

2 METODOLOGIA: procedimentos e instrumentos da pesquisa

Nossa pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de abordagem qualitativa, mas que não exclui o aspecto quantitativo, pois trata do aprofundamento da compreensão de uma organização e, para tanto, nossa análise se vale de diferentes abordagens, numa perspectiva integrada. O estudo de caso é assim definido por Triviños (2012, p.133): “É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”. O autor apresenta os vários tipos de estudos de caso e, na classificação apresentada, situamos nosso estudo como um Estudo de Caso Histórico-Organizacional, em que “o interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição. A unidade pode ser uma escola, uma universidade, um clube etc.” (TRIVIÑOS, 2012, p.134). Complementando essa definição, temos que

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social como um *todo*, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos (GOLDENBERG, 2004, p. 33).

Partindo do conhecimento que temos da instituição e dos estudos já produzidos sobre a EMEM, buscamos reunir o maior número de informações através de diferentes técnicas de pesquisa, que foram:

- a) observação direta e participativa;
- b) pesquisa documental;
- c) questionário fechado;
- d) entrevistas semiestruturadas.

A observação direta e participativa foi o primeiro passo da pesquisa, pois, fazendo parte do corpo docente e participando do cotidiano da instituição, pudemos colher informações junto aos corpos docente, discente e administrativo, de forma rápida e objetiva.

O acompanhamento prolongado no dia-a-dia da EMEM facilitou a pesquisa documental, que consistiu na coleta de dados junto a fontes documentais que ainda não haviam recebido tratamento analítico ou que mereciam ser re-examinados. Os documentos são considerados fonte natural de informações, pois, tendo se originado num determinado momento histórico, fornecem informações e retratam esse período. Em se tratando do recorte temporal compreendido em 4 décadas, nossa pesquisa buscou verificar características e

tendências, assim como a mudança no perfil da instituição ao longo do tempo já explicitado. Dentre os principais documentos analisados estão: livro de registros dos alunos formados pela instituição, dados dos percentuais de matriculados nos últimos 10 anos, últimos editais para o processo seletivo de entrada de novos alunos, o dossiê do corpo docente, relatórios semestrais e anuais de atividades desenvolvidas e diários oficiais dos concursos públicos realizados para professor da instituição.

O questionário (ver Apêndice D) foi a ferramenta utilizada para traçarmos o perfil atualizado do corpo discente da EMEM. Escolhemos o formato de questionário fechado por considerar que seria o mais adequado para obter os dados pertinentes à nossa pesquisa e, assim, ele foi estruturado com 26 perguntas, das quais apenas duas foram livres. Procedemos a aplicação da ferramenta no mês de setembro de 2014 a 11 turmas de iniciantes, de níveis I a IV, obtendo a participação de 200 alunos. Os dados obtidos foram lançados em planilhas e construídos histogramas para cada uma das 24 questões fechadas. Desses histogramas, retiramos os percentuais pertinentes à nossa investigação e, com base nas relações obtidas, procedemos à discussão acerca do perfil do aluno que ingressa atualmente nos cursos da EMEM.

As duas questões abertas investigaram os aspectos considerados positivos e negativos que interferem na aprendizagem dos alunos. Da análise dessas questões, emergiram duas categorias predominantes, que também foram utilizadas em nossa discussão.

A entrevista semiestruturada (ver Apêndices: A; B; C) foi a ferramenta escolhida para a abordagem junto ao corpo docente, aos funcionários e aos 2 gestores selecionados. Realizamos um total de 8 entrevistas gravadas e uma feita através de mensagem por e-mail, devido ao fato de um professor entrevistado não residir em São Luís nesse momento. Todas as entrevistas foram transcritas integralmente, analisadas segundo os mesmos critérios e as categorias identificadas nos depoimentos dos professores forneceram suporte para a nossa discussão.

Na perspectiva de obtermos uma visão global do nosso objeto de estudo, buscamos dar voz aos vários segmentos da EMEM, considerando todos os pontos de vista e não somente o dos gestores e/ou professores. Partimos da perspectiva das diferentes pessoas nela envolvidas, em que todas as percepções têm algo a contribuir para nossa análise. A propósito disso, assim nos fala Meihy (1996, p.10):

[...] a velha concepção de que personagens históricos eram apenas as grandes figuras e aqueles que deixaram marcas arquivadas em espaços oficiais e oficializados, a história oral promove, juntamente com uma nova concepção de história, uma interpretação clara de que todos, cidadãos comuns, somos parte do mesmo processo.

Goldenberg (2004, p.85) partilha desse pensamento, pois afirma que o pesquisador “[...] deve também ouvir quem nunca é ouvido, invertendo assim esta hierarquia de credibilidade”. Consideramos essa visão ao elaborar a seleção de pessoas a serem entrevistadas, seguindo o critério de contemplar os corpos técnico-administrativo, docente e discente da EMEM. Utilizamos a entrevista semiestruturada para entrevistas com o atual gestor e ex-gestores da EMEM e também com o corpo docente. Entre os gestores, selecionamos 2, a saber: Antônio Francisco de Sales Padilha, que foi o sétimo gestor e permaneceu no cargo por três gestões consecutivas; e Raimundo Luiz Ribeiro, que finalizou o seu segundo mandato no final de 2014. A escolha desses 2 gestores deu-se também por motivos específicos. O primeiro foi escolhido por várias razões, entre as quais citamos como principais o longo período em que permaneceu na direção da EMEM e a realização dos dois concursos públicos para professor em sua administração. A escolha do segundo se justifica, principalmente, por ser em sua gestão que se deu a elaboração da nova proposta curricular da EMEM, que segue na eminência de ser aprovada e implementada, além de outras iniciativas que serão melhor explicitadas no capítulo 4.

A seleção do corpo docente procurou contemplar professores de diferentes fases, a saber: 2 professores da primeira fase da EMEM, admitidos antes do primeiro concurso público e quando ainda não havia sido constituído o currículo oficial; 1 aprovado no primeiro concurso e 2 no segundo concurso, cobrindo assim, 3 momentos distintos do corpo docente da instituição. Segundo Meihy (1996, p.46),

[...] a entrevista deve abranger pessoas que sejam *depositárias das tradições*. Todo agrupamento humano – familiar ou não – tem alguém, quase sempre entre os mais velhos, que guarda a síntese de história do grupo. Esta pessoa é sempre indicada para ser entrevistada.

Com vistas à citação acima, dentro do corpo técnico-administrativo escolhemos três funcionárias antigas da Secretaria da EMEM, uma das quais foi admitida desde a mudança para a segunda sede e, portanto, seu depoimento contém importantes informações sobre esse período histórico. Além disso, as funcionárias conhecem bem o funcionamento da instituição e acompanharam o trabalho de muitos gestores.

Por fim, os questionários, em formato fechado, foram aplicados aos alunos que ingressaram nos cursos da EMEM, nos dois últimos processos seletivos, realizados nos anos de 2013 e 2014. O formato fechado nos assegurou que todos os alunos responderiam às mesmas perguntas, de uma forma bem objetiva, além de nos fornecer dados que favoreceram uma análise comparativa num tempo relativamente pequeno. “Este tipo de pergunta, embora restrinja a liberdade das respostas, facilita o trabalho do pesquisador e também a tabulação: as respostas são mais objetivas” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 205).

Tendo em vista os prazos para a conclusão dessa pesquisa, esse dado nos ofereceu uma vantagem que não pôde ser ignorada. Como desvantagem dessa ferramenta, cita-se a limitação das respostas, mas, ainda assim, entendemos que foi a mais adequada à clientela de alunos iniciantes. Com esses procedimentos, conseguimos chegar a um conhecimento desse aluno que está iniciando seus estudos musicais, sobre o quê espera obter do curso e, aliado a outras informações, traçamos um perfil do atual corpo discente da EMEM.

Observamos que a análise do questionário implicou no tratamento de dados que também são quantitativos. Os autores consultados concordam que aliar o uso de técnicas quantitativas à pesquisa qualitativa, num procedimento definido como triangulação, é um bom procedimento para se obter um melhor entendimento dos fenômenos estudados e torna a pesquisa mais consistente. Os métodos quantitativo e qualitativo não se excluem ou opõem, mas se complementam. Entre as vantagens da combinação da integração dos dois métodos cita-se a possibilidade de explicitar todos os dados da pesquisa, permitir comparar e interpretar respostas diferentes, buscar padrões e tendências ou relações implícitas e minimizar a interferência da subjetividade do pesquisador. A análise dos dados da pesquisa qualitativa buscou compreender as características e estruturas que jazem por trás das mensagens, partindo do pressuposto de que um discurso traz um conteúdo latente e sentidos a serem desvelados.

3 O ENSINO DE MÚSICA NO NORDESTE DO BRASIL

No Brasil, apesar de ser relativamente antigo o entendimento de que a Música deve fazer parte da Educação, a História nos mostra que sua inserção definitiva no currículo formal do Ensino Fundamental e Médio é um fato recente. Somente no início do século XXI, o então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva assinou a Lei Federal nº. 11.769/2008, que instituiu a obrigatoriedade da música na Educação Básica em nosso país. Contudo, essa não foi a primeira iniciativa nesse sentido.

Da música colonial produzida no Brasil antes da segunda metade do século XVIII sabe-se pouco. Desconhece-se a maior parte do que era feito na época, devido à falta de registros, uma vez que a Imprensa Régia só foi criada após a chegada da Família Real, em 1808. Entretanto, parece ser unanimidade entre os estudiosos que a primeira experiência de ensino de música no Brasil ocorreu ainda no século XVI e teve como agente principal a Igreja Católica, em seu trabalho de difusão da fé cristã. Através da catequese dos índios brasileiros, para os quais foi imposta a tradição musical europeia, os jesuítas da Companhia de Jesus estabeleceram uma prática que cresceu rapidamente na Colônia. Nesse contexto, a Música estava a serviço dos ofícios e celebrações religiosas e os *mestres-de-capela*² exerciam um papel fundamental na organização das atividades musicais. Os jesuítas ensinavam aos jovens o canto, instrumentos de cordas e sopro e, em pouco tempo, a Igreja consolidou-se como o centro da educação musical formal nos aglomerados urbanos mais desenvolvidos da época.

O mais antigo desses aglomerados urbanos do Brasil foi Salvador (BA), por ser onde se iniciou a colonização brasileira, além de ter sido nossa primeira capital. Com efeito, pesquisas já realizadas confirmam que foi nas capitanias gerais da Bahia e de Pernambuco que foram encontradas as referências musicais mais antigas do Nordeste do Brasil (KIEFER, 1997). A cidade de Salvador continua sendo o ponto de partida para as investigações sobre música escrita no Brasil, no período colonial anterior à independência, seguida pela capitania de Pernambuco, considerada a segunda mais importante do ponto de vista socioeconômico e cultural.

Paralelamente à pedagogia dos jesuítas, desenvolveu-se o ensino informal de música e no século XVII já se tem notícias de professores de música ministrando aulas particulares, em domicílio, para os filhos das famílias abastadas. E assim, a elite da sociedade

² Músico que, nas catedrais, capelas reais e principescas etc., dirigia os cantores e organizava a parte musical determinada pela liturgia (FERREIRA, 1986); “Função exercida por padres ou leigos, portugueses, ou já brasileiros natos” (AMATO, 2012, p. 22).

da época passou a investir em educação musical, trazendo professores europeus para o Brasil, tradição que persistiu por muito tempo. Atualmente, ainda é comum encontrarmos professores que ministram aulas particulares, de vários instrumentos. Contudo, essa prática ainda se restringe a uma determinada parcela da sociedade.

Ao falar de Educação musical no Brasil Colônia, é obrigatório mencionar a figura emblemática de José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), músico brasileiro, negro, “[...] neto de escravas, nasceu no Rio de Janeiro em 22 de setembro de 1767” (CARDOSO, 2008, p. 70). Dotado de grande talento, após ordenar-se padre, José Maurício tornou-se mestre de Música e, mais tarde, mestre-de-capela de D. João VI. Compositor, regente e organista, Pe. José Maurício foi um grande educador musical no Brasil Imperial e fez história ao fundar, em 1794, “[...] o seu curso pioneiro na rua das Marrecas, transversal da rua do Passeio, por onde passaram todos os verdadeiros talentos musicais da cidade” (FAGERLANDE, 1996, p.8). Esse curso teve um papel importante no cenário musical brasileiro e, segundo Fagerlande (1996), tinha como objetivo imediato a inserção dos alunos nos conjuntos musicais que atuavam nas cerimônias promovidas pela Igreja e Irmandades. Nesse curso formaram-se as mais destacadas figuras da música no Rio de Janeiro da época, como, por exemplo, Francisco Manuel da Silva, autor do Hino Nacional Brasileiro. Além dele, Cândido Inácio da Silva e Francisco da Luz Pinto, que se tornou músico da Capela Real. O próprio D. Pedro I estudou nessa escola, hoje considerada a pedra fundamental para a profissionalização em música no país e que teve duração aproximada de três décadas – 1794 a 1822. Sua existência foi crucial para a posterior criação do Conservatório de Música do Rio de Janeiro³, fundado por Francisco Manuel da Silva, ex-aluno do curso. Esse conservatório tornou-se modelo para a criação de outras instituições de ensino musical no Brasil, inclusive no Nordeste, como veremos a seguir.

Conhecer a história do ensino de música em cada Estado do Nordeste forneceu parâmetros para o nosso estudo e permitiu traçar paralelos importantes para a compreensão da nossa própria trajetória, identificando alguns pontos comuns a quase todas as capitais nordestinas. Nosso olhar manteve o foco nas capitais, por serem os centros mais urbanizados e desenvolvidos dos estados, onde a maioria dos movimentos artísticos se originou e, conseqüentemente, as instituições ligadas a eles. Entretanto, quando a atividade musical no interior dos Estados se mostrou significativa, não deixamos de buscar informações e registrá-

³ O Conservatório de Música do Rio de Janeiro fundado por Francisco Manuel da Silva em 1841, tornou-se Escola Nacional de Música em 1937, e Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1965.

las adequadamente.

O movimento musical no Nordeste do Brasil está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico das principais cidades brasileiras desde a época do Império. Esse desenvolvimento iniciou-se a partir das atividades do ciclo do açúcar, destacando-se, a princípio, o estado da Bahia e sua capital Salvador, e o estado de Pernambuco, com as cidades de Recife e Olinda, que foram também os centros urbanos que mais se desenvolveram durante a ocupação holandesa. Surgiu, nessas cidades, o que Cardoso (2008, p. 36) denomina de “[...] os primeiros sinais de vida musical organizada no Brasil Colonial”. Salvador foi a primeira cidade fundada no Brasil e, por isso, é o centro musical mais antigo do país, onde foram encontrados os primeiros registros históricos de uma formação musical que, mais tarde, se estenderia para outras cidades do país. Somente no século XVIII a Bahia deixou de ser o principal centro musical da Colônia, com a mudança da capital para o Rio de Janeiro, que passou a ocupar posição de maior destaque.

Na pesquisa sobre a história musical dos Estados nordestinos, conduzimos nosso estudo segundo uma linha cronológica de acontecimentos que foram decisivos para o desenvolvimento musical da região Nordeste. Esses fatos foram registrados, senão em todos os relatos históricos, em grande parte das pesquisas consultadas e estão assim organizados: Música nas Igrejas, Casas de Educandos Artífices, Bandas de música, Música nos teatros, Escolas e Conservatórios de música, Música nas escolas e Canto Orfeônico, Cursos superiores de música e Cursos técnicos dos Institutos Federais. Sobre a ocorrência deles em cada Estado discorreremos a seguir.

3.1 Música nas Igrejas

Durante os séculos XVI e XVII, a Igreja Católica monopolizou a atividade musical no Brasil e, segundo Perrone e Cruz (1997), os seis primeiros jesuítas da Companhia de Jesus chegaram a Salvador ainda na primeira metade do século XVI, em 1549, com Tomé de Souza. Ao perceberem o interesse dos indígenas pela música, os religiosos começaram a utilizá-la com o objetivo de “civilizá-los”. Porém, somente em 1552 chegou ao Brasil D. Pedro Fernandes Sardinha, o primeiro músico oficialmente nomeado para o cargo de mestre-de-capela e para ensinar música no Colégio dos Jesuítas. A partir daí, outros cargos foram criados como o de *chantre*⁴ em 1553, e muitos padres se sucederam como mestres-de-capela

⁴ Chantre: [Fr. *Chantre*.] s.m. Funcionário eclesiástico que dirige o coro. (Aurélio Buarque de Holanda)

da Sé de Salvador e professores de música.

Perrone e Cruz (2007) citam os de maior destaque: Pe. João de Lima, que foi contratado para o cargo de mestre de música na catedral da Bahia, no final do século XVII; Frei Euzébio de Mattos (1629-1692), organista e compositor, considerado “o enciclopédico”; Pe. Henrique José da Fonseca, do qual temos apenas a data de falecimento (1844) e que foi o fundador da Orquestra Nossa Senhora da Ajuda; Pe. Caetano Melo de Jesus, mestre-de-capela da Sé, autor de uma importante obra de teoria musical denominada *Escola de Canto de Órgão*, que teria sido composta entre 1759 e 1760; Pe. Teodoro Cyro de Souza, português, nomeado para o cargo de mestre-de-capela de Salvador, em 1781; Pe. Alexandre Gonçalves da Fonseca, também mestre-de-capela da Catedral de Salvador.

Quando a Família Real chegou ao Brasil, alguns músicos baianos já eram bastante atuantes e, dentre eles, destacaram-se Damião Barbosa de Araújo (1778-1856) e Joaquim de Souza Negrão. Segundo Cardoso (2008, p. 53), em 1818, D. João VI, atendendo a um pedido do Conde de Palma, governador da Bahia, criou em Salvador a Cadeira de Música e nomeou Souza Negrão como professor, cargo que o músico ocupou até sua morte, em 1832. Souza Negrão foi substituído por Domingos da Rocha Mussurunga (1807-1856) no ano seguinte. Não obstante, Damião Barbosa de Araújo é considerado o músico baiano mais importante da época, tendo trabalhado também no Rio de Janeiro, a partir de 1808, como músico incorporado à Brigada Real da Marinha, prestando serviços à Capela e Câmara Real (CARDOSO, 2008, p. 57). Segundo o autor, não é conhecida a data de seu retorno à Bahia, sendo certo que, em 1828, já estava em Salvador e sucedeu o Pe. Alexandre G. da Fonseca no cargo de mestre-de-capela.

Em Pernambuco, a economia ligada ao ciclo do açúcar teve influência direta sobre a atividade musical, pois esta foi a segunda capitania mais importante do ponto de vista socioeconômico e cultural durante o período colonial. As duas cidades mais ricas e prósperas em música no Estado foram Recife e Olinda, centros urbanos que mais se desenvolveram também durante a ocupação holandesa. As atividades musicais de Pernambuco teriam produzido “mais de 600 músicos, entre padres e leigos compositores, diretores de coro, organistas, cantores e instrumentistas” (AMATO, 2010, p. 46). Na Recife do século XVIII tem-se o registro do proeminente músico Luís Álvares Pinto (1719–1789), compositor, regente e poeta brasileiro, autor da obra “Arte de Solfejar”, de 1761. Esse músico foi estudar em Lisboa com 21 anos de idade e retornou após 20 anos, tornou-se mestre de capela, cargo no qual permaneceu até sua morte, e foi responsável pela formação de vários músicos no Recife.

O movimento musical religioso foi significativo também em Alagoas, sobretudo no município de Penedo⁵. Na segunda metade do século XIX, essa cidade alcançou o período de maior relevo em sua vida social e cultural e alguns fatos refletem e comprovam esse desenvolvimento. Um exemplo desse fenômeno é o fato de que, em 1824, a Irmandade do Santíssimo Sacramento comprou um órgão francês, que foi instalado na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Catedral Diocesana de Penedo), usado nas missas e no acompanhamento do Coro da Catedral. Handel (2010) apresenta o registro de outros órgãos em Alagoas: um segundo em Penedo, no Convento dos Franciscanos, um na Catedral de Maceió e outro na Matriz de São José da Laje.

Penedo tornou-se um importante centro religioso tradicional às margens do rio São Francisco e ficou famosa pela devoção a São Gonçalo e pelas procissões do Santíssimo Sacramento. O desenvolvimento religioso e cultural da cidade deve-se à ação missionária dos padres franciscanos e monges beneditinos, no cultivo do Canto Gregoriano e da música sacra com acompanhamento de orquestra, sendo essa a principal expressão da cultura musical local. O centro da atividade musical foi a Igreja Nossa Senhora dos Anjos (1862), onde foram encontradas obras de autoria do Pe. Theodor Cyro de Souza⁶, mestre-de-capela da Sé de Salvador, executadas durante décadas nos ofícios da Semana Santa, que eram os mais importantes. Vários compositores dedicaram-se a música sacra em Penedo, como Joaquim Natividade de Reis e D. Jonas de Araujo Batingo. No acervo musical da Catedral de Penedo foram encontradas obras de D. Pedro I, Marcos Portugal e Fortunato Mazziotti⁷, que permaneceram no repertório local até o final do século XIX.

3.2 Casas de Educandos Artífices

No século XIX o Império desenvolveu uma política assistencial que contemplava crianças pobres, menores abandonados, órfãos ou desvalidos encontrados nas ruas. A base dessa política assistencialista era um ideal de modernização do país, pautado nos padrões de desenvolvimento europeu e americano, e visava formar cidadãos úteis ao Estado. Segundo Rizzini (2002), essas instituições, denominadas “Colégios (Casas ou Escolas) de Educandos Artífices” foram criadas em nove províncias do Império entre 1840 e 1865, todas localizadas no Norte do país, com exceção da de São Paulo.

⁵ Cidade situada às margens do Rio São Francisco, foi fundada em 1560 e até meados do século XX, foi o principal porto de Alagoas.

⁶ Disponível em: <<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM10-02.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2014

⁷ Marcos Portugal e Fortunato Mazziotti foram mestres da Capela Real (RJ).

Através delas, o Estado abrigava as crianças, acolhidas com idade entre seis e sete anos, oferecia-lhes residência, o aprendizado das primeiras letras e uma formação profissional: de operários para os meninos, e preparo para tarefas domésticas para as meninas. A formação profissional consistia basicamente em ofícios práticos, como mecânico, marceneiro, alfaiate, funileiro, espingardeiro, sapateiro, ferreiro, e, dentre outras, músico. Destacamos aqui que o ensino de Música era considerado importante na formação dos educandos e que, na década de 1850, já estava inserido no currículo de quase todas as instituições criadas com esse perfil. O retorno financeiro era o principal motivo da valorização do ensino de Música nesses colégios, cujo objetivo principal era preparar músicos para compor as bandas e obter uma fonte de renda a mais. O ensino de música impunha gastos excessivos, pois os instrumentos precisavam ser periodicamente substituídos ou comprados em outras províncias ou países europeus, além da indispensável contratação de professores. Entretanto, o retorno financeiro era certo, pois as apresentações eram remuneradas, salvo as que eram solicitadas pelo governo. E, assim, explica-se o interesse em mantê-lo no currículo.

Ao final dos cursos, os alunos eram encaminhados para oficinas públicas ou particulares para exercerem atividade profissional. Cabe ressaltar que, em todas as províncias, foi frequente a prática de utilizar a produção das oficinas para o aparato militar. O governo não assumia totalmente os gastos e esperava arrecadação das vendas dos produtos fabricados nas oficinas pelos próprios educandos. Entretanto, a História revela que essa experiência fracassou devido ao profundo descaso do próprio Estado em manter as instituições, que acabaram por ser extintas ainda na época do Império.

No final do século XVIII, surgiu em Salvador a Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, uma instituição fundada em 1799 pelo religioso catarinense, Joaquim Francisco do Livramento, da 3ª. Ordem de São Francisco. A Casa Pia, que inicialmente recebeu o apoio dos burgueses comerciantes e proprietários de terra, a partir de 1818 passou a ser administrada pelo Governo da Província. A instituição foi criada com o objetivo de recolher crianças órfãs e dar-lhes a educação básica, formação moral e o aprendizado de um ofício, diferencial que garantia o apoio dos comerciantes. Podemos verificar que o surgimento dessa instituição é anterior à iniciativa do Governo Imperial, que se deu somente na primeira metade do século XIX, com os mesmos objetivos citados.

Os alunos, em regime de internato, recebiam educação básica e depois eram encaminhados às Oficinas Profissionalizantes de Marcenaria, Alfaiataria, Funilaria, Tipografia etc. Entretanto, Matta (1996) relata que, até 1830, a prioridade foi a alfabetização das crianças e as disciplinas registradas eram Latim e Retórica, Geometria, Filosofia, Francês,

Desenho e Música. Esse currículo manteve-se inalterado até 1863, quando as oficinas foram implantadas após uma reforma interna. A partir daí, iniciou-se uma fase de desenvolvimento do ensino profissionalizante na instituição, com progressiva expansão.

A instituição existe há mais de dois séculos e permanece até hoje realizando o trabalho idealizado por seu fundador, atendendo crianças carentes, órfãos ou não, com o apoio de patrocinadores. É considerada a primeira iniciativa de ensino profissionalizante na Bahia e, atualmente, outras oficinas são oferecidas, tais como Futebol, Teatro e Reciclagem. A Música permanece no currículo da instituição, que mantém uma Escola Profissionalizante de Música em parceria com a Sociedade Musical Oficina de Frevos e Dobrados. A escola possui dois Corais (Infantil e Sênior), uma Banda de Música e um Grupo Instrumental chamado Oráculo, que costumam ser solicitados para eventos religiosos e cívicos. De acordo com endereço eletrônico da instituição, um imóvel do século XVII foi doado e restaurado para abrigar a Escola Técnica da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, onde será implantado o Curso de Turismo, juntamente com outros cursos profissionalizantes⁸.

O estudo sobre o desenvolvimento musical de Pernambuco no século XIX também passa pela política do governo de abrigar menores desvalidos. Segundo Arantes (2009), muitas instituições com as mesmas características e objetivos foram criadas no estado⁹. No Recife, essas instituições não foram denominadas Casas de Educandos Artífices, como em outros estados do Nordeste, mas Colégio dos Órfãos e Colégio das Órfãs. Segundo Costa (2013), em 1831 foi autorizada a criação dos dois estabelecimentos na cidade de Olinda, mas que, efetivamente, só começaram a funcionar em 1835, sendo, posteriormente, transferidos para Recife. Em ambos os colégios era comum o ensino das primeiras letras e a formação religiosa e moral, mas os outros conhecimentos eram diferenciados entre meninos e meninas. Para eles, havia Geometria, Música, Artes e Ofícios; para elas, os ofícios domésticos e Música vocal. Dentre as oficinas previstas para as meninas, que eram colchoaria, sapataria, camisaria e encadernação, não foram encontrados registros que comprovassem sua efetivação. No colégio dos meninos, as oficinas oferecidas com mais frequência eram sapataria, marcenaria e música.

A educação musical estava presente no currículo, pois, em 1837 o professor Thomas da Cunha Lima Cantuária foi admitido mediante concurso e ministrava canto, solfejo,

⁸ Informações. Disponível em: <<http://www.casapia.org.br/obrassociais.html>>. Acesso em 17 mar.2014. Ressaltamos que o início do funcionamento da Escola Técnica não está devidamente informado nesse endereço.

⁹ O autor cita: Casa dos Expostos (1778), Colégio dos Órfãos e Colégio das Órfãs (1835), Collegio Orphanologico Feminil N. S. do Bom Conselho (1853) e Colônia Isabel. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT21-4093--Int.pdf>>. Acesso em: 19 jun.2014.

bem como clarinete, trombone, oboé, flauta, rabeca e trompa. (NASCIMENTO; BARROS, 2010, p. 7). Entretanto, nos trabalhos consultados, nenhuma referência a bandas de música, conjuntos instrumentais ou corais, como foi verificado em outras instituições dessa natureza. O Colégio dos Órfãos de Pernambuco sobreviveu por 38 anos, a despeito de todas as situações adversas que enfrentou, desde insalubridade das instalações a problemas financeiros e educacionais.

Em 1873, foi verificado que a instituição não alcançava os resultados esperados, nem mesmo na formação elementar dos educandos. “Os edifícios do Patrimônio estavam em péssimo estado, e a educação dos meninos do Colégio não era nada boa. Rapazes saíam do estabelecimento aos quatorze anos mal sabendo as primeiras letras e um pouco de música” (NASCIMENTO; BARROS, 2010, p. 15). Por outro lado, a formação profissional também não se realizava a contento, “[...] os garotos que ali foram recebidos não desenvolveram, em sua maioria, habilidades capazes de inseri-los em atividades de trabalho que lhes garantissem sustento” (NASCIMENTO; BARROS, p. 17). E, assim, ao final do ano de 1873, o Colégio dos Órfãos foi convertido em Colônia Agrícola.

No Maranhão, a Casa dos Educandos Artífices foi criada em 1841. A instituição, tal como em outros Estados, visava dar abrigo a jovens órfãos, pobres e desvalidos e ensiná-los as letras e ofícios. Sobre ela falaremos detalhadamente no capítulo 4, que trata do ensino de Música no Estado do Maranhão.

No Piauí, a primeira instituição a ter aulas de Música no currículo foi o Estabelecimento dos Educandos Artífices, fundado em 1849 na cidade de Oeiras, que possuía atividade musical expressiva na época. A escola tinha, como todas do tipo, um perfil profissionalizante e adotou como modelo a Casa de Educandos do Maranhão para criar o seu regulamento interno. Iniciou com oficinas de marceneiro, ourives, ferreiro, alfaiate e sapateiro, mas em 1850, já há registros de aula de Música no currículo e os alunos tinham aulas de pífano, corneta de chaves e tambor. Assim que começou a apresentar bons resultados, a escola foi transferida para Teresina, a nova capital.

O governador Conselheiro Antônio Saraiva incentivou o ensino da música vocal e instrumental aos educandos, adquirindo instrumentos e contratando professores de música, uma vez que a formação da banda era um investimento com retorno praticamente garantido.

O estabelecimento do Piauí funcionou por 24 anos, sendo extinto em 1873. Data de 1870 o último registro da Banda de Música dessa instituição que, segundo Ferreira Filho (2009), deu origem a muitas outras bandas de música no Piauí. Quando a Escola foi extinta, a banda de alunos permaneceu em atividade musical tocando em eventos oficiais políticos e

religiosos. Foi transferida e juntou-se à companhia de polícia, formando a Banda de Música da Polícia Militar do Piauí.

A primeira iniciativa oficial de ensino de música em Alagoas, no século XIX, foi a Casa de Educandos Artífices, fundada em 1854, pelo então presidente da província, José Antônio Saraiva. A Casa foi inaugurada com capacidade para 40 alunos, meta que só foi alcançada em 1860, e tinha como exigência para admissão de alunos a condição de orfandade e o intervalo de idade entre sete e 12 anos. Segundo Moura (2014), o funcionamento da instituição estava a cargo de uma equipe formada por Diretor, Vice-Diretor, Professor de Primeiras Letras e Mestre de Música, e os alunos tinham as seguintes aulas Ler, Escrever, Contar, Música Vocal e Instrumento. Em seu curto período de existência, a Casa de Educandos Artífices de Alagoas passou por muitos problemas, desde a negligência dos administradores, falta de recursos financeiros para as despesas da Casa e até de alimentos e vestimentas para os internos.

As oficinas profissionais previstas não chegaram a se concretizar de forma satisfatória, com exceção da Alfaiataria e Sapataria, que se mantiveram até o fechamento da instituição. Apesar de toda dificuldade, consta que a Casa chegou a ter uma Banda de Música, que era bastante solicitada para tocar em eventos, principalmente os religiosos. Em 1859, a situação já dava sinais de agravamento com o aumento das dívidas acumuladas por vários anos e os educandos passaram a ser enviados à Companhia de Aprendizes de Marinheiros, ou estabelecimentos comerciais da província, para trabalharem como caixeiros. Em 1861, a instituição foi extinta sem alcançar os objetivos propostos, sendo vítima da negligência dos administradores e do Governo da província.

A criação das Casas de Educandos Artífices ocorreu em todas as províncias do Nordeste, entretanto, do Colégio de Educandos Artífices de Fortaleza, obtivemos apenas as datas de criação e de extinção da referida instituição, a saber, 5 de Agosto de 1856 e 29 de Dezembro de 1866, respectivamente. Observamos que a instituição teve uma década de funcionamento, porém não nos foi possível acessar maiores informações sobre a mesma e o trabalho desenvolvido durante sua existência.

O Colégio dos Educandos Artífices de Sergipe foi fundado em 1856, no governo do presidente da província Salvador Correia de Sá Benevides. Além das citações e data de criação, encontramos poucas informações sobre esse colégio e seu funcionamento. Segundo Malta (2010), o colégio admitia ambos os sexos, porém com discriminação acerca dos conhecimentos que deveriam ser ministrados a cada um. O ensino de primeiras letras era comum a meninos e meninas e observamos que a Música também estava prevista para ambos

os sexos, ainda que de forma diferenciada. Os meninos tinham aulas de Desenho Linear, Ofícios mecânicos, Música Instrumental e Vocal, e para as meninas, aulas de Técnicas de costura, Bordado e Música Vocal. A autora citada comenta que obras do colégio não foram concluídas pelo governo em exercício e que seu sucessor também não deu continuidade às mesmas. Contudo, não encontramos referências à data de fechamento da instituição.

A criação do Colégio de Educandos Artífices do Rio Grande do Norte foi autorizada em 1858 e a escola foi inaugurada nesse mesmo ano, pelo presidente da província, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves. Com o mesmo objetivo de todas as já mencionadas, tinha capacidade máxima para 20 educandos, com idade entre 10 e 15 anos. Sabemos que a Música estava presente entre as disciplinas do Colégio (GURGEL, 2007, p. 43), mas a instituição teve um tempo de vida curto, sendo extinta em 1862, com apenas quatro anos de funcionamento. Segundo a autora citada, não foi encontrado o relatório com informações acerca dos motivos que levaram ao fechamento do colégio, mas supõe-se que enfrentou as mesmas dificuldades das Casas de Educandos das outras províncias.

Na Paraíba, a autorização para a criação do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte se deu em 1859, mas somente em 1865 a construção foi iniciada. Segundo Lima (2008), o colégio foi inaugurado em 1866, ainda de forma precária e que os problemas no funcionamento foram uma constante em todo o período de existência da instituição. Esse dado reforça a tese de que o Governo criava essas instituições, mas eximia-se dos gastos e não destinava recursos financeiros suficientes para mantê-las em atividade, razão pela qual elas não conseguiam atingir os objetivos propostos na sua criação. O colégio da Paraíba foi um dos que obteve os piores resultados e que, durante todo o tempo de funcionamento, atendeu ao pequeno número de 36 educandos. As duas únicas oficinas que funcionaram na instituição foram as de Alfaiataria e Sapataria e, mesmo essas, não obtiveram êxito devido a muitos fatores, principalmente, o fornecimento deficiente de matéria-prima. “A falta de espaço físico, de matérias primas e de recursos financeiros fizeram com que o ensino de ofício ficasse em segundo plano, dando prioridade, o Collégio, ao ensino de primeiras letras e, principalmente, ao ensino de música” (LIMA, 2008, p. 70).

Tudo indica que havia mais disposição dos educandos em participar das aulas de Música, apesar de serem realizadas em horários inapropriados, das 19h às 21h, quando os menores já estavam cansados das atividades do dia. Segundo a autora citada, os alunos eram selecionados para as aulas de música, divididas em Música marcial e Música oral ou de rudimentos e solfejo. Em 1874, o Presidente da Província, o Barão de Abiahy, por entender que o colégio trazia muitas despesas à província, assinou o ato de fechamento da instituição.

Com isso, alguns educandos foram enviados para a Companhia de Aprendizes da Marinha, enquanto outros foram simplesmente dispensados.

O quadro a seguir ilustra a cronologia de criação e extinção dessas instituições nos Estados do Nordeste:

Quadro 1 - Casas de Educandos Artífices no Nordeste do Brasil

CASA DE EDUCANDOS ARTÍFICES NO NORDESTE DO BRASIL		
ANO	ESTADO	INSTITUIÇÃO
1799	BA	Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim – em atividade até os dias atuais
1835	PE	Colégio dos Órfãos e Colégio das Órfãs – extintos em 1873
1841	MA	Casa dos Educandos Artífices – extinta em 1889
1849	PI	Estabelecimento de Educandos Artífices – extinto em 1873
1854	AL	Colégio de Educandos Artífices – extinto em 1861
1856	CE	Casa de Educandos – extinto em 1866
1856	SE	Colégio dos Educandos – não localizada a data de extinção
1858	RN	Colégio de Educandos Artífices do Rio Grande do Norte – extinto em 1862
1865	PB	Collégio de Educandos Artífices – extinto em 1874

Fonte: Dados da pesquisa

3.3 Bandas de Música

Historicamente, as bandas chegaram ao Brasil com os portugueses e estavam presentes nos principais acontecimentos da sociedade, como rituais religiosos, comemorações cívicas e militares. Segundo Cajazeira (2004, p.30), as bandas influenciaram a formação do músico brasileiro, disseminando a prática dos instrumentos de sopro. As bandas desenvolveram-se desde os tempos coloniais e, segundo Holanda Filho (2010, p.11), “[...] em 1811 um Decreto Real mandava que em todo regimento de Infantaria houvesse uma banda de música instrumental paga pela fazenda real”. O autor afirma que, no final do século XIX e início do século XX, as bandas começaram a proliferar em todas as cidades brasileiras. Posteriormente, foram criadas as Filarmônicas, que eram “[...] sociedades civis que surgiram no Brasil, durante o século XIX, com o objetivo de manter uma banda de música” (CAJAZEIRA, 2004, p.33).

As filarmônicas desempenharam um papel importante de difusão cultural nas cidades e tornaram-se o principal meio de acesso à educação musical, especialmente no interior do Nordeste. Ainda hoje, elas tomam sob sua responsabilidade a formação musical dos seus integrantes, preenchendo a lacuna deixada pela ausência de escolas de música nas cidades. Em geral, os Mestres e Regentes de Bandas também assumem o papel de professor dos diversos instrumentos da banda, de arranjador e compositor.

No período colonial era comum a organização de bandas com os próprios escravos das fazendas açucareiras. Moreira (2007a, p.35) afirma que “[...] tanto na Bahia como em Pernambuco, tinha uma média de mais de 100 engenhos, onde esta prática era trivial [...]”. Segundo o autor, no século XVIII essa prática disseminou-se na região do Recôncavo Baiano por ser um importante pólo de atividade econômica e concentrar um contingente maior de escravos. Já no século XIX, muitos músicos dedicaram suas obras às bandas e instrumentos de sopro, entre os quais citamos o compositor e mestre de banda Manoel Tranquilino Bastos (1850-1935), do município de Cachoeira, que deixou mais de 700 obras, e João Antônio Wanderley (1879-1927), regente e fundador da Banda da Polícia Militar.

No século XX, a atividade das bandas não se resumia a eventos religiosos e cívicos, mas participavam também da vida social, proporcionando lazer à comunidade. Até hoje, as bandas e sociedades filarmônicas atuam em todo o estado da Bahia, que possui bandas centenárias como Minerva Cachoeirana (1878), 30 de Junho (1896), do município de Serrinha, e Filarmônica 2 de Janeiro, fundada por imigrantes italianos em Jacobina (1878).

Na segunda metade do séc. XIX, a Província de Pernambuco gozava de uma situação econômica importante, devido à atividade dos engenhos de açúcar, e logo foram criadas bandas em muitas cidades do interior. As bandas militares foram as pioneiras no estado e atuavam em desfiles, festas religiosas e cívicas, atraindo muitos aspirantes à prática de um instrumento de sopro. No interior, fazem parte da história e da cultura local, pois, segundo Holanda Filho (2010), o Estado possui algumas bandas seculares que ainda estão em atividade, entre as quais citamos: Sociedade Musical Curica, fundada em 1848; Banda 12 de Outubro (Saboeira), fundada em 1849; Banda 22 de Novembro de Macaparana, fundada em 1892 e a Banda 15 de Novembro de Vivência, fundada em 1904.

O movimento das bandas de música desenvolveu-se também no interior de Alagoas, com destaque para a cidade de Penedo, onde teve a contribuição dos comerciantes galegos e portugueses. Por iniciativa do português Manuel Pereira Carvalho Sobrinho, foi fundada em 1865 a Sociedade Filarmônica Sete de Setembro, a primeira de Penedo e, em 1877, o Teatro Sete de Setembro. Durante muito tempo, a Sociedade Musical Penedense

Euterpe Ceciliense foi considerada o esteio da vida musical de Penedo, e seu diretor, Henrique Thomaz, foi o mais importante mestre de banda de sua época. Outros mestres de banda fizeram a história musical da região, tais como Júlio Catarina, Edson Porto e Lauro Carmo. Este último foi professor de muitos músicos em Alagoas e Sergipe, atuando nas cidades de Estância, Alagoinhas e Cachoeira. Ainda que de maneira informal, as bandas civis são instituições que têm oferecido formação musical no estado de Alagoas.

Em Sergipe, a atividade musical das bandas desenvolveu-se intensamente no interior, com uma presença marcante dessas agremiações. Segundo Santos (2012), as bandas de música marcaram a história de algumas cidades como Estância, Itaporanga, Laranjeiras, Japaratuba e Capela. Dentre os registros de professores e compositores que atuaram na história musical de Sergipe, a maioria está diretamente ligada à atividade das bandas de música. “Os mestres de banda eram os principais responsáveis pelos primeiros ensinamentos dos jovens da época” (MOREIRA, 2007a, p. 19).

Para Sebrão Sobrinho (apud MOREIRA, 2007a, p. 54), o desenvolvimento através de bandas e conjuntos musicais em Sergipe, começou na Vila de Itabaiana, com o português Francisco da Silva Lobo, entre 1745 e 1768. Ele foi o criador da Orquestra Sacra, cujo objetivo era acompanhar os ofícios religiosos, e que pode ter sido a origem da Filarmônica de Nossa Senhora da Conceição (FNSC), fundada em 1745 e tida como a mais antiga do estado.

Em 1879 passou a chamar-se Philarmônica¹⁰ Euphrosina e, finalmente, em 1897, foi denominada Philarmônica Nossa Senhora da Conceição. A FNSC foi o centro da atividade musical de Itabaiana até a criação de outra banda, a Filarmônica de Santo Antônio, com a qual estabeleceu uma espécie de rivalidade comum na época. Liberato (2007) afirma que a FNSC é uma das mais importantes instituições musicais de Sergipe pelo trabalho de difusão cultural e também pelo projeto pedagógico que desenvolve. Atualmente, a FNSC transformou-se num complexo musical que atende a mais de 600 alunos, de Itabaiana e cidades vizinhas.

Essa Filarmônica possui 200 sócios, um corpo docente formado por 15 professores e seis monitores. Seu projeto contempla as formações instrumentais de Banda Jovem, Banda Sinfônica, Orquestra Sinfônica, Coro Sinfônico, Coro Infantil e aulas de Iniciação Musical.

Outras agremiações que desenvolvem atividade pedagógica em Sergipe são a Filarmônica do Divino, no município de Indiaroba; a Sociedade Filarmônica Euterpe Japaratubense (1900); a Sociedade Musical Lira Carlos Gomes (1879), no município de

¹⁰ *Philarmônica* deriva de filantropo e significa que os músicos da agremiação são amadores e não recebem salário pela atividade.

Estância; e a Banda Euterpe Maruinense (1875), do município de Maruim.

As Bandas de Música, como em todo o Nordeste, também atuam no Rio Grande do Norte, com destaque para as Bandas Militares da Marinha, Aeronáutica, Exército, Polícia Militar e Fuzileiros Navais. Algumas dessas instituições atingiram um alto padrão de organização como a Associação Musical de Cruzeta (AMUSIC). A AMUSIC foi fundada em 1999 com o objetivo de administrar a Banda Filarmônica de Cruzeta e a Escola Municipal de Música, que atualmente atende a 200 alunos. A Associação é bastante atuante no movimento das bandas e seu trabalho é voltado para o ensino e prática coletiva de música no processo de inclusão social de crianças e jovens.

No Piauí, houve um expressivo movimento musical na cidade de Oeiras entre os séculos XIX e XX, devido à intensa atividade das Bandas de Música, das quais as mais atuantes eram a Banda Triunfo e a Banda Vitória. Essas agremiações rivalizavam entre si musicalmente e também por questões políticas divergentes, pois eram financiadas por partidos de apoio ou oposição ao governo da época. Duas bandas chegaram a instituir aulas de teoria musical e técnica instrumental aos seus membros na década de 1950, surgindo assim a Escola de Música do 25º Batalhão de Caçadores e a Escola de Música da Força Policial do Estado. Entretanto, sabe-se que a formação musical oferecida pelas bandas era limitada e restringia-se às necessidades do repertório da própria instituição. Entre os principais professores ligados à atividade de educação musical em bandas no Piauí, citamos Sebastião Simplício, da Banda de Música da Polícia Militar e Luís José dos Santos, que fundou a Banda de Música da Escola Técnica Federal. Ferreira Filho (2009, p.123) ressalta que essa instituição foi responsável por um intenso movimento de ensino do instrumental de bandas no Piauí.

No Ceará, como em quase todo o Nordeste, as bandas de música ocuparam um espaço importante na atividade musical. A primeira banda que se organizou em Fortaleza foi a Banda do Batalhão de Segurança do Estado do Ceará, fundada em 1854 e da qual participava Vítor Nepomuceno, pai do compositor Alberto Nepomuceno. Mas havia também as bandas particulares, que trabalhavam por contratos a preços elevados e tocavam em bailes carnavalescos, passeatas, recepções e eventos de todo tipo.

As bandas faziam as aberturas de quase todos os concertos nos teatros da cidade, com um repertório que variava entre valsas, marchas e polcas. Os músicos eram amadores, pois havia poucos professores na cidade, o que incentivava o autodidatismo e prejudicava a qualidade musical das agremiações. Segundo Martins (2012), havia um número razoável de pequenas orquestras na cidade, que se apresentavam com muita frequência. Entretanto, essas orquestras não seguiam o modelo clássico de orquestra: a maioria misturava instrumentos de

caráter popular, como violão e cavaquinho, aos instrumentos eruditos, e por isso eram chamadas “orquestras de pau e corda”.

Embora saibamos que a presença de bandas e filarmônicas é unanimidade em todo o Nordeste, não encontramos trabalhos e ou pesquisas que detalhassem sua atividade no Estado da Paraíba.

3.4 Música nos Teatros

Em alguns Estados do Nordeste, a intensa atividade musical que acontecia nos teatros, impulsionou o desenvolvimento musical das cidades de forma decisiva. Foi o caso de Pernambuco e Ceará, sobre os quais discorreremos a seguir; e do Maranhão, que trataremos no capítulo seguinte.

Em Pernambuco, no século XIX, merece destaque a construção do Teatro Santa Isabel, em torno do qual a cidade de Recife viu florescer a cultura operística. O projeto foi de autoria do presidente da província, Francisco do Rego Barros que, em 30 de abril de 1839, assinou a Lei número 74, autorizando a construção de um teatro público para a cidade. Ele também financiou a vinda de profissionais europeus, engenheiros, matemáticos, técnicos e operários, especialmente para viabilizar a realização do projeto, entre eles, o engenheiro francês Louis Léger Vauthier¹¹, que foi o responsável pela execução do projeto do teatro.

O Teatro Santa Isabel foi inaugurado em 1850, assim nomeado em homenagem à Princesa Isabel e com suas temporadas de ópera influenciou toda a atividade musical do Recife durante toda a segunda metade do século XIX. Muitas companhias líricas estrangeiras, em sua maioria italianas, se apresentavam em longas temporadas. Silva (2006a) apresenta registros de apresentações de espetáculos de ópera desde o início da década de 1850 até 1869, quando o teatro foi quase totalmente destruído por um incêndio. Reinaugurado em 1876, o Teatro Santa Isabel seguiu sendo o centro das atividades musicais do Recife, cujos reflexos se fizeram sentir até as primeiras décadas do século XX¹².

¹¹ Louis Léger Vauthier (1815-1901): engenheiro francês de pontes e calçadas que chegou ao Recife em 1840 onde, além do Teatro Santa Isabel, foi responsável por várias obras entre edifícios e estradas. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=314&Itemid=191>. Acesso: 12 jun.2014.

¹² Em 1949, o Teatro Santa Isabel foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como propriedade da Prefeitura do Recife. Em 1950 completou 100 anos e, desde então, o prédio tem passado por várias reformas que otimizam a sua permanência no cenário cultural do Recife e do Brasil.

O movimento de cultura teatral e musical ocorrido no Recife no século XIX veio causar um reflexo bem positivo que adentrou aos séculos seguintes, como pode ser verificado na documentação que informa, como resultante de uma educação musical, na formação de grupos orquestrais e corais, até mesmo na fundação de conservatórios e cursos oficiais de música no Estado de Pernambuco (SILVA, 2006a, p. 159).

Ainda segundo Silva (2006a), o movimento operístico no Recife foi tão intenso, que chegou a exercer influência nas províncias vizinhas de Alagoas e Paraíba, e também no Ceará! Em decorrência disso, a produção musical ampliou-se e movimentou o mercado em torno dela, fazendo surgir bandas de música, corporações e clubes musicais. O contexto sócio-cultural incentivou a oficialização do ensino de música nos colégios, fomentando também a atividade pedagógica de professores particulares e, conseqüentemente, lojas de instrumentos musicais, editoras de música e até fábricas de piano se estabeleceram na cidade.

No início do século XIX, as atividades musicais no Ceará estavam ligadas aos ofícios religiosos da Igreja Católica: missas, procissões, ladainhas e novenas. Em 1830, quando foi fundado o primeiro teatro na cidade de Fortaleza, o Teatro Concórdia, também chamado Casa da Ópera¹³, o cenário musical do Ceará começou a sofrer modificações. Companhias líricas nacionais e internacionais, em trânsito para Belém e Manaus, eram interceptadas e apresentavam-se no teatro, que também recebia companhias teatrais e músicos amadores.

Muitos músicos estrangeiros, de passagem pela cidade, davam aulas particulares de canto e instrumentos, tais como piano, violão e rabeca, e alguns acabavam fixando residência em Fortaleza. Esse foi o caso do maestro Ciro Carlini, regente italiano que veio com uma Companhia Lírico-Cômica italiana em 1884, e que muito contribuiu para o desenvolvimento musical no norte do Estado do Ceará, onde faleceu em 1917. Em 1876 foi fundado o Teatro São José, cuja programação priorizava os espetáculos dramáticos. No ano seguinte, foi fundado o Teatro de Variedades, que era um espaço ao ar livre, onde o público mesmo se encarregava de levar seus assentos e em cuja programação era forte a presença das operetas. Em 1880, teve seu nome mudado para Teatro São Luiz e começou a receber as primeiras apresentações internacionais. Segundo Basile (2013), esse teatro manteve-se em atividade até 1896.

A fundação do Teatro José de Alencar (TJA) é um marco na história cultural do Ceará, cuja pedra fundamental foi lançada em 1896, no centro da Praça Marquês do Herval, atual Praça José de Alencar. Concebido como um teatro-jardim e com um projeto

¹³ Em 1842, o Teatro Concórdia passou a chamar-se Teatro Taliense.

arquitetônico ousado, somente em 1904 foi autorizada a construção e o TJA foi finalmente inaugurado em 1910. O jardim, entretanto, só foi construído na reforma de 1974, com projeto do paisagista Burle Marx. No grande evento de inauguração, a música do evento foi executada por uma orquestra local, regida pelos maestros Luigi Smido¹⁴ e Henrique Jorge¹⁵ e houve também apresentação de companhias de operetas e duos de canto e piano. Nas décadas de 1920 e 1930, a programação do TJA seguiu oferecendo muitos recitais de piano, cantores líricos e operetas. Da sua fundação até 1934, esses gêneros seriam os mais frequentes na programação de espetáculos, ao lado das companhias teatrais nacionais e estrangeiras.

Atualmente, o TJA possui o Centro de Artes Cênicas do Ceará, uma unidade multifuncional anexa que se afirma como um espaço de pesquisa, formação e difusão artística. O teatro funciona como um complexo cultural que abriga biblioteca, galeria de arte, salas de estudo e ensaios, oficinas de cenário, figurino e iluminação, Colégio de Dança do Ceará, Colégio de Direção Teatral, Curso de Princípios Básicos de Teatro e, ainda, os ensaios da Orquestra de Câmara Eleazar de Carvalho.

3.5 Música nas Escolas e Canto Orfeônico

Encontramos algumas pesquisas que atestam a presença da Música como disciplina no currículo das escolas a partir de meados do século XIX. Em escolas públicas e privadas do Piauí, no final do século XIX e início do século XX, foram encontrados registros de aulas de música. São exemplos: o Colégio Nossa Senhora das Dores (Teresina, de 1882 a 1889), o Colégio Jugurtiano (1887), o Ateneu Piauiense (1903), a Escola Normal Oficial (1910), o Colégio Portella Parente (1911) e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Porém, segundo Ferreira Filho (2009), até meados da década de 1970, ainda não havia uma única escola especializada em música em todo o estado do Piauí.

Na Paraíba, há indícios de que “[...] a Educação musical ou instrumental institucionalizada na Paraíba teve começo com os colégios (religiosos ou não), particularmente os femininos, antes disso, o ensino era efetuado por professores particulares” (CAMACHO, 2009, p. 2). Entretanto, no final do século XIX e início do século XX, alguns

¹⁴ Luigi Maria Smido (? – 1943): músico italiano, radicado no Ceará, onde viveu de 1910 a 1935. Em Fortaleza, fundou a Escola de Música Carlos Gomes (1928) e dirigiu a Banda de Música do Batalhão de Segurança da Polícia Militar.

¹⁵ Henrique Jorge (1872-1928): maestro e violinista conceituado, nascido em Fortaleza, onde organizou e dirigiu vários conjuntos musicais. Era também compositor de música sacra e de câmara e, dentre suas principais iniciativas, está a fundação do Conservatório de Música Alberto Nepomuceno. Em 1928, após seu desaparecimento, foi dado como morto.

colégios religiosos da Paraíba já ofereciam educação musical formal, com aulas de teoria da música e piano, porém, restrita ao gênero feminino.

A tendência das elites brasileiras no século XIX de supervalorizar tudo o que vinha da Europa, em especial da França, encontrou ecos na sociedade paraibana. Assim, as famílias consideravam importante na educação das moças, falar francês e tocar um instrumento, quase sempre o piano. Também em cidades do interior, a pesquisadora cita alguns colégios que ofereciam educação musical no formato descrito acima.

No município de Alagoa Grande¹⁶, há registros de uma escola de música em 1908, da qual a autora encontrou poucas informações, mas assinala que a maioria das escolas de música da época tinha o objetivo comum de formar bandas, e por essa razão, priorizavam os instrumentos de sopro. A autora cita, no mesmo município, o Colégio Nossa Senhora do Rosário, fundado em 1919 e dirigido pelas irmãs Doroteias, como outro estabelecimento de ensino em cujo currículo constava aulas de Música. (CAMACHO, 2012, p. 2). Segundo Silva (2014), essa instituição estabeleceu-se com sucesso em Alagoa Grande devido ao apoio, não apenas da Igreja, mas também da política e da elite agrária local. “O Colégio N. S^a do Rosário chegou a possuir pianos de cauda para o ensino de música [...]” (SILVA, 2014, p. 30).

Em Sergipe, paralelamente ao desenvolvimento das bandas de música, a educação musical nas escolas traçava uma trajetória digna de nota. Santos (2012, p. 32) faz referência a duas pesquisadoras que registraram em seus trabalhos as primeiras informações sobre a educação musical escolar em Sergipe no período imperial. Maria Thetis Nunes, em sua obra “História da Educação em Sergipe” (1984), registrou um depoimento do Imperador D. Pedro II, após uma visita a escolas na Província de Sergipe, em 1860. Em uma das escolas da cidade de Laranjeiras (SE), o Imperador relatou que foi recebido com a execução de um hino religioso em francês. O segundo registro foi feito por Ester Fraga Vilas-Bôas (2000), em sua dissertação “Educação Protestante em Sergipe 1884-1913”.

A pesquisadora apresenta os currículos da Escola Americana (Laranjeiras, 1886) e do Colégio Inglês, instituições de ensino em que a disciplina Música já estava inserida.

Paulatinamente, a Música foi ocupando um espaço cada vez maior nas escolas e, nos anos 30 do século XX, quando a disciplina Canto Orfeônico tornou-se obrigatória, alguns estados do Nordeste desenvolveram de forma mais expressiva esse programa de educação musical do Governo. Esses estados foram Pernambuco, Sergipe e Paraíba.

¹⁶ Cidade da Paraíba situada na região intermediária entre o litoral e o sertão, fundada em 1864 e que viveu o momento de maior crescimento econômico na primeira metade do século XIX, em virtude da lavoura de cana-de-açúcar e do algodão.

O Canto Orfeônico chegou a Pernambuco na década de 1930, como ocorreu em várias capitais do país. Fabiano Rodriguez Lozano (1884-1965), músico italiano naturalizado brasileiro, muito atuante em Piracicaba (SP), onde já desenvolvia um trabalho com canto orfeônico desde 1914, foi designado para reformar o ensino de música e canto coral nas escolas públicas de Pernambuco. Lozano formou um orfeão infantil e um normalista no Recife e, apesar de ter permanecido pouco tempo na função, consta que realizou apresentações em 7 de setembro de 1930, reunindo centenas de coralistas (GILIOLI, 2008). Após sua partida, Ceição de Barros Barreto¹⁷ assumiu a função de coordenar o canto orfeônico no Recife e publicou um manual didático intitulado “Côro Orfeão” (1938).

Quando o Estado de Sergipe adotou as orientações do Governo Federal, a Escola Normal de Aracaju foi a primeira no estado a fazer a inclusão do Canto Orfeônico, em 1934. Ressalta-se aqui, o fato de o estado de Sergipe ter sido o segundo no Brasil, depois do Distrito Federal, a instituir o projeto de Canto Orfeônico. Nesse Estado, o movimento orfeônico desenvolveu-se intensamente, seguindo o modelo nacional. O Maestro Vieira Brandão, que foi um dos principais colaboradores de Villa-Lobos na implantação do canto orfeônico nas escolas brasileiras, foi seu braço forte em Sergipe, para onde foi designado em 1936. A ele coube a tarefa de implantar e organizar a prática do Canto Orfeônico nas escolas públicas de Aracaju, o que ocorreu ainda em 1936, e ministrar um curso de Aperfeiçoamento em Canto Orfeônico, para professores das escolas públicas. A partir daí, as ações governamentais incentivaram o crescimento do ensino de música nas escolas e a oferta de Cursos de Aperfeiçoamento em Pedagogia da Música e do Canto Orfeônico, entre 1936 e 1938. No ano de 1940, a cidade de Aracaju já possuía vários grupos orfeônicos: Orfeão Geral, Orfeão Artístico, Orfeão Sergipense, Orfeão Misto Villa-Lobos e Orfeão da Força Policial.

Em 1945, o maestro Genaro Plech, pianista e também amigo de Villa-Lobos, fundou o Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe (IMCOSE), ligado ao Departamento de Educação do Estado e com sede na Escola Normal. A criação do IMCOSE fazia parte do projeto nacionalista do Presidente Getúlio Vargas, através do qual a música foi inserida nas escolas públicas e era utilizada como instrumento ideológico no desenvolvimento do patriotismo e sentimento cívico. O objetivo do instituto era “[...] preparar e diplomar em curso especializado o professorado de música e Canto Orfeônico imprescindível às necessidades da instituição pública local” (SANTOS, 2004, p. 2). Com a Lei de Diretrizes e

¹⁷ Professora catedrática de Canto Coral da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil (atual UFRJ); atuou como professora chefe da seção de Música e Canto Orfeônico da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal.

Bases da Educação Nacional (LDB 4.024/61), o ensino de Canto Orfeônico tornou-se optativo e o Instituto de Música mudou o nome para Instituto de Música de Sergipe. Em 1971, houve a aquisição de um prédio próprio e o Instituto teve o seu nome mudado pela segunda vez, para Conservatório de Música de Sergipe (CMS).

Na Paraíba, em 1947, o proeminente músico Gazzi de Sá foi convidado, pelo próprio Villa-Lobos, para ensinar no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. Aceitou o convite e mudou-se para o Rio de Janeiro, deixando sua discípula Luzia Simões como continuadora do trabalho musical na Paraíba. Mesmo à distância, continuou trabalhando pelo desenvolvimento musical de João Pessoa e, em 1952, foi criado o Conservatório de Canto Orfeônico da Paraíba, que passou a funcionar nas dependências da Escola de Música Anthenor Navarro. O Conservatório esteve em atividade por uma década e encerrou suas atividades em 1963, após formar sete turmas.

No Ceará, encontramos o registro do Canto Orfeônico no currículo do Instituto Federal do Ceará (IFCE), em 1956, ministrado pelo professor e maestro Orlando Vieira Leite. Nesse mesmo período, o maestro criou o Coral da Instituição, apenas com vozes masculinas, pois a escola só admitia rapazes nessa época. O Coral funcionou por 18 anos como Projeto de Extensão, até o afastamento do maestro em 1974.

3.6 Escolas e Conservatórios de Música

Abordaremos a seguir o surgimento das primeiras instituições de ensino formal de Música nos estados nordestinos, segundo a cronologia da sua criação. As escolas ou conservatórios, públicas ou privadas, surgiram no nordeste no recorte temporal de 84 anos, iniciado no final do século XIX e concluído no final do século XX.

O Estado da Bahia foi o primeiro a ter uma instituição de ensino musical no Nordeste. O compositor, poeta e professor Domingos da Rocha Mussurunga teve uma atuação determinante para o desenvolvimento musical da Bahia, e foi o idealizador do projeto de criação de um Conservatório de Música, apresentado à Assembleia Provincial em 1846, cinco anos após a fundação do Conservatório de Música do Rio de Janeiro. Essa cronologia comprova a influência dessa instituição de ensino na criação de outras semelhantes a ela no país.

O projeto elaborado por Domingos Mussurunga era bastante detalhado e demonstrava o sólido conhecimento musical do músico baiano. O curso completo de música estava sistematizado em oito anos de estudos e incluía na formação as disciplinas Teclas,

Sopro, Cordas, Solfejo, Instrumento, Canto, Piano, Harmonia, Baixo Cifrado, Contraponto, Teoria e Análise (PERRONE; CRUZ, 1997, p. 4). Porém, o ideal de Domingos Mussurunga concretizou-se somente em 1897, quando finalmente foi fundado o Conservatório de Música da Bahia – futuro Instituto de Música da Bahia e atual Instituto de Música da Universidade Católica de Salvador. Foi a segunda Escola de Música oficial do Brasil, que “[...] depois de passar por inúmeras dificuldades a ponto de, por muitas vezes, cogitar-se a sua extinção, milagrosamente consegue realizar seu primeiro centenário” (PERRONE; CRUZ, 1997, p. 4).

O Instituto de Música da Bahia teve importância significativa no panorama musical de Salvador, pois os músicos que ali se formaram foram responsáveis pela criação de outras escolas, conservatórios e centros de formação musical, que fazem parte da história do ensino de música da cidade. A Escola Normal de Música, fundada em 1934, pelo maestro Paulo Jatobá, tornou-se a Escola de Música da Bahia; os Seminários Internacionais Livres de Música (1954) deram origem à Escola de Música da Universidade Federal da Bahia (EMUS), onde se formaram inúmeros músicos de destaque nacional. A EMUS possui um corpo docente formado por 30 professores e oferece formação em Música em diversos formatos e níveis: Curso de Iniciação Infanto-Juvenil, Curso Básico (de nível Técnico), Curso de Graduação e Pós-Graduação.

Além dos cursos oferecidos pela EMUS, existem outras opções de formação em música na Bahia. Em 2011, foi criado o Centro de Formação em Artes, da Fundação Cultural do Estado da Bahia, com o objetivo de planejar, coordenar, executar e avaliar ações e projetos artístico-educativos, promovendo a democratização do acesso aos cursos, o funcionamento regular e a dinamização das diversas linguagens artísticas. O Programa de Qualificação em Música do centro oferece cursos diversos, em níveis básico, intermediário e avançado, para aperfeiçoamento de quem já tem experiência na área.

O Conservatório Pernambucano de Música foi criado no início da década de 1930, dando continuidade e ampliando o desenvolvimento do ensino de música no Estado. Sua criação foi o resultado dos esforços de um grupo de músicos liderado pelo professor e maestro Ernani Braga e o projeto foi abraçado pelo deputado Arruda Falcão, que o apresentou à Assembleia Legislativa, onde foi aprovado. O Conservatório foi fundado em 17 de julho de 1930 e teve como primeiro diretor o maestro Ernani Braga, auxiliado por uma Congregação de Catedráticos. Seu primeiro estatuto, aprovado no mesmo ano da fundação, continha os objetivos da instituição que eram a formação do Orfeão e da Orquestra do Conservatório, a criação de uma biblioteca e de um Museu de Música. Esse Estatuto possuía um caráter democratizador do ensino de música no estado, explicitado no item “Histórico” da página

virtual da instituição, assim redigido: “difundir o ensino teórico e prático da música, acessível a todas as classes sociais”¹⁸.

O Conservatório oferecia os cursos de Cordas Friccionadas, Teoria e Solfejo, Canto Coral, Harmonia, Piano e Canto Harmônico. Pela primeira vez na história, a cidade do Recife proporcionou o acesso à arte da música às classes sociais menos privilegiadas.

Um segundo estatuto, aprovado aos sete anos da fundação do Conservatório, determinou que o ensino de música no estabelecimento fosse feito mediante orientações advindas do Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, criando, dessa forma, uma espécie de correspondência curricular entre os cursos das duas instituições. Era o período da Intervenção Federal em Pernambuco e, em 1941, o Conservatório foi transformado em Autarquia Administrativa, sem, contudo, haver alterações na estrutura pedagógica e curricular da instituição. Nesse mesmo ano, após 11 anos de sua criação, finalmente cumpriu-se a formação da Orquestra Sinfônica do Recife, objetivo previsto desde o primeiro estatuto do Conservatório. A orquestra foi criada pelo Governo do Estado, em colaboração com o Conservatório, a Força Policial, a Rádio Clube de Pernambuco e o Sindicato dos Músicos de Recife.

Em 1968, o Conservatório recebeu nova regulamentação que alterou não apenas sua estrutura administrativa, como também ampliou seus objetivos pedagógicos. Através do Decreto nº. 1490, o Governador Nilo de Souza Coelho aprovou uma série de medidas que visavam a “[...] incrementação do bom gosto musical e a difusão e popularização do ensino teórico e prático da música, nos níveis elementar e médio, para todas as classes sociais”¹⁹.

O novo regulamento previa a criação dos cursos de Iniciação Musical, Ginástica Rítmica e Instrumentos (Flauta, Oboé, Clarinete, Fagote, Trompa, Trompete, Trombone e Percussão), um Quarteto de Cordas, um Coral Estadual e uma Banda de Música Infanto-Juvenil. Além disso, incluía a realização de concursos regionais e nacionais de música erudita e popular. Na esfera administrativa, o regulamento criou a Secretaria, a Assessoria Técnica e a Assessoria Jurídica e, em 1971, através de novo Decreto, foi extinto o cargo de Diretor Presidente.

Atualmente, o Conservatório Pernambucano de Música está vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Nos anos de 1989 e 1997, a instituição passou por reformas administrativa e pedagógica, a fim de adequar-se aos desafios impostos pelas demandas sociais do ensino de música no país, ajustando o Ensino Profissionalizante de

¹⁸ Disponível em: <<http://www.conservatorio.pe.gov.br/>>. Acesso em: 17 mar.2014.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.conservatorio.pe.gov.br/>>. Acesso em: 17 mar.2014.

Música à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O Conservatório Pernambucano de Música consolidou-se como instituição de ensino no cenário musical brasileiro, oferecendo cursos de Iniciação Musical, Preparatório, Curso Técnico Profissionalizante em Instrumento e Canto e Cursos de Extensão. Os cursos de instrumentos são oferecidos em 23 modalidades instrumentais e Canto Erudito. Atualmente, possui 95 professores e atende a 1.250 alunos.

Existe, ainda, em Pernambuco a Escola Técnica de Criatividade Musical do Recife, criada em 1982. Essa escola oferece cursos de formação musical para iniciantes e cursos técnicos em 18 modalidades instrumentais.

Na mesma década em que foi criado o Conservatório Pernambucano de Música (1930), foi fundado o Curso de Piano Soares de Sá, em João Pessoa (PB). É interessante notar que, em meio à forte crise política pela qual passava o Brasil, essas duas importantes instituições de ensino musical estavam iniciando suas atividades no Nordeste. Em 1929, o maestro Gazzi de Sá e sua esposa, Ambrosina Soares de Sá, fundaram o Curso de Piano Soares de Sá, que inicialmente era privado e funcionava na residência da família. Gazzi de Sá (1901-1981) foi um importante educador musical, promotor cultural e organizador do ensino de música no estado da Paraíba. No Rio de Janeiro fez o Curso de Pedagogia e Aperfeiçoamento do Ensino de Canto Orfeônico e, a partir de então, manteve contato constante com Villa-Lobos. Segundo Silva (2006b, p. 66), esse relacionamento lhe permitiu receber orientações para implantação e desenvolvimento do projeto de Canto Orfeônico na Paraíba.

Em 1930, iniciou-se o período da Intervenção Federal no Estado e Anthenor Navarro²⁰ foi nomeado como interventor, assumindo o governo no mesmo ano. Anthenor Navarro era um grande incentivador das artes e amigo de Gazzi de Sá, motivos pelos quais abraçou o projeto pedagógico-musical e cedeu, em 1931, uma casa para o funcionamento da Escola de Música. Tragicamente, Anthenor Navarro veio a falecer um ano depois, num acidente aéreo e, em sua homenagem, a Escola passou a chamar-se Escola de Música Anthenor Navarro (EMAN).

A história da EMAN é permeada por uma série de dificuldades relativas ao espaço físico da escola, principal entrave para o desenvolvimento das suas atividades pedagógicas durante muitos anos. Em 1983, após sucessivas mudanças de endereço, a EMAN foi instalada no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, onde permanece até hoje, mas ainda com problemas

²⁰ Anthenor de França Navarro (1898-1932): engenheiro e político que foi um dos líderes da Revolução de 1930 na Paraíba. Foi também crítico de arte e música e jornalista.

relativos à acomodações. A EMAN pertence ao Estado e está vinculada à Secretaria de Educação, mas precisa cobrar dos alunos uma taxa de matrícula mínima para garantir a manutenção de serviços básicos e também pagar os professores contratados. Segundo Silva (2006b), o corpo docente da EMAN é insuficiente para atender à demanda da comunidade e assim, o caixa da escola arca com as despesas de pagamentos de alguns professores contratados e funcionários. A escola, que começou apenas com o curso de piano, oferece hoje, além do curso de canto, quase todos os instrumentos da orquestra. O curso tem a duração de seis anos, divididos em 12 semestres letivos e os alunos recebem aulas práticas e teóricas, incluindo História da Música e Harmonia.

A história da educação musical no Ceará, por sua vez, apresenta pontos polêmicos, especificamente em relação à trajetória de suas instituições de ensino formal e o modo como se constituíram e estabeleceram no cenário cultural da cidade de Fortaleza. Duas instituições são fundamentais no desenvolvimento do ensino de música no estado: o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno (CMAN), a Escola de Música Luiz Assunção. Essas instituições são referências no Ceará e suas histórias coincidem com a própria trajetória da educação musical no estado. A criação do CMAN, em especial, apresenta características interessantes, que merecem um pouco da nossa atenção.

O marco inicial da educação musical no Estado ocorreu em 1919, quando o maestro Henrique Jorge fundou a Escola de Música Alberto Nepomuceno. Essa escola foi a primeira do Ceará, mas fechou quando o maestro faleceu em 1928. Nesse mesmo ano há o registro de criação de uma segunda escola de música no Ceará, a Escola de Música Carlos Gomes, fundada em Fortaleza por iniciativa de dois maestros: Edgar Nunes Freire e Luigi Smido. Poucas informações foram obtidas sobre essa escola, que esteve ativa por, pelo menos, 30 anos, como comprova registro de comemoração do 30º aniversário da instituição²¹.

Em 1938, Paurillo Barroso²², pianista erudito e compositor cearense, fundou o CMAN que, nos primeiros anos de funcionamento, foi dirigido pelas pianistas Ester Salgado

²¹ Tribuna do Ceará. 29.03.2012. **Escola de Música Carlos Gomes**. Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2012/03/escola-de-musica-carlos-gomes.html>>. Acesso em: 17 mar.2014.

²² Francisco Paurillo Barroso (1894-1968): compositor e promotor cultural nascido em Fortaleza, foi diretor artístico do Cassino Atlântico (RJ), do Theatro José de Alencar (CE) e do Conservatório de Música Alberto Nepomuceno (CE). Em Fortaleza, engajou-se nas atividades culturais, colaborando em eventos, festas e dirigindo shows. Sua obra é direcionada aos gêneros operetas, peças para piano, ou canto e piano, com uma produção superior a 300 peças. Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/latest-news/43939-amis-encerra-exposicao-paurillo-barroso-com-palestra-e-musica>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

da Fonseca, Branca Rangel²³ e Nadir Parente. Essa primeira gestão estendeu-se até o retorno do músico cearense Orlando Leite²⁴ a Fortaleza. Este, já formado em Licenciatura em Educação Musical no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO/RJ), onde estudou com Villa-Lobos, tornou-se diretor do CMAN em 1958, e, a partir daí, operou mudanças significativas na estrutura curricular da instituição.

O Conservatório tornou-se uma Escola de Música com 1º e 2º graus, com o objetivo de preparar alunos para um futuro Curso Superior de Música. Orlando Leite recebeu apoio da Universidade na obtenção do reconhecimento do Conselho Federal de Educação para os Cursos Fundamentais de Instrumentos, criação do Curso Médio de Canto Coral e do Curso Superior de Música. Estabeleceu profícua parceria com Antônio Martins Filho (1904-2002), primeiro reitor da UFC e, em 1965, o Conservatório passou a funcionar com recursos federais, num prédio cedido pela Universidade. Entretanto, o processo de incorporação do CMAN pela UFC foi interrompido em 1968 pelo afastamento do Reitor e demissão de Orlando Leite.

A partir de então, o CMAN tem enfrentado vários problemas, entre os quais citamos ameaças de despejo, infraestrutura precária, falta de recursos materiais e dificuldades para realizar o pagamento dos professores. Em sua estrutura física, o CMAN possui Pinacoteca, Biblioteca, Sala de Som, Sala para Música de Câmara, Auditório para 150 pessoas e Estúdio de Canto, Percussão e Teclado. Atualmente, tem 50 professores e atende a 400 alunos, entre crianças, jovens e adultos. Os cursos oferecidos à comunidade são Cursos de Formação Instrumental (Fundamental, Básico e Livre), Curso de Formação de Adultos, Musicalização pela Arte, Técnica Vocal, Laboratório Coral, Artes Plásticas, Projeto Eduque Bem Artes, Projeto Cultivando Talentos (Flauta, Canto, Violão, Teoria, Percepção Musical e Laboratório Coral).

A outra instituição de ensino no Ceará é Escola de Música Luiz Assunção, fundada em 1950, com o nome original de Sociedade Musical Henrique Jorge, em homenagem ao maestro cearense que muito contribuiu para o desenvolvimento musical do Estado. Essa entidade foi criada com o objetivo de manter a Orquestra Sinfônica Henrique Jorge, a primeira do Ceará, e obteve subvenção federal com o apoio do Senador Paulo Sarasate (1908-1968), que era filho do maestro Henrique Jorge. Com essa ajuda foram

²³ Branca Rangel (1892-1963): pianista e compositora cearense, natural de Ipu. Viveu em Sobral até a maioridade, depois mudou-se para Fortaleza, onde dedicou-se ao ensino do piano como professora particular e do Conservatório Alberto Nepomuceno, do qual foi uma das diretoras.

²⁴ Orlando Vieira Leite (1926-2011): maestro natural de Russas, é considerado um dos maiores promotores da cultura cearense, com uma contribuição marcante no movimento coral. À frente do Madrigal da UFC, conduziu o grupo à obtenção de prêmios internacionais. Em vida, o maestro muito batalhou pela criação da Orquestra Sinfônica do Ceará, sonho que não chegou a ver realizado.

adquiridos o imóvel, um casarão construído em 1875, e os instrumentos da orquestra, todos importados da Alemanha. Durante os quase 30 anos de atividades (1950 a 1979), a Sociedade manteve uma intensa programação artística, promovendo concertos com grandes nomes da música erudita e era frequentada pela elite da burguesia cearense.

Com a morte do senador Sarasate, a Sociedade perdeu a subvenção federal e as dificuldades aumentaram progressivamente. A diminuição do orçamento colocou em risco de extinção a Orquestra Sinfônica, que dependia da verba para contratação e renovação dos músicos. O contexto desfavorável permitiu que a sociedade musical e a orquestra resistissem somente até a década de 1970, quando a falta de subsídios e a precariedade do imóvel levaram as duas entidades a encerrar suas atividades. O prédio passou alguns anos em total abandono, chegando mesmo a ser ocupado por indigentes. Esse cenário começou a mudar apenas em 1982, quando Jairo Castelo Branco assumiu, por iniciativa própria, a direção da instituição.

Uma das providências tomadas pelo novo diretor foi a substituição do nome da instituição para Escola de Música Luiz Assunção²⁵, em homenagem ao famoso músico e poeta. Ao tornar-se escola, outros objetivos foram adotados, bem diferentes daqueles da Sociedade Musical, e voltados para o ensino de música, através de cursos de formação instrumental. Atualmente, a instituição oferece aulas de Violão (erudito e popular), Violino, Bandolim, Cavaquinho, Guitarra, Piano, Teclado, Bateria e Canto. Entretanto, algumas dificuldades permaneceram e o casarão do século XIX continua com problemas sérios em sua estrutura física e sem previsão de reforma. O imóvel tem registro de um desabamento ocorrido em 2010, mas o problema segue sem resolução. Com receio de novos desabamentos, o diretor transferiu o acervo de documentos, partituras e instrumentos para sua própria residência, a fim de proteger a memória da instituição.

A história do ensino de música no Ceará conta ainda com a iniciativa pioneira do Serviço Social da Indústria do Ceará (SESI-CE) que merece ser registrada. Há mais de quatro décadas, o SESI vem desenvolvendo um trabalho efetivo de formação musical de jovens instrumentistas no Estado, através de uma Escola de Música mantida por essa instituição privada.

Em 1973, os maestros Alberto Jaffé e David Lucas criaram uma banda de música no SESI da Barra do Ceará, que logo foi ampliada com a formação de uma Orquestra de Cordas, em 1975, em parceria com a FUNARTE. Os dois grupos passaram a constituir o 1º. Núcleo de Formação de Instrumentistas de Cordas e Sopro do SESI/CE, que atualmente

²⁵ Luiz Gonzaga Assunção, músico e poeta maranhense, nascido em São Luís em 1902 e radicado no Ceará na década de 1920.

chama-se Centro de Formação de Instrumentistas do SESI (CEFIS). O CEFIS tem como objetivos formar instrumentistas e profissionais para atuar nas orquestras, incentivar a criação de grupos de câmara, descobrir talentos musicais, difundir uma concepção consistente sobre o valor da arte musical e possibilitar o acesso à educação musical a jovens carentes ou em situações de risco social. São oferecidas aulas de Violão, instrumentos de sopro e cordas, além de Canto Coral. Os cursos são oferecidos a preços populares, voltados para a comunidade em geral (filhos de operários ou não), com idade mínima de sete anos, e não há a exigência de o aluno possuir o instrumento.

Em Sergipe, o Conservatório de Música originou-se do Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe, fundado pelo maestro Genaro Plech. Segundo Moreira (2007b, p. 2), o CMS é a única instituição pública em Sergipe que oferece formação musical de nível médio, mas enfrentou problemas pra obter o reconhecimento oficial. Ainda segundo a pesquisa do autor, além do problema do reconhecimento do Curso Técnico, o CMS passa por outras problemáticas que envolvem a falta de profissionais qualificados e o alto índice de evasão dos alunos. O corpo docente contava com apenas 11 professores formados em Música, dos quais nem todos são nomeados. Além disso, alguns são formados em outras áreas do conhecimento, mas possuem Curso Técnico em Música. O primeiro concurso público para professor da instituição foi realizado somente no ano de 2004, quando o CMS já se preparava para completar 60 anos de existência. A situação do CMS é “[...] uma prova da falta de políticas públicas e de um olhar cultural abrangente das autoridades” (SANTOS, 2004, p. 7).

O CMS passou por uma reforma realizada em duas etapas, que foi iniciada no ano de 2007. O prédio sofreu intervenções na área externa e interna, incluindo estacionamento, instalação de plataformas para cadeirantes e de um elevador, além de uma série de melhoramentos em toda a sua estrutura. Segundo o atual diretor da instituição, o professor José Valter Lima, o CMS dispõe de oito salas para aulas teóricas e 14 para as práticas, com um quadro formado por 28 professores. Atualmente, a instituição atende a 1.120 alunos, de diversas faixas etárias, a partir de sete anos e funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. Oferece cursos de Musicalização, Preparatório, Básico e Técnico Profissionalizante em 13 modalidades instrumentais²⁶.

Santos (2012) cita, ainda, a existência de escolas particulares de música em Aracaju. O Curso de Piano, Teoria e Harmonia, dirigido pela professora Helena Abud, e o Curso de Música Santa Cecília, dirigido pela professora Maria Valdete de Melo, foram

²⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=7573>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

certificados como entidades de utilidade pública e também contribuíram para a formação dos músicos sergipanos.

No início do século XX, a educação musical em Alagoas ainda existia na informalidade, porém, há registro de duas publicações relacionadas ao ensino de música em Maceió. A primeira, de impressão local, intitulada “Cantos Escolares”, é uma coletânea de hinos e canções, incluindo o Hino de Alagoas, de autoria de Tavares de Figueiredo e letra de Jayme d’Altavilla²⁷. Segundo Gilioli (2008), a obra trazia um forte teor nacionalista, tônica do canto orfeônico que se desenvolveria pouco tempo depois no Brasil. A segunda, de 1925, o “Compêndio de Theoria Musical”, de Luiz Lavenère (1868-1966), um crítico musical alagoano da época. Contudo, uma tentativa oficial de sistematização do ensino de música em Alagoas concretizou-se com a criação do Conservatório Brasileiro de Música Departamento de Alagoas (CBM-DA), em 1956.

O Conservatório foi fundado pela professora Venúzia de Barros Mello²⁸, que segundo Arecippo (2010, p. 21) que já havia dirigido uma Academia de Música em Maceió, entre 1940 e 1956. O CBM-DA foi uma extensão do CBM do Rio de Janeiro e a professora Venúzia trabalhou intensamente para o seu sucesso. Contudo, o orçamento anual do conservatório não era suficiente para cobrir os gastos mensais e financiar a vinda de professores do Rio de Janeiro e, assim, o CBM-DA sobreviveu por muito tempo graças à colaboração do Sr. Jacy Epaminondas de Mello, marido da professora Venúzia de Mello. O corpo docente do CBM-DA era quase todo voluntário, fato que certamente pode ter contribuído para o seu fechamento. Essa instituição privada manteve o ensino regular de música no estado até 1973 e atendeu a aproximadamente 300 alunos. Apesar de muitas iniciativas de incorporá-lo à Secretaria de Educação ou à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o conservatório não recebeu o apoio necessário à sua sobrevivência. A instituição oferecia cursos de Iniciação Musical, Teoria Musical, História da Música, Pedagogia Aplicada à Música, Canto Coral, Impostação Vocal e Canto Lírico, Piano, Acordeão, Violão, Violino e Bandinha Rítmica. (ARECIPPO, 2010, p. 22).

Após a extinção do CBM-DA, foi criado, em 1982, o Centro de Belas Artes de Alagoas (CENARTE)²⁹, ligado à Secretaria de Cultura do Estado. Desde a sua criação, o

²⁷ Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=fnwF5urxeEQC&q=>>>.

²⁸ Venúzia de Barros Mello (1927-): escritora, compositora e professora formada pelo CBM (RJ), fundou e dirigiu o CBM-DA e desenvolveu intensa atividade musical em Alagoas entre as décadas de 1950 e 1970. É membro da Academia Maceioense de Letras, do Conselho Estadual de Cultura (AL) e da Academia Alagoana de Cultura.

²⁹ O Centro de Belas Artes foi idealizado pelo Dr. Bráulio Leite Júnior, ator, teatrólogo, jornalista e escritor, e também idealizador e responsável pela criação de outros institutos culturais de Alagoas – Teatro de Arena Sérgio Cardoso, Museu da Imagem e do Som e Sala de Concertos Heckel Tavares.

Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/institucional/espaco-da-secult/cenarte/historico>>. Acesso: 17 jun.2014.

Centro ofereceu cursos nas áreas de Piano, Acordeon, Teclado, Violão, Violino, Cavaquinho, Sax, Clarinete, Flauta Doce e Transversal, Trompete, Trombone, Percussão e Teoria Musical.

Em 2006, foi criada a Escola Técnica de Artes (ETA)³⁰, que estabeleceu uma parceria com os Cursos de Graduação em Artes da UFAL (Música, Arte Dramática, Dança, Artes Visuais e Produção de Moda) oferecendo cursos de formação técnica em diversas linguagens artísticas. ETA elaborou a proposta de um Curso Básico de Música, que foi inserida no Plano Político Pedagógico do Curso Técnico em Instrumento Musical. O curso oferece iniciação musical em nível básico e destina-se a alunos matriculados a partir do 1º ano do Ensino Médio e Pós-Médio (que já tenham concluído o Ensino Médio), com carga horária de 120 horas. Em seu currículo constam aulas de Teoria Musical, Solfejo e Percepção Musical e Iniciação ao Instrumento.

De acordo com os dados levantados em nossa pesquisa, a instituição pública de ensino musical mais antiga no Rio Grande do Norte foi criada em 1962, e nesse mesmo ano foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Desde então, a Escola de Música da UFRN (EMUFRN) desenvolve intensa atividade musical no Estado. Inicialmente, oferecia cursos de Iniciação Artística, Preparatório, Curso Médio e Curso Final, mas essa estrutura foi alterada no decorrer dos anos. Além de atuar em Natal, a EMUFRN desenvolve, ainda, um projeto de extensão através do convênio firmado com a Prefeitura do Município de Macaíba. Em 2006, foi fundada a Escola de Música Municipal nessa cidade, desenvolvendo um trabalho de formação musical e de plateia. Hoje, a escola atende a 400 alunos nos cursos de Violino, Viola, Violoncelo, Violão, Contrabaixo, Guitarra, Teclado, Bateria, Flauta, Teoria Musical, Instrumentos de Sopro para formação de Banda e Canto Coral.

Além da EMUFRN, registramos também a existência do Conservatório de Música D'Alva Stella Nogueira Freire, que iniciou suas atividades em 1989 em parceria com um projeto de extensão da Universidade Estadual (UERN) e oferece cursos de música na região do alto-oeste potiguar, que abrange várias cidades. Desde então, vem preenchendo a lacuna de formação musical na região, preparando alunos para o ingresso nas bandas, grupos instrumentais diversos e cursos superiores de música, através de aulas coletivas e individuais. Os cursos oferecidos em três turnos pela instituição são: Musicalização Infantil, Formação Musical Básica e Formação Musical Média. As práticas instrumentais oferecidas são: Canto, Piano, Violino, Viola, Violoncelo, Contrabaixo Acústico; Contrabaixo Elétrico, Violão,

³⁰Disponível em: <<http://www.etaufal.com/>>. Acesso em 17 jun. 2014

Guitarra, Bateria, Percussão, Teclado; Cavaquinho, Flauta Transversal, Flauta Doce, Clarinete, Saxofone; Trompete, Trombone, Trompa.

No ano 2000, surgiu a Associação Cultural Talento Suzuki, por iniciativa da violinista e professora Márcia Pires. Essa associação é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que atua em Natal desde 2000, com o objetivo de oferecer a formação básica em música a crianças e jovens entre sete e 20 anos de idade. O projeto já é reconhecido como Entidade de Utilidade Pública Municipal e, atualmente, atende a uma clientela de 200 alunos, com ênfase para jovens em situação de vulnerabilidade social. A Casa Talento, como também é chamada, utiliza o Método Suzuki e oferece cursos de Violino, Viola, Violão, Guitarra, Contrabaixo Elétrico, Teclado, Bateria, Estruturação Musical e Linguagem e Musicalização Infantil. A associação desenvolve, ainda, os projetos Escola de Música, Orquestra Talento, Temporada de Concertos, Escola de Lutheria e Musicografia Braille.

No Piauí, na década de 1960, a pianista mineira Neusa de Almeida do Rego Monteiro chegou a Teresina e iniciou atividade como professora particular de piano, obtendo êxito e reconhecimento na cidade. Em 1966, sua aluna Maria Amélia de Azevedo Ribeiro foi para o Rio de Janeiro estudar na Academia de Música Lorenzo Fernandez (AMLF)³¹. Em 1972 retornou ao Piauí e fundou, em parceria com sua ex-professora e com apoio do Governo do Estado, na gestão do governador Alberto Silva, uma filial da AMLF denominada Departamento de Teresina.

Essa filial era, como a matriz, uma escola particular de música, com ênfase para o ensino do piano e as duas professoras ministravam as aulas em suas próprias residências. Outras professoras participaram dessa iniciativa, como as pianistas Maria Yêda Caddah e Marly Gondim. O ensino era desenvolvido com base no mesmo programa da AMLF do Rio de Janeiro e houve o intercâmbio de professores e alunos entre os dois Estados. A escola funcionou de 1972 a 1985, quando a matriz impôs restrições à manutenção do Departamento de Teresina, resultando na extinção do mesmo. A professora Neusa Monteiro retornou às suas atividades com aulas particulares de piano e a professora Maria Amélia passou a trabalhar no Curso de Música da UFPI.

Em 1977, mais uma iniciativa pedagógica particular foi registrada. Orlânia Monteiro Freire, formada pelo Conservatório de Música Alberto Nepomuceno (CE) e também

³¹ Instituição de ensino formal de música, fundada em 1953 no Rio de Janeiro, por Helena Lorenzo Fernandez e um grupo de renomados músicos e professores. Oferece Cursos de Nível Médio Técnico Profissionalizante – Instrumento, Canto ou Regência de Côro – e Cursos Livres. A instituição ofereceu Cursos de Nível Superior até 1984. Disponível em: <<http://www.academialorenzofernandez.org.br/cursos.htm>>. Acesso em: 27 Mai. 2014.

licenciada em Educação Artística pela UECE, retornou ao Piauí e fundou a Escola de Artes de Teresina (EART). A EART foi a primeira instituição a integrar Música, Dança e Artes Plásticas e transformou-se num centro de formação cultural, funcionando na residência de sua fundadora. A escola teve um projeto pedagógico bem fundamentado, utilizando os métodos musicais Orff, Kodály, Sá Pereira e Liddy Mignone. A instituição oferecia Curso Técnico Profissionalizante nas modalidades instrumentais de Piano, Violão, Flauta Doce, Flauta Transversal, Teoria Musical, Balé e Artes Plásticas. Em 1980, a professora Orlânia mudou-se para os Estados Unidos com o objetivo de cursar o Mestrado em Música e a EART foi extinta em 1981.

Em 1980, foi criada a Academia de Música Maria de Lourdes Hermes Gondim (AMLG), uma iniciativa da professora Susana Gondim e sua filha Marly Gondim Cavalcanti Souza. Esta última foi aluna da professora Neusa Monteiro e também do Departamento da AMLF em Teresina e, pouco tempo depois, se formou na primeira turma do Curso de Educação Artística da UFPI. A Academia funcionava nas residências das duas professoras, que se dedicaram especialmente ao ensino de crianças e adolescentes, ministrando aulas de piano, violão, flauta e musicalização. Por ocasião da mudança da professora Marly para a cidade de Floriano, a Academia fechou em 1984.

A Escola de Música de Teresina (EMT) foi fundada em 1981, pelo maestro Reginaldo Vilar de Carvalho, que foi o seu primeiro diretor. A EMT é a primeira escola de música pública do Piauí, mantida pela Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), um órgão do Governo do Estado. Através de uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC), a EMT funciona nas dependências da Central de Artesanato Mestre Dezinho e hoje é dirigida pelo maestro Aurélio Melo³². Possui um corpo docente de 50 professores, um corpo técnico de 18 funcionários e atende a 900 alunos, entre crianças, jovens, adultos e idosos. A escola pratica uma política de inclusão social através da concessão de bolsas de estudo para alunos da rede pública estadual de ensino, pessoas da terceira idade e alunos portadores de necessidades especiais. Os cursos oferecidos são: Musicalização Infantil, Iniciação à Música através da Flauta, Violão ou Teclado, Cursos Livres e Cursos Especiais (Música na Terceira Idade, Grupo de Percussão e Coral). As modalidades instrumentais são: Violão Popular e Clássico, Cavaquinho, Contrabaixo, Guitarra, Violino, Violoncelo, Rabeca, Bandolim, Piano, Órgão, Acordeom, Bateria, Flauta Doce, Flauta Transversal, Trompete, Clarineta, Oboé, Saxofone e Canto.

³² Aurélio Melo: regente do Coral da UFPI e da Orquestra Sinfônica de Teresina.

E, finalmente, em 2002, surgiu a Escola de Música Adalgisa Paiva (EMAP), uma escola livre com uma proposta inovadora de pedagogia musical no Estado. Criada com o objetivo de formar músicos profissionais em sintonia com as necessidades do mercado de trabalho, essa escola resultou de um projeto concebido pelos músicos piauienses Luizão Paiva³³, Vladimir Silva e João Berchmans, em parceria com o Departamento de Educação Artística (DEA) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Funcionando através de um convênio firmado entre essa instituição, a Prefeitura de Teresina e a Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, o projeto também foi abraçado pelo senador Alberto Silva³⁴, que destinou uma verba pública em apoio à manutenção da EMAP.

Dirigida pelo seu fundador, Luizão Paiva, a EMAP abre inscrições para novos alunos anualmente e oferece cursos de música com duração de um ano e meio, nas categorias: Iniciante ou Básico e Profissional. Os cursos oferecidos funcionam como Cursos de Extensão da UFPI e tem como um dos objetivos preparar alunos para o ingresso no curso de Graduação em Música. As vagas são preenchidas mediante disponibilidade nos cursos instrumentais de Trompete, Trombone, Saxofone, Flauta, Bateria, Guitarra, Baixo elétrico, Teclado, Piano, Sanfona, Violão e Canto. Em 2011, durante a gestão do Prefeito Sílvio Mendes, a EMAP passou por uma crise gerada pelo rompimento do convênio com a Prefeitura de Teresina. Sem o repasse de verbas destinado ao pagamento dos professores, que ficou por seis meses em atraso, a escola fechou as portas.

O quadro abaixo ilustra a fundação das primeiras Escolas ou Conservatórios de Música nos Estados do Nordeste.

³³ Luiz Antônio Oliveira Paiva e Silva (1950 -): maestro, compositor, arranjador e pianista jazzístico, neto da pianista Adalgisa Paiva. Estudou música no Colégio Arquidiocesano, Escola de Música Pró-Arte (RJ) e Berklee College of Music, em Boston (EUA). Retornou ao Piauí e fundou a EMAP, em parceria com o senador Alberto Silva.

³⁴ Alberto Tavares Silva (1918-2009): foi prefeito, governador, senador e deputado federal pelo Estado do Piauí. Músico de formação popular, estabeleceu parceria com Luizão Paiva na criação da EMAP, escola da qual foi Patrono.

Quadro 2 - Escolas e Conservatórios de Música no Nordeste do Brasil

CONSERVATÓRIOS E ESCOLAS DE MÚSICA NO NORDESTE DO BRASIL		
DATA	INSTITUIÇÃO	UF
1897	Conservatório de Música da Bahia	BA
1930	Conservatório de Pernambucano de Música	PE
1931	Escola de Música Anthenor Navarro	PB
1938	Conservatório de Música Alberto Nepomuceno	CE
1945	Conservatório de Música de Sergipe	SE
1956	Conservatório Brasileiro de Música - Departamento de Alagoas	AL
1962	Escola de Música do Rio Grande do Norte	RN
1974	Escola de Música do Estado do Maranhão	MA
1981	Escola de Música de Teresina	PI

Fonte: Dados da pesquisa

3.7 Cursos Superiores de Música

A criação dos cursos superiores de música no Nordeste se estendeu por toda a segunda metade do século XX e primeira década do século XXI. Entre a criação da primeira Licenciatura em Música da região, na Bahia e a última, no Estado de Sergipe, passaram-se 49 anos. Atribuímos a emergência tardia dos cursos superiores de música em alguns estados do Nordeste a diversos fatores observados na história do desenvolvimento do ensino musical nessas localidades. As dificuldades geradas por problemas com a acomodação e instalação das instituições de ensino, pagamentos dos professores, entre outros.

Abordaremos o surgimento dos cursos de graduação em música na região, segundo a cronologia de criação dos mesmos. Esclarecemos nossa opção pelos Cursos de Licenciatura para nortear essa pesquisa devido ao fato de hoje já estarem presentes em todos os Estados nordestinos, enquanto que os Bacharelados se estabeleceram em apenas 4 estados – Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte –, considerando que a UFAL oferece somente o Bacharelado em Canto. Dessa forma, consideramos que as Licenciaturas possibilitam uma análise mais homogênea da situação do ensino musical nas Universidades do Nordeste.

A Bahia foi pioneira também em instituir o curso superior de música na região Nordeste, em meados do século XX. As décadas de 1940 e 1950 entraram para a História como um período de grandes transformações no cenário cultural da Bahia, em que um ideal de modernização passou a nortear várias ações, inclusive na política do Estado. Nesse período, que chegou a ser denominado como “a renascença baiana” (TOUTAIN apud SILVA, 2013, p. 51) muitos intelectuais europeus chegaram à Bahia, fugindo do pós-guerra. Presenças marcantes foram registradas em vários segmentos da cultura, e influenciaram sobremaneira os eventos que se sucederam, com repercussão em todo o Brasil. A Universidade da Bahia³⁵ foi fundada por Edgard Santos³⁶ nesse contexto de efervescência cultural e, sob sua direção, a instituição passou a fazer parte de um projeto de inserção do Estado da Bahia numa posição de destaque no cenário nacional, tendo a cultura como ferramenta fundamental para atingir essa meta.

Em 1953, H. J. Koellreutter³⁷, músico alemão radicado no Brasil esteve em Salvador proferindo palestras sobre Estética Musical e, a convite do reitor Edgard Santos, fundou, no ano seguinte, em caráter de Projeto de Extensão, os Seminários Livres de Música da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esse projeto com caráter inovador perdurou de 1954 a 1962 e alcançou uma ampla escala de resultados, congregando uma parcela significativa de profissionais de música que vieram a ter destaque nacional e internacional, entre os quais citamos: Alda Oliveira, Carmem Mettig, Maria da Graça Santos, Paulo Gondim, entre outros. O maior impacto dos Seminários de Música foi a criação, quase que imediata, da Escola de Música da UFBA (EMUS) em 1954, no mesmo ano em que o projeto iniciou suas atividades. A partir de então, a Bahia atraiu ainda mais músicos estrangeiros, de diversos países da Europa, e foi, progressivamente, se consolidando no cenário pedagógico-musical como um respeitado centro de formação em Música.

³⁵ Fundada em 1946, por Edgard Santos, resultou da fusão das Faculdades pré-existentes de Medicina, Filosofia e Ciências Econômicas.

³⁶ Edgard Santos (1894-1962) foi fundador e o primeiro reitor da Universidade Federal da Bahia. Teve sucessivas gestões permanecendo no cargo de 1946 a 1961. Sob a sua reitoria a UFBA floresceu nas áreas de artes, humanidades e saúde e ganhou projeção, com destaque para Dança, Música e Teatro, primeiros cursos universitários do gênero no país. A UFBA alicerçou, na década de 1960, dois importantes fenômenos da cultura contemporânea: o Cinema Novo e o Tropicalismo. Disponível em: <<https://www.ufba.br/historico>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

³⁷ H. J. Koellreutter (1915-2005) foi compositor, professor e musicólogo de origem alemã que chegou ao Brasil em 1937 e iniciou uma série de ações que mudaram a cena da música erudita brasileira. Em 1938 começou a lecionar no Conservatório de Música do Rio de Janeiro e foi um dos fundadores da Orquestra Sinfônica Brasileira (1940). Em 1939, fundou o Grupo Música Viva e introduziu o Dodecafonismo no Brasil. Foi professor de uma geração de compositores brasileiros populares e eruditos, com um método que priorizava a liberdade de expressão e a identidade de cada aluno. Foi fundador da Escola Livre de Música (SP) e da Escola de Música da UFBA (1954) e, em 1975, dirigiu o Conservatório Dramático Musical de Tatuí (SP).

O Curso de Licenciatura em Música da UFBA foi criado no ano de 1958. Tem duração de quatro anos, é oferecido em horário diurno e oferece, ainda, uma Especialização em Banda. A EMUS realiza, ainda, uma série de eventos como extensão universitária, tais como, Semana de Educação Musical, Semana de Música Contemporânea, Jornada de Etnomusicologia, Ciclos de Música, Simpósio Brasileiro de Música e Seminários de Música Popular.

A UFBA foi pioneira também em oferecer cursos de Pós-Graduação em Música no Brasil, tendo o Mestrado e Doutorado mais antigos do Nordeste, criados, respectivamente, nos anos de 1990 e 1997. A Pós-Graduação da UFBA é oferecida em dois formatos: Acadêmico e Profissional. O formato Acadêmico oferece as seguintes áreas de concentração: Composição, Execução Musical, Etnomusicologia e Educação. O formato Profissional criado em 2012, é mais uma iniciativa pioneira da UFBA, pois a instituição é uma das primeiras a oferecer o Mestrado Profissional em Música no Brasil.

Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), os primeiros cursos superiores em Música foram criados também no final da década de 1950, e desenvolviam suas atividades na Escola de Belas Artes. Os Bacharelados foram criados em 1957 e começaram a funcionar em 1960; a Licenciatura foi criada em 1972 e obteve o reconhecimento através do Decreto nº. 82.167/78.

Atualmente, o Departamento de Música está ligado ao Centro de Artes e Comunicação e oferece os cursos de Bacharelado em Canto ou Instrumento, Licenciatura em Música e uma Especialização em Pedagogia do Instrumento, realizada em parceria com as Universidades Federais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. As atividades de extensão são desenvolvidas através dos seguintes cursos e projetos: Curso de Extensão em Percussão, Piano Criativo, A Música na Liturgia Medieval, Curso de Trompete, Laboratório de Violinos, Curso Livre de Cravo, Projeto Chimes e Educação Musical, Canto Coral e TAMBACAC (grupo de estudo de movimentos corporais). O Departamento de Música da UFPE possui ainda os chamados Grupos Residentes, formados por professores e alunos dos cursos, que são: Coro ARS CANTICUS, Grupo Flauta de Bloco, Grupo Experimental de Ideias Aditivadas (GREIA), La Big Band, Orquestra Experimental de Frevo da UFPE, Orquestra de Câmara da UFPE (Ensemble Barroco Sonoro Ofício) e Grupo de Trompetes da UFPE.

Na Universidade Federal da Paraíba, o Setor de Artes foi criado na década de 1960. Oferecia cursos livres de música, teatro e artes plásticas, semelhantes aos implantados na Universidade Federal da Bahia (UFBA), alguns anos antes. A partir do final dos anos

1960, a Paraíba recebeu diversos professores de fora do estado, inclusive estrangeiros³⁸, para compor o corpo docente da UFPB. Assim, paulatinamente, a Universidade passou a ser o principal centro de formação de profissionais de música da Paraíba.

A gestão do reitor Lynaldo Cavalcanti³⁹ merece destaque pelo investimento feito na construção de instalações adequadas ao funcionamento da Escola de Música, como também na contratação de professores e músicos de outros estados.

Durante as décadas de 1970 e 1980, devido às várias reformulações no ensino fundamental, o Departamento de Música da UFPB tornou-se independente e passou a ministrar somente aulas de música. O primeiro curso criado em 1975 foi a Licenciatura em Educação Artística, com diferentes habilitações, uma das quais era a Música. Em 1979, foi criado o Bacharelado em Música e, em 2005, a Licenciatura em Música, em substituição à Habilitação em Música da Licenciatura em Educação Artística. O Bacharelado é oferecido nas áreas de Composição, Práticas Interpretativas (Instrumento ou Canto) e Regência, e a Licenciatura oferece as habilitações de Práticas Interpretativas (Instrumento ou Canto) e Educação Musical. Hoje, os cursos de Música da UFPB estão incorporados ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

O Departamento de Educação Musical e o Departamento de Música da UFPB realizam um trabalho conjunto e possuem cerca de 60 professores. Em 2004, o Departamento de Música da UFPB abriu a segunda Pós-Graduação em Música do Nordeste, nas áreas de concentração em Práticas Interpretativas, Musicologia, Composição e Etnomusicologia. O Doutorado em Música passou a ser oferecido em 2013.

Curiosamente, a história do ensino de música no Piauí se desenvolveu de uma forma diferente dos outros Estados do Nordeste onde, em geral, a criação dos cursos superiores de música acontece depois dos cursos de nível médio e fundamental. “As primeiras tentativas de institucionalização do ensino de Música no Piauí, surgiram no início da década de 70 do século passado” (FERREIRA FILHO, 2009, p. 18).

Em 1971, foi fundada a Universidade Federal do Piauí (UFPI), mas ainda não havia nenhum curso de formação em Artes. Para suprir a carência de profissionais da área, entre 1973 e 1974, o Governo do Piauí criou o Centro de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares (CEPI), um órgão cujo objetivo era a formação artístico-musical dos

³⁸ Merece nota a presença do músico argentino José Alberto Kaplan, que se radicou em João Pessoa na década de 1960 e naturalizou-se brasileiro. Kaplan tornou-se professor do Departamento de Música da UFPB, criou o Festival de Artes de Areia, foi regente da Orquestra Sinfônica da Paraíba e criou um polo de compositores e pianistas na Paraíba.

³⁹ Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1932-2011): foi reitor da UFPB no período de 1976 a 1980.

professores da rede pública de ensino. Dirigido pelo maestro Reginaldo Vilar de Carvalho⁴⁰, o CEPI foi a única possibilidade de formação de professores de Arte no Piauí até 1977.

O trabalho desenvolvido pela instituição era voltado para uma linguagem musical contemporânea e com influência da pedagogia das Oficinas de Música, com as quais o diretor Reginaldo Carvalho havia tido contato. As atividades eram concebidas como oficinas e laboratório de experiências sonoras, evitando o ensino tradicional de instrumentos musicais. Para a realização desse projeto, o diretor montou uma equipe de trabalho, formada por artistas e professores de fora, entre os quais se destaca o pianista e compositor Emílio Terraza⁴¹, que foi bastante atuante na cena musical do Piauí na década de 1970. O CEPI significou um avanço, pois foi a primeira vez que o ensino público ofereceu o estudo formal de Teoria Musical, História da Música e Musicografia. Porém, em 1980 o CEPI foi extinto devido a questões políticas internas da Secretaria de Educação e Cultura. Hoje a instituição é considerada o “embrião” do primeiro Curso Superior de Música da UFPI.

Segundo Ferreira Filho (2009, p. 157), “[...] o ensino de Música na UFPI surgiu, na verdade, de uma motivação pessoal de José Emílio Terraza, um dos professores do CEPI”. A experiência das Oficinas Criativas (1975) e dos Cursos Livres de Música, oferecidos em caráter de extensão pelo Setor de Artes da UFPI, gerou um campo fértil para a criação da graduação. O projeto foi elaborado por um grupo de professores⁴² e o curso foi criado em 1976 como Licenciatura Curta em Música. Transformou-se em Licenciatura Plena em Educação Artística (CLPEA) no ano seguinte, com habilidades em Música, Artes Plásticas e Desenho.

Desde então o CLPEA vem desenvolvendo um trabalho constante de extensão junto à comunidade, através de projetos e grupos musicais com atuação permanente. Dentre os principais, citamos: Coral da UFPI, Madrigal da UFPI, Camerata da UFPI, Grupo de Música Experimental, Octeto da UFPI e os Projetos de Extensão (Curso de Piano e Curso de Canto). Destaca-se também a realização do Festival Internacional de Música da UFPI (2005 e 2006), os Cursos de Especialização (Musicologia Brasileira, Educação Musical e Musicoterapia) e a criação do Núcleo de Pesquisa em Música (NUPEMUS). Recentemente, o CLPEA passou por uma reformulação curricular com o fim de adequar a estrutura do curso às

⁴⁰ Reginaldo Vilar de Carvalho (1932-2013): maestro, compositor e educador musical, nascido na Paraíba. No Rio de Janeiro, estudou com Villa-Lobos no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e, em Paris, música eletroacústica com Pierre Schaeffer. Retornou ao Piauí em 1972 e foi um dos fundadores da Escola de Música de Teresina e do Curso de Música da UFPI, do qual também foi professor.

⁴¹ Emílio José Terraza (1929-2011): maestro e compositor argentino radicado no Brasil desde 1959. Foi regente da Orquestra Sinfônica Brasileira (1959 a 1964), professor da Universidade de Brasília (1969 a 1972), do Instituto Villa-Lobos e Escola de Música de Brasília.

⁴² Luis Botelho Albuquerque, Carlos Galvão, Emmânuel Maciel e Gislene Macedo.

novas diretrizes nacionais do ensino de Arte, que instituiu as Licenciaturas em Artes Cênicas, Artes Visuais e Música. Assim, o novo currículo do Curso de Licenciatura em Música da UFPI foi implantado no ano de 2011⁴³.

No início da década de 1980, foi criado o Departamento de Artes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com a proposta do Bacharelado em Música e Habilitação em Canto. Devido à necessidade de docentes na área, foi criado em seguida o Curso de Licenciatura em Música. “O Bacharelado em Canto e a Licenciatura em Música da UFAL foram instituídos pela Resolução 04/08/88, do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão)” (PROJETO..., 2006, p. 9) e, segundo o documento citado, esses dois cursos foram reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1992⁴⁴. Em 2006, os currículos de ambos os cursos foram reformulados, com o objetivo de ajustarem-se às recomendações e sugestões das novas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo MEC. Os cursos de Licenciatura em Música e Bacharelado em Canto estão vinculados ao Instituto das Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA) da UFAL. Possuem um corpo docente composto por 22 professores e desenvolvem as seguintes atividades de Extensão: Produções Artísticas, Cursos de Música em diversos formatos, Curso Preparatório para o Teste de Habilidade Específica, Semana da Música e Seminário de Pesquisa em Música.

No Rio Grande do Norte, a Escola de Música foi criada em 1962 e nesse mesmo ano, foi incorporada à Universidade Federal (UFRN). Desde então, a EMUFRN desenvolve intensa atividade musical no Estado. Em 1968, foi integrada ao Instituto de Letras e Artes, depois ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN e, por fim, em 1991, mudou-se para nova sede, no Campus Universitário. Inicialmente, a EMUFRN oferecia cursos de Iniciação Artística, Preparatório, Curso Médio e Curso Final, mas essa estrutura foi alterada no decorrer dos anos. Em 1997, foi criado o Bacharelado em Música e, em 2004, foi criada a Licenciatura em Música. Atualmente, os cursos oferecidos pela EMUFRN estão organizados em Bacharelado em Instrumento ou Canto e Licenciatura em Música e há também o Curso Técnico em 25 modalidades instrumentais e Canto.

Na Pós-Graduação são oferecidas especializações em Educação Musical na Educação Básica e em Práticas Interpretativas dos séculos XX e XXI. A EMUFRN desenvolve também um programa de Extensão abrangente, através do qual são oferecidos os cursos: Básico, Musicalização Infantil e Iniciação Artística (CIART). O programa foi criado

⁴³ Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/cc/arquivos/files/musica_cmpp.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

⁴⁴ Parecer do Conselho Federal de Educação nº. 425/92, Processo nº. 2.3065004011/91-48

em 1962 e trabalha a formação musical das crianças a partir dos seis anos de idade. O Curso Básico foi criado em 1999 e oferece habilitações em Canto e 15 modalidades instrumentais. A EMUFRN possui diversos grupos musicais permanentes, que têm o objetivo de possibilitar experiência profissional aos alunos e também estimular a pesquisa. São eles: Orquestra Potiguar de Clarinetas (2008), Duo Riedel/Cesetti de Canto e Piano, Jerimum Jazz (1998), Madrigal da UFRN, Bando de Sax (2007), Orquestra da EMUFRN (OSUFRN), Potibones (2008), UFRN Cellos, Sexteto Potiguar (2002), PERCUMPÁ (grupo de música de câmara instrumental e percussiva, 2011) e Poetas Líricos (grupo que desenvolve pesquisa na área de Canto). Observa-se que a maioria dos grupos citados tem participação expressiva do corpo discente dos cursos Técnico, Bacharelado e de Extensão que são oferecidos pela EMUFRN, o que garante a sustentabilidade dos mesmos. Eles também participam do Projeto Música para Todos, desenvolvendo um trabalho de formação de plateia em Natal e Região Metropolitana, através da realização de Concertos Didáticos destinados ao público jovem das escolas públicas estaduais.

No Maranhão, 2 cursos de Licenciatura em Música foram criados nas Universidades Estadual e Federal nos anos de 2005 e 2007, respectivamente. Sobre eles falaremos detalhadamente no próximo capítulo.

A Universidade Federal do Ceará foi criada em 1954 e, segundo Silva (2008), nessa mesma década, iniciou-se o debate interno sobre a criação de um Curso Superior de Música. Embora todas as condições se mostrassem favoráveis à criação do curso, esse debate se arrastou por décadas e só foi intensificado a partir de 2003, resultando na aprovação tardia do projeto do curso. É surpreendente notar que, das primeiras discussões até a efetivação do referido curso, passaram-se 75 anos. O Curso de Licenciatura em Música da UFC iniciou suas atividades em 2006 e está vinculado ao Instituto de Cultura e Arte (ICA), funcionando nos campi de Fortaleza, Cariri (desde 2011) e Sobral (desde 2012).

Em 1965, a UFC cedeu um imóvel para sediar o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno (CMAN) e foi iniciado o processo de incorporação à UFC. A partir de então, o Conservatório passou a funcionar com recursos federais. Em 1967 obteve o reconhecimento para um Curso Superior de Instrumento (Piano e Violão) e Canto e autorização para o funcionamento do Curso de Formação para Professores de Educação Musical. Porém, em 1968, o Reitor Antônio Martins foi afastado do cargo e ocorreu uma brusca interrupção no apoio às atividades artísticas do Conservatório.

O novo administrador se opunha ao incentivo e Orlando Leite foi demitido da direção do CMAN e do Curso Superior de Música. A essa altura, o processo de incorporação

do CMAN ainda não havia sido concluído e, assim, não havia oficialmente um Curso Superior de Música na UFC. Com o corte das verbas, o Conservatório continuou no prédio cedido pela Universidade, mas as dificuldades financeiras provocaram remanejamento dos professores e disciplinas e também redução do número de alunos. Em 1969 o CMAN foi reconhecido como Instituição de Utilidade Pública, mas o fim do apoio financeiro concretizou-se no início dos anos 1970, quando a Universidade rompeu definitivamente com o Conservatório, ao que tudo indica, por questões de ordem político-administrativa⁴⁵.

Em 1973, a Fundação Educacional do Estado do Ceará passou a financiar os cursos superiores do CMAN. Essa mesma Fundação criou, em 1975, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) que incorporou todos os cursos superiores que funcionavam isoladamente, entre os quais incluiu os cursos do CMAN. Assim, o curso superior do Conservatório, criado e apoiado pela UFC, foi oficialmente reconhecido em 1980, como Curso Superior de Música do Departamento de Artes da UECE. Esse curso funcionou no mesmo prédio do CMAN até o ano de 1995, quando foi transferido para o Campus Universitário de Itaperi. Entretanto, a UECE incorporou somente o Curso Superior de Música.

Em Sergipe, o Curso de Licenciatura em Música⁴⁶ foi criado no ano de 2007 e é a mais recente opção de formação musical no Estado. O curso é oferecido pela Universidade Federal de Sergipe no campus de São Cristóvão. Tem duração de quatro anos, em caráter presencial, e funciona no horário noturno. O corpo docente do Núcleo de Música é composto por 12 professores e a oferta é de 50 vagas a cada processo seletivo. Os candidatos realizam um teste de habilidade específica, em que são avaliados no conhecimento musical teórico e prático. O Núcleo de Música da UFS desenvolve um projeto de extensão que visa a formação inicial e continuada de músicos e amantes da música, através do qual oferece diversos cursos à comunidade. Esses cursos têm também o objetivo de proporcionar aos alunos da Licenciatura em Música a prática de ensino na área de teoria e percepção musical. Os cursos oferecidos são: Teoria Musical, Percepção Musical, Apreciação Musical, Formas Musicais e Metodologia do Ensino de Piano em Grupo. O Núcleo de Música desenvolve, ainda, ações de Extensão, como o Simpósio Sergipano de Pesquisa e Ensino de Música e o Festival de Violão de Sergipe.

O quadro abaixo ilustra o surgimento das primeiras Licenciaturas em Música em cada Estado do Nordeste:

⁴⁵ Sobre a relação entre o CMAN e a UFC, (SILVA; SILVA; ALBUQUERQUE, 2008).

⁴⁶ Informações Disponíveis em: <<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/portal.jsf?id=216>>. Acesso em: 16 jun.2014.

Quadro 3 - Licenciaturas em Música no Nordeste do Brasil

LICENCIATURAS EM MÚSICA NO NORDESTE DO BRASIL		
ANO	ESTADO	INSTITUIÇÃO
1958	BA	Universidade Federal da Bahia – UFBA
1972	PE	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
1975	PB	Universidade Federal da Paraíba – UFPB
1977	PI	Universidade Federal do Piauí – UFPI
1988	AL	Universidade Federal de Alagoas – UFAL
2004	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
2005	MA	Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
2006	CE	Universidade Federal do Ceará – UFC
2007	SE	Universidade Federal de Sergipe – UFS

Fonte: Dados da pesquisa

3.8 Cursos de Música nos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia

A partir da década de 2000, alguns Institutos Federais de Ciência e Tecnologia começaram a oferecer cursos na área de música, a maioria, Técnico em Instrumento Musical. Entretanto, até os dias atuais, apenas em 4 estados do Nordeste esses cursos foram instituídos: Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Segundo Gomes e Teixeira (2013), a educação musical no IFCE iniciou-se em 1956, quando a instituição ainda era Escola Industrial de Fortaleza, com a nomeação de Orlando Leite Vieira, formado pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, para o cargo de Professor de Canto Orfeônico. Os autores afirmam que, de 1956 a 1974, as atividades musicais na instituição desenvolviam-se em torno do Coral Masculino da Escola Técnica Federal do Ceará, que à época só admitia rapazes (GOMES; TEIXEIRA, 2013, p 7). Com a estruturação do corpo docente da área de Artes, progressivamente, essas atividades foram ampliadas e foram criados o Grupo de Flautas Doces da ETFC (1979) e a Banda de Música (1982).

Em 2002, o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará instituiu o curso Técnico em Música (atual Técnico em Instrumento Musical)⁴⁷. Em sua atual configuração, foi criado em 2011 e é oferecido na modalidade “Concomitante”, que se destina

⁴⁷ Informações disponíveis em <http://www.ifce.edu.br/>. Acesso em 18.maio.2014.

a estudantes que cursam o ensino médio em outras instituições e concluíram, pelo menos, o 1º ano no ato da matrícula no curso técnico do IFCE. O curso tem duração de dois anos e funciona em turno matutino, formando profissionais para o desempenho de atividades ligadas à performance instrumental do músico como intérprete e/ou compositor, solista e/ou músico integrante de grupos musicais de diversos tipos, ou ainda para atuar no mercado musical de arte e de entretenimento. O aluno escolhe o instrumento no ato da inscrição, que pode ser Flauta Doce, Violão ou Teclado.

Desde o ano de 2008, o Instituto Federal da Paraíba passou a oferecer o Curso Técnico em Instrumento Musical⁴⁸, nas modalidades de Técnico Integrado e Subsequente. O Técnico Integrado existe nos campi de João Pessoa⁴⁹ e Monteiro⁵⁰. O curso de João Pessoa tem duração de quatro anos e funciona no horário matutino e o curso de Monteiro funciona em horário integral. O Curso Técnico Subsequente é oferecido somente no campus de João Pessoa e funciona no turno vespertino.

Em Pernambuco, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) começou a oferecer o Curso Técnico em Instrumento Musical no ano de 2013, no Campus de Barreiros. O IFPE oferece também o Curso Superior de Licenciatura em Música Popular Brasileira, criado no ano de 2011, no Campus de Belo Jardim, destinado aos egressos do Ensino Médio. O aluno do Técnico em Instrumento Musical recebe formação para atuar em bandas e orquestras, conjuntos de música popular e folclórica, grupos de câmara, estúdios de gravação, rádio, televisão, multimídia e espaços alternativos de interação social, lazer e cultura. O Curso de Licenciatura prepara profissionais para atuar na Educação Básica (Ensino Infantil, Fundamental e Médio), em escolas especializadas em música (escolas de música, centros de educação musical e conservatórios) e em espaços informais de ensino de música, podendo ainda atuar como pesquisador e agente cultural⁵¹.

No Piauí, o Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí (IFPI) oferece formação musical através do Curso Técnico em Instrumento Musical, nas modalidades Técnico Concomitante e Subsequente, com duração de um ano e meio. O curso é oferecido no Campus Teresina Central e destina-se a alunos que estejam cursando ou já tenham concluído o Ensino Médio. O aluno escolhe o instrumento no ato da inscrição e durante o curso desenvolve atividades de performance instrumental, elaboração de arranjos, orquestração e harmonização de hinos e canções. Algumas possibilidades de atuação apontadas para o

⁴⁸ Informações disponíveis em: <<http://www.ifpb.edu.br/cursos/csl>>. Acesso em: 17 mar.2014.

⁴⁹ Autorização/Resolução CD/CEFETPB nº. 22, de 21/11/2008; e nº. 35, de 26/12/2008.

⁵⁰ Autorização/Resolução CS/IFPB nº. 75, de 17/09/2010; e nº. 82, de 27/09/2010.

⁵¹ Informações obtidas no IFPE. Disponível em: <<http://portal.ifpe.edu.br/cursos/>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

profissional egresso são bandas, orquestras, conjuntos de música popular e folclórica, grupos de câmara, estúdios de gravação, rádio, televisão, multimídia e espaços alternativos de interação social, lazer e cultura.

3.9 Uma breve discussão sobre o percurso da educação musical nos Estados do Nordeste

O conhecimento da história do ensino musical na região Nordeste nos forneceu elementos para tecer algumas discussões pertinentes à nossa pesquisa. Observamos que essa história foi construída de iniciativas, ora públicas, ora privadas, que caminharam juntas e que, a despeito da origem dos recursos que as mantinham em funcionamento, enfrentaram problemas comuns à maioria das escolas e instituições de ensino musical no Nordeste.

A experiência pública das Casas de Educandos Artífices no Império obteve bons resultados em poucos estados – Pernambuco, Piauí, Maranhão e Bahia – com destaque para os dois últimos. No Maranhão, a instituição existiu por quase meio século, 48 anos, e esse sucesso pode estar relacionado com o auge do ciclo do algodão, que aquecia a economia local na época. Ressaltamos o expressivo desempenho da Casa Pia na Bahia, observando que sua criação ocorreu antes da iniciativa imperial e que percorreu caminhos diferenciados de sobrevivência. Desde a sua origem foi patrocinada por uma burguesia de comerciantes e fazendeiros e, ao longo dos seus dois séculos de existência, recebeu ajuda governamental, mas jamais esteve unicamente na dependência desse subsídio para manter-se. Convém registrar que, nos Estados em que as instituições não lograram êxito, os problemas citados pelos administradores em seus relatórios foram quase sempre os mesmos: orçamento insuficiente para as necessidades dos internos, dificuldade para manter os professores nas instituições, falta de recursos materiais para o funcionamento das oficinas e problemas na estrutura física dos estabelecimentos. Muitas vezes, essas instituições serviram apenas para confinar os menores, isolá-los da sociedade, sem oferecer-lhes reais condições de sobrevivência física, emocional e, muito menos, profissional.

Pudemos perceber a importância incontestável das Bandas de Música na região, presentes em todos os Estados, nas capitais e interiores, exercendo um papel de difusão cultural e também pedagógico. Embora a educação musical oferecida por essas agremiações se dê dentro de uma relativa informalidade curricular, as bandas ainda constituem o acesso mais direto ao conhecimento artístico musical em muitas cidades do interior e também nas capitais nordestinas. Pudemos constatar a existência de escolas de música criadas por bandas, que já saíram da informalidade, com ensino de musical regular e oficializado.

Podemos afirmar que o movimento do Canto Orfeônico encontrou ressonância maior em alguns Estados nordestinos, como Sergipe, Pernambuco e Paraíba, que chegaram a ter instituições formais nessa área. Porém, mesmo em menores proporções, o Canto Orfeônico ecoou na maioria dos Estados do Nordeste, seja pelo ensino da disciplina nas Escolas Normais, seja pela migração de profissionais formados nos centros musicais do Sudeste do país, seja, ainda, pelo intenso desenvolvimento do movimento coral nos Estados nordestinos nas décadas de 1970 e 1980.

Não menos importante foi atuação das Sociedades e Associações Musicais, presentes em todos os Estados, que foram os antecedentes das instituições de ensino musical em suas localidades. Geralmente formadas por uma elite de músicos e intelectuais, fomentaram a atividade musical nas cidades, promovendo eventos, a profissionalização dos músicos locais e a criação das Escolas de Músicas.

Como problemas recorrentes no Nordeste, podemos citar a existência de poucas instituições de ensino formal de música, que não conseguem atender a demanda da sociedade, a falta de profissionais qualificados, a problemática das instalações físicas presente na maioria das instituições e a emergência tardia dos cursos de formação musical na região. Aliado a isso, há a dificuldade de aquisição, armazenamento e manutenção dos instrumentos musicais e as longas distâncias dos centros mais desenvolvidos do país, impossibilitando o acesso a uma série de eventos culturais fomentadores da atividade musical. Tudo isso sem falar na negligente atuação do governo em cumprir o seu papel de mantenedor das instituições públicas de ensino, o que leva muitas escolas a interromperem suas atividades ou a funcionarem precariamente, como é, atualmente, o caso da EMEM, em São Luís. Diante dessa realidade, pudemos também constatar quão rico e pulsante é o movimento musical no Nordeste, e quanta perseverança demonstraram os protagonistas e condutores dessa história, em cada estado, cidade e escola de música, em superar as dificuldades e prosseguir com a atividade pedagógico-musical.

4 O ENSINO DE MÚSICA NO ESTADO DO MARANHÃO: uma retrospectiva até os dias atuais

Segundo Carvalho Sobrinho (2004), as referências mais antigas acerca do movimento musical maranhense estão ligadas a eventos religiosos e políticos da Província – posses de políticos, inauguração de logradouros públicos, construção de conventos e igrejas – que eram quase sempre acompanhados de uma execução musical. Segundo o autor, a preocupação em reproduzir no Maranhão a prática musical de Lisboa permeou as atividades da Companhia de Jesus, pois há registros de trabalho vocal com os nativos desde 1615.

Em 1626 iniciou-se a construção da Igreja Nossa Senhora da Luz, concluída em 1699, e elevada a Catedral de São Luís em 1762 (DANTAS FILHO, 2014, p. 5). De acordo com a pesquisa do musicólogo Maurício Dottori (apud CARVALHO SOBRINHO, 2004, p. 11), foram encontrados dois registros para o cargo de mestre-de-capela para a Igreja Matriz de São Luís do Maranhão, no século XVII: Manoel da Mota Botelho em 1629, e João Ribeiro Lobo em 1648, ou seja, pouco tempo após a fundação da cidade. O autor ressalta, entretanto, que somente em 1745 foi composto o cabido⁵² da Sé – quase 50 anos após a criação da Catedral – pelo Bispo D. Frei Manoel da Cruz, e Dantas Filho (2014) nos esclarece que, desse cabido, os cargos ligados à atividade musical eram:

- a) Chantre – responsável pelo coro, substituía o mestre-de-capela quando este se ausentava;
- b) Organista – além da função, poderia cantar no coro e auxiliar o sacerdote;
- c) Moços de Coro – compunham o coro eclesiástico, atuando nos ofícios divinos e cerimônias religiosas públicas ou internas.

Por esses cargos, deduz-se que houve por algum tempo na Sé de São Luís uma execução musical com coro e órgão. Carvalho Sobrinho (2004, p.14) cita, ainda, Vicente Ferrer de Lyra (1796-1857), compositor português e mestre-de-capela da Sé de São Luís, já no século XIX. Dantas Filho (2014, p.9) nos fala também das inúmeras Irmandades e Confrarias religiosas, registradas na província desde o século XVII, cujas missas e eventos eram realizados com grande pompa, música orquestral e fogos de artifício. Segundo o autor, as mais antigas eram: Irmandade de São João Batista (1673), Irmandade do Senhor Bom Jesus

⁵² Cabido: conjunto dos clérigos de uma catedral, igreja ou colegiada (Dicionário Houaiss).

dos Passos (1722), Irmandade da Igreja de Santo Antônio, Irmandade do Sr. Bom Jesus dos Navegantes, Irmandade de São Benedito, entre outras.

O século XVIII no Maranhão foi marcado por um desenvolvimento econômico gerado pela atividade agrícola da lavoura do algodão e do açúcar. Sustentadas pela escravidão, a geração de riqueza atingiu seu ponto máximo em meados do século XIX. A partir daí, a cidade desenvolveu uma vida musical dinâmica, com grande fluxo de músicos e artistas vindos da Europa, especialmente da França, Portugal e Itália. Segundo Dantas Filho (2014), evento religioso dos mais concorridos na cidade de São Luís, nesse período, eram os Festejos de Nossa Senhora dos Remédios. O autor comenta uma crônica do escritor maranhense João Lisboa (1812-1863), em que este descreve as atividades dessa festa no ano de 1851, e segundo a qual os festejos dividam-se em duas partes – interna e externa à igreja. Cada parte apresentava características distintas, como também o eram seus protagonistas. As realizações na parte externa da igreja enfatizavam o caráter popular, com zabumbas, repiques, fanfarras e muito burburinho, tinham a população mais simples e pobre da cidade como predominante. Na parte interna da igreja, a elite da sociedade local dedicava-se à oração ao som de música sacra e canto lírico (DANTAS FILHO, 2014, p. 65).

Também nessa época floresceu uma geração de músicos e compositores maranhenses, cujos representantes têm parte de suas obras organizadas no Acervo João Mohana do Arquivo Público do Estado do Maranhão. Podemos ter um vislumbre do que foi a vida musical maranhense, na segunda metade do século XIX até o primeiro quartel do século XX, por meio da importante pesquisa realizada pelo Padre João Mohana⁵³, que, segundo ele mesmo, foi feita durante 30 anos e teve seu início em 1950. O Pe. Mohana relata que grande parte dessa produção foi se perdendo ao longo do tempo, após a morte dos seus autores, e que, em suas viagens, fez um verdadeiro trabalho de garimpo musical, recolhendo obras junto aos familiares e acervos de músicos remanescentes de uma época considerada o apogeu musical do Maranhão.

Segundo o relato do padre, os municípios pesquisados, além da capital, foram Viana, Penalva, Cajari, São Vicente de Férrer; Alcântara, Caxias, Gonçalves Dias, Codó, Coroatá, Carolina; Balsas, Arari, Barra do Corda e Imperatriz. Dentre os citados, o autor ressalta que Viana e Alcântara eram os mais proeminentes na atividade musical.

⁵³ João Mohana (1925-1995): maranhense de Bacabal, descendente de libaneses, foi médico, escritor e padre. Autor de inúmeros livros e pesquisador da música maranhense, reunindo obras de diversos compositores numa coleção que hoje está no Arquivo Público do Estado do Maranhão. A pesquisa do Pe. Mohana está relatada em seu livro intitulado *A grande música do Maranhão* (1995).

Dantas Filho (2014, p.87) afirma que no acervo recolhido por Mohana constam 2125 obras – e não 1416, como o próprio padre pesquisador estimara –, de 169 compositores, em diversos estilos que ele mesmo classificou como “eruditas” e “populares”, ilustram a produção musical maranhense num período que vai de 1836 a meados do século XX, e nele constam valsas, missas, oratórios, ladainhas, obras sinfônicas, operetas, mazurkas, dobrados, pastorais, polkas etc. Ressalta-se a presença de obras sacras do mestre-de-capela Vicente Ferrer de Lyra, considerado o mais antigo do acervo. Alguns compositores maranhenses, cujas obras constam no acervo, são Pedro Gromwell dos Reis, Adelman Corrêa, Ignacio Cunha, Othon Rocha, Henrique Ciriaco Ferreira, Francisco Libânio Colás, Elpídio Pereira, Antônio Rayol e seus irmãos Alexandre e Leocádio, entre outros.

De acordo com Mohana, a atividade musical maranhense no período citado acima era intensa, movimentada pelo grande número de profissionais atuantes nas cidades e pelas Bandas de Música, que existiram em quase todos os municípios por ele visitados. O pesquisador cita um Concerto Symphonico, realizado pelo compositor maranhense Elpídio Pereira, em que foram listados no programa 105 músicos participantes, todos maranhenses e professores de música. O padre enumerou alguns cursos mantidos por músicos que exerciam atividade pedagógica na cidade: Instituto Musical São José de Ribamar ou curso de Sinhazinha Carvalho; Instituto Cururupuense, no município de Cururupu, onde o compositor Moraes Filho lecionava Solfejo e Canto Orfeônico; Casa dos Educandos Artífices em São Luís; Escola Normal Primária que mantinha um curso de música; Escola domiciliar do Maestro Miguel Dias, no município de Viana. Segundo relato da filha do compositor ao Pe. Mohana, esse curso chegou a formar mais de 100 músicos nas modalidades de Pistom, Clarinete, Flauta, Flautim, Contrabaixo, Trompa, Bombardino, Trombone, Violino, Violão, Viola e Pratos.

Ainda segundo o autor, os grupos musicais como bandas, orquestras e conjuntos vocais também foram responsáveis pela dinâmica musical das cidades do interior do Maranhão. E acrescenta: “Podemos afirmar que, de mais ou menos 1870 a mais ou menos 1925, 90% de tudo quanto tocavam e cantavam nas igrejas do Maranhão era música composta por maranhenses” (MOHANA, 1995, p. 110). O autor cita diversas bandas existentes nos municípios de Caxias, Viana, Penalva, Itapecuru, Codó, Carutapera; Coelho Neto, Coroatá, Arari, Pinheiro, Carolina, Balsas, Barra do Corda e Imperatriz. Além desses, são citadas as bandas da Polícia e do Exército em São Luís, que, segundo o Pe. Mohana, eram as maiores e executavam também o repertório erudito.

A história da educação musical no Maranhão se desenvolveu através de várias instituições de ensino, que foram criadas ao longo dos séculos XIX e XX. Algumas foram instituições públicas, com o objetivo de profissionalização, e outras funcionaram como Cursos Livres, com objetivo de entretenimento e lazer. O marco inicial dessa história foi a criação da Casa dos Educandos Artífices, pelo então Presidente da Província João Antônio de Miranda, através da Lei nº. 105, de 23 de agosto de 1841 (AMARAL, 2001, p. 18). A instituição, tal como em outros Estados, visava dar abrigo a jovens órfãos, pobres e desvalidos e ensinar-lhes as letras e ofícios. Quando inaugurou, a Casa contava com 28 meninos matriculados, número que foi aumentando com o passar dos anos. Em 1853, já possuía 135 alunos (LIMA, 2008, p. 75) e, em 1873, 300 matriculados (CABRAL, 1989, apud CASTRO, 2014, p. 2). As oficinas, que como vimos, não funcionaram a contento em algumas instituições do Nordeste, no Maranhão, parecem ter alcançado resultados bem expressivos. Entre as diversas oficinas oferecidas citamos alfaiate, sapateiro, carpinteiro, pedreiro, funileiro, serralheiro e marceneiro.

Em 1844, já constava na lista de despesas da Casa um valor correspondente à remuneração de um Professor de Música e, entre suas atribuições regulamentadas, estava não somente a de ensinar Música, mas também de reger a Banda de Música da instituição e responsabilizar-se por seus contratos de trabalho. A Banda de Música poderia tocar em eventos religiosos ou não, pelos quais deveria ser remunerada, salvo se fizessem parte de festividades nacionais ou provinciais.

Segundo Castro (2014, p.1), a oficina de Música, “[...] a partir dos anos 1850, tornou-se uma das mais rentáveis fontes de captação de recursos para a Casa e também um meio de angariar reconhecimento e prestígio social, em razão das apresentações que realizava em eventos e locais públicos”. A instituição tinha como um dos seus objetivos, formar profissionais para atuar na sociedade ludovicense, cuja demanda se fazia cada vez maior. Em 1854, além dos instrumentos de sopro, foram instituídas também aulas de instrumentos de cordas.

Os primeiros sinais de declínio da instituição surgiram em 1873 e agravaram-se quando, por meio da Lei nº. 1.096, de 18 de junho de 1874, o número de alunos foi reduzido para 100. Consequentemente, houve também redução do número de oficinas oferecidas. A Casa de Educandos Artífices do Maranhão, em seus 48 anos de funcionamento, conseguiu atingir os objetivos a que se propôs com um sucesso significativo, sendo tida como modelo às criadas em outras províncias do país. Apesar disso, em 1889 a instituição foi extinta pela junta de Governo Provisório do Estado.

O Teatro União⁵⁴, inaugurado em 1817, concentrava em torno de si boa parte desse dinamismo, uma vez que companhias líricas e dramáticas se apresentavam ali com uma frequência considerável. Segundo Amaral (2001), durante o século XIX, as companhias líricas, em sua maioria, italianas e portuguesas, foram uma constante na programação do Teatro. Os músicos que chegavam com as companhias se demoravam na cidade. Alguns fixavam residência e começavam a atuar profissionalmente, inclusive, no ensino particular de música. Foi o caso do casal italiano Bosi⁵⁵, do pianista e compositor português Antônio Luiz Miró⁵⁶ e do soprano Margarida Sachero⁵⁷. “Em São Luís do Maranhão, cidade intelectual por excelência, que mereceu o cognome de ‘Atenas Brasileira’, em 1861 havia 32 professores de música” (VASCONCELLOS apud AMARAL, 2001, p. 20). Silva (2013, p. 81) apresenta uma lista de professores de música atuantes na cidade no final da década de 1870, com os respectivos endereços residenciais. Esse dado comprova uma prática comum entre os professores da época, de fundar pequenas escolas em suas próprias residências. A mesma autora relata que, da primeira à segunda metade do século XIX, várias instituições particulares de ensino em São Luís já inseriam a Música nos seus currículos, assim como outras modalidades artísticas como Pintura, Dança e Desenho. A maioria dessas escolas atendia à elite ludovicense e as aulas de música eram cobradas à parte, por um preço considerado caro para a época. Algumas dessas escolas privadas citadas pela autora são: o Colégio Nossa Senhora da Glória (1844), Colégio Episcopal de Nossa Senhora dos Remédios (1861), Internato e Externato de Sam Paulo (1861), Collégio da Sant’Anna (1863) e Externato da Imaculada Conceição (1881).

Em meados do século XIX, a cena musical maranhense foi enriquecida com a presença de Antônio Rayol (1855-1905), que se tornou um expoente da música erudita no país, alcançando sucesso também na Europa.

Antônio Rayol nasceu em São Luís, em uma família de músicos, onde desenvolveu intensa atividade musical desde muito cedo, com ênfase para o seu talento vocal.

⁵⁴ O Teatro foi construído em pleno ciclo do algodão maranhense, por iniciativa de dois comerciantes portugueses: Eleutério Lopes da Silva Varella e Estevão Gonçalves Braga. Construído em pouco mais de um ano, em estilo neoclássico, o Teatro União passou a chamar-se Teatro São Luiz em 1852, e Teatro Arthur Azevedo, em 1854, em homenagem ao famoso teatrólogo maranhense. Disponível em <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/taa/>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

⁵⁵ Ettore Bosi (violoncelista) e sua esposa faziam parte da Companhia Lírica de Giuseppe Dominici.

⁵⁶ Antônio Luiz Miró (1815-1853): maestro português de origem catalã que chegou à São Luís em 1849, trazendo uma Companhia Dramática e o objetivo de dirigir o Teatro São Luiz (antigo Teatro União). Segundo, Carvalho Sobrinho, o maestro dirigiu o Teatro São Carlos em Portugal e, em São Luís, atuou também como professor de piano, mas permaneceu por pouco tempo, pois adoeceu, chegando a falecer em Pernambuco, já em viagem de volta a Portugal (CARVALHO SOBRINHO, 2005, p. 262).

⁵⁷ Margarida Sachero: soprano que se casou com o teatrólogo maranhense Francisco Gaudêncio da Costa, passando a atuar musicalmente na cidade.

Certamente, recebeu influência das inúmeras companhias líricas que teve oportunidade de assistir ainda jovem e, aos 18 anos, tornou-se professor de Música da Casa dos Educandos Artífices. Aos 25 anos, após vencer um concurso no Rio de Janeiro, Antônio Rayol ganhou uma bolsa de estudos e foi para Milão (Itália), onde estudou canto lírico com os expoentes da ópera italiana, Alberto Giannini e Vincenzo Ferroni. Não sabemos ao certo a data do seu retorno ao Brasil, mas há registro de um concerto seu realizado em 1890, no Rio de Janeiro. Retornou a São Luís em 1891 e realizou uma temporada de concertos, além de exercer intensa atividade pedagógica nos principais centros musicais do país, como Belém, Salvador, Rio de Janeiro e Recife. A partir de 1894, trabalhou como professor de violino e canto no Recife e no Conservatório de Música da Bahia.

Pouco mais de uma década, após a extinção da Casa de Educandos Artífices, aconteceu a segunda iniciativa pedagógico-musical no Maranhão, que foi também governamental. No despojar do século XX, em 1901, o Governador João Gualberto Torreão da Costa criou a Escola de Música do Estado do Maranhão (Lei da Província do Maranhão, nº. 280 de 10 de abril de 1901) (AMARAL, 2001, p. 26). Para dirigi-la, convidou o maestro Antônio Rayol que, além de primeiro diretor da instituição, foi também professor de Canto. Com a direção de Antônio Rayol, essa nova escola já apresentou uma proposta pedagógica mais bem estruturada que a iniciativa anterior. Ressalte-se o fato de ser uma escola gratuita. Os alunos pagavam apenas a matrícula, e que tinha como pré-requisitos a exigência do ensino primário, idade mínima de nove anos e máxima de 25 anos. A escola funcionou num prédio situado na Rua Grande, no centro de São Luís, em horário noturno, e os cursos tinham duração entre dois e seis anos, segundo o Regimento Interno feito pelo próprio Antônio Rayol. Entretanto, para o ingresso no Curso de Canto, as exigências eram outras: além de já possuir o curso de Solfejo ou Canto Coral, o candidato deveria ter conhecimentos de francês e italiano. Embora se tratasse de uma escola pública, transparece aí uma tendência elitizante, pois a clientela que poderia conhecer os idiomas exigidos era, claramente, de classe econômica e social privilegiada. Os cursos oferecidos eram Música e Solfejo, Canto Coral, Teoria Musical, Violino, Flauta, Clarinete e Oboé, Canto Solo e Piano.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido na Escola de Música do Estado do Maranhão, consta que, em 1902, Antônio Rayol também lecionava Música no Liceu Maranhense e na Escola Normal, outros dois estabelecimentos públicos de ensino. Esse dado comprova a presença do ensino de Música, em duas das instituições mais importantes no cenário educacional do Estado, muito antes do projeto nacional de Heitor Villa-Lobos e Getúlio Vargas, que viria a acontecer 30 anos mais tarde.

Antônio Rayol foi subitamente acometido de uma enfermidade e veio falecer em 1905, no Rio de Janeiro. Com o seu falecimento, a Escola de Música fechou e assim permaneceu por dois anos. Mas a vida cultural em São Luís seguiu com intensa atividade, impulsionada pela agenda do Teatro Arthur Azevedo, que recebia diversas companhias, operetas, revistas e dramas, favorecendo novas iniciativas. De fato, a Escola de Música do Estado do Maranhão foi reorganizada no Governo de Benedito Pereira Leite, através do Decreto nº. 69, de 26 de julho de 1907 (AMARAL, 2001, p. 31) e, segundo o autor, nessa nova gestão ficou sob a direção de João Nunes (AMARAL, 2001, p.35). O novo regulamento criou os cursos de Violoncelo, Alto⁵⁸, Contrabaixo e Metais e a estrutura curricular passou a dividir-se em três seções, a saber, Elementar, Vocal e Instrumental.

A escola começou a funcionar também em horário diurno e algumas alterações foram feitas em relação às exigências do regulamento anterior. Houve um pouco mais de flexibilidade quanto à idade máxima, que passou a ser de 30 anos, e a idade mínima para ingresso no curso de Canto passou a ser de 14 e 15 anos, respectivamente, para o sexo feminino e masculino. A inovação digna de nota foi a indicação de três alunos para auxiliar o professor, numa espécie de monitoria, num claro incentivo à profissionalização. Após quatro anos de funcionamento, apesar do interesse sempre crescente pelos cursos de música, em 1911 o Governo decidiu fechar a Escola, alegando dificuldades financeiras.

Há que se falar um pouco sobre o pianista, compositor e professor João Nunes (1877-1951), que foi contemporâneo de Antônio Rayol, com quem realizou diversos concertos em São Luís. Foi apadrinhado por Coelho Neto⁵⁹, que patrocinou sua ida ao Rio de Janeiro para estudar no Instituto Nacional de Música, onde foi aluno de Alfredo Bevilacqua. Ainda no Rio de Janeiro, venceu um concurso e, com bolsa de estudos e apoio do Governo do Estado do Maranhão, partiu para Paris, onde permaneceu por dois anos.

Ao retornar ao Brasil, desenvolveu atividade como pianista, tocando nos principais centros musicais do Norte e Nordeste do país. Paralelamente, exerceu intensa atividade pedagógica no Maranhão, incluindo aí os anos que passou na direção da Escola. Permaneceu nesse cargo até o fechamento da instituição e logo transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde passou a dedicar-se mais ainda ao ensino do piano e à composição, abdicando da carreira de concertista. Em 1914, exerceu a livre docência no Instituto Nacional de Música,

⁵⁸ A denominação “Alto” refere-se à viola, instrumento da família das cordas friccionadas.

⁵⁹ Cosmopolitismo parisiense ante-guerra e o nacionalismo de entre-guerras no Brasil. Estudo de caso: João Nunes (São Luís do Maranhão, 1877 - Rio de Janeiro, 1951) Trabalhos da A.B.E. e I.S.M.P.S. Estudos paralelos ao Seminário “Pesquisa da Cultura e Política”. 110 - 2007/6 Disponível em: <<http://www.revista.brasil-europa.eu/110/Joao-Nunes.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

onde muitos pianistas formaram-se sob sua orientação.

Anos depois, em 1922, foi criada em São Luís a Escola de Belas Artes. Essa instituição particular de ensino resultou da associação de músicos e professores de arte, e oferecia cursos livres nas modalidades artísticas de Música, Pintura e Declamação. Era a iniciativa privada se manifestando no campo artístico-pedagógico da cidade. Apresentando dificuldades para manter-se, essa escola recebeu subvenção do governo a partir de 1923, mas mesmo assim os problemas não foram sanados. A maioria dos professores desligou-se da casa e, conseqüentemente, os alunos. O diretor da instituição, Antônio Lopes, foi acusado de ter feito mau uso do dinheiro público e a Escola faliu por falha administrativa.

A partir da década de 1920, a educação musical no Maranhão foi se transferindo, paulatinamente, para a iniciativa privada. A introdução obrigatória das disciplinas de Música e Canto no currículo das escolas públicas, feita em 1931 por Astolfo Serra, interventor do Maranhão, não foi suficiente para se impor frente à proliferação de cursos livres e particulares. Criados e administrados pelos músicos, funcionavam, muitas vezes, em suas próprias residências, como foi o caso do Curso de Piano da Professora Lilah Lisboa de Araújo, que possuía três pianos: dois de cauda e um de armário. Lilah Lisboa⁶⁰ era filha de uma das mais ricas famílias da época. Estudou música na Inglaterra e em Portugal e formou-se em Piano pelo Instituto Nacional de Música (RJ). Após retornar a São Luís, atuou como professora no Liceu Maranhense, na Escola Técnica e no Colégio São Luís, mas sentia falta de um centro de formação artística na cidade. Assim, no ano de 1948, reuniu um grupo de artistas, músicos e intelectuais de destaque em sua casa e, dessa reunião, surgiu a Sociedade de Cultura Artística Maranhense (SCAM). Essa sociedade foi criada no Governo de Sebastião Archer da Silva e um dos seus objetivos era colaborar com o Estado no desenvolvimento da cultura artística no Maranhão. A SCAM pretendia promover a realização de concertos, espetáculos teatrais e de dança clássica, exposições de artes plásticas e recitais de declamação. Além disso, a SCAM propôs-se a contratar professores nacionais e estrangeiros e criar um teatro, uma escola, uma biblioteca e uma discoteca. Para tanto, essa sociedade organizou-se em setores de Música, Artes Plásticas, Teatro, Literatura e Propaganda.

Em sua trajetória, a SCAM teve três diretores, Lilah Lisboa de Araújo (1948 a 1956), José Ribamar Belo Martins (1956 a 1967) e Francisco Aguiar Neto (1967 a 1973). Dentre as inúmeras realizações da SCAM para a sociedade maranhense, cita-se: Escola de Música e Artes Plásticas, criada em 1952; Academia de Música do Estado do Maranhão

⁶⁰ Lilah Lisboa de Araújo (1898-1979): no Brasil, foi aluna de Villa-Lobos, que a indicou para coordenar as atividades do Canto Orfeônico em São Luís.

(AMEM); Coral do Maranhão; Teatrinho dos Novos; Salão de Artes Plásticas (década de 1950); Salão de Dezembro: Artes Plásticas; Festas da Arte, realizadas no Teatro Arthur Azevedo; Orquestra Sinfônica da SCAM; Concertos da Orquestra Sinfônica Brasileira; concertos dos pianistas Magda Tagliaferro, Nelson Freire, Arnaldo Estrela, Oriano de Almeida; espetáculos de dança clássica, exposições, filmes e declamações.

Desde sua fundação, a SCAM foi mantida pela contribuição dos seus sócios, os quais chegaram a somar 600. Contou com a colaboração do Departamento de Cultura do Estado do Maranhão e dos patrocínios de empresas e casas comerciais. A partir de 1973, essa manutenção passou a ser responsabilidade do Estado que, infelizmente, não cumpriu sua função, levando a instituição ao seu fim.

A Escola de Música e Artes Plásticas foi criada em 1952 e foi uma das iniciativas da SCAM. Essa escola não chegou a ter uma sede própria e as aulas aconteciam no Palacete Emílio Lisboa, residência da Professora Lilah ou na casa dos outros professores. A escola não recebia subsídios suficientes para manter-se e, assim, teve um curto período de duração.

Apoiada pelo Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Maranhão⁶¹, a Escola Popular de Música foi criada em 1961. Segundo Amaral (2001), essa escola originou-se de um pequeno curso de aperfeiçoamento e iniciação musical ministrado pelas professoras Maria José Cassas e Herbênia Machado, cuja maior clientela era composta por músicos das bandas militares de São Luís. Em sintonia com os objetivos definidos pela Ordem dos Músicos do Brasil, a proposta da Escola Popular de Música era democratizar o ensino de música no Maranhão e estava imbuída do firme propósito de difundir a música popular brasileira, incluindo os compositores maranhenses e sua significativa produção.

Outras iniciativas importantes da SCAM foram a Academia de Música e o Coral do Maranhão. Ambas as entidades foram criadas em 1962 por José Ribamar Belo Martins⁶², e funcionaram em um prédio na Avenida Beira Mar, sob a direção do cantor Bruno Wyzuj⁶³. A Academia recebeu apoio político do governador Newton Bello e consta que a Assembleia Legislativa teria votado um subsídio especial para a criação da entidade. O quadro de professores era, em sua maioria, composto de músicos estrangeiros, vindos da Alemanha, Inglaterra e Suíça. Também contou com músicos maranhenses, e entre eles estavam a pianista

⁶¹ A Ordem dos Músicos do Brasil foi criada pelo Decreto nº. 3.857, de 22 de dezembro de 1960 (AMARAL, 2001). No Maranhão, a representação regional foi organizada pela professora Herbênia Machado.

⁶² José Ribamar Belo Martins (1927-2001): cantor lírico maranhense que estudou no Conservatório Brasileiro de Música (RJ) e ganhou bolsa de estudos para estudar nos EUA, onde também cantou profissionalmente. Retornou a São Luís e trabalhou ativamente em prol da música erudita no Maranhão.

⁶³ Bruno Wyzuj: cantor, pianista, regente e compositor polonês, atuou na Ópera de Bruxelas e Dusseldorf e dirigiu a Ópera de Luxemburgo. Obteve grande êxito na direção do Coral do Maranhão, fundado pela SCAM.

Maria José Cassas, formada pelo Instituto Nacional de Música; Olga Mohana, formada em Canto pela Universidade Federal da Bahia; José Ribamar Belo Martins, que estudou Canto nos Estados Unidos, e a pianista Walquiria Ferreira Neto. Músicos maranhenses, em exercício em algumas igrejas evangélicas da cidade, também compuseram esse quadro e, entre eles, citamos as irmãs Enilde Cotrim Figueiredo e Edenir Cotrim Guará. Segundo Amaral (2001, p. 74), a Academia de Música ofereceu vários cursos para clientelas diferentes: Iniciação Musical, Coro Infantil, Teatrinho de Ópera, Solfejo, Teoria Musical e Piano, Curso para Adultos (para profissionais e não profissionais), Curso Especial para Professores de Iniciação Musical, Curso de Impostação da Voz Falada, História e Apreciação da Música e Coral.

O Coral do Maranhão foi uma das mais bem sucedidas iniciativas da SCAM. Esse grupo obteve um sucesso rápido e representou o Maranhão em viagens pelo Brasil, com subsídios governamentais. O Coral passou a divulgar o nome da Academia e chegou a gravar um disco (*As Mais Belas Canções*), mas teve suas atividades interrompidas por afastamentos constantes dos regentes. Bruno Wyzuj deixou São Luís devido à instabilidade do cargo, e Henrique Gregori, também permaneceu pouco tempo à frente do Coral pela mesma razão. A terceira gestão administrativa da SCAM iniciou-se em 1967 e foi marcada pelas dificuldades, pois já não contava com a ajuda governamental. E assim, em 1973, mais uma vez, o Maranhão perdeu uma entidade impulsionadora da atividade artístico-pedagógica, que atuou durante 25 anos na capital.

Um ano depois, em 1974, o Governador Pedro Neiva de Santana criou a Escola de Música do Estado do Maranhão (EMEM), numa iniciativa que colocou, novamente, a educação musical do estado sob os auspícios do Governo do Estado. Sobre a EMEM, que é o nosso objeto de estudo, trataremos de forma mais aprofundada no capítulo 4 desse trabalho.

Presente no cenário musical de São Luís desde 1993, a Escola de Música do Bom Menino do Convento das Mercês é mais uma escola pública de formação musical, que goza de grande reputação na cidade, pois acaba de completar duas décadas de atividade ininterrupta. Há 20 anos, um ex-tenente do Exército, Sr. Aluizio Lobo (1917-2012), fundou a Banda do Bom Menino com o objetivo de proporcionar educação musical a crianças e jovens carentes da comunidade do Desterro⁶⁴ e, ao mesmo tempo, afastá-las da marginalidade e das drogas. Com a Banda, surgiu a necessidade de uma Escola de Música e o projeto cresceu. O Sr. Aluizio Lobo foi o fundador e também o primeiro diretor da Escola, que funcionou durante muito tempo nas dependências do Convento das Mercês. Durante sua trajetória, a

⁶⁴ Bairro do Centro Histórico de São Luís que, historicamente, foi uma zona de baixo meretrício.

escola teve como patrocinadores a Fundação José Sarney, o Banco do Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

A estrutura física da escola é relativamente pequena, pois possui apenas seis salas de aula e os recursos humanos contam com quatro professores e dois coordenadores no corpo administrativo, além da atual diretora, Sra. Conceição Martins. A escola atende a 349 alunos com idade entre nove e 18 anos, com a exigência de que estejam regularmente matriculados no Ensino Fundamental⁶⁵, e oferece gratuitamente fardamento, material didático, instrumentos musicais e alimentação (almoço e jantar). As aulas de Teoria Musical são comuns a todos e cada um escolhe um dos instrumentos da Banda, pois todos são oferecidos pela escola. Os alunos ingressam na escola ainda crianças e saem ao completar 18 anos de idade. Atualmente, a escola é um reconhecido centro de formação de jovens instrumentistas de Banda em São Luís. Está sediada num prédio da Fundação da Memória Republicana, situado próximo ao Convento das Mercês, e hoje é mantida integralmente pelo patrocínio da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR). Através de um convênio com a EMEM, os alunos oriundos da Banda do Bom Menino ingressam nos Cursos Técnicos da instituição, com isenção do processo seletivo.

Em 1996, o professor João Pedro Borges⁶⁶ voltou a fixar-se em São Luís, a convite do Centro de Ensino Unificado do Maranhão (CEUMA) para projetar e dirigir a escola de música da instituição. A Escola de Música do CEUMA (MUSICEUMA) funcionou como um Projeto de Extensão, oferecendo um curso livre de música⁶⁷. Os alunos recebiam aulas de Percepção Musical, Instrumento (Piano, Violão, Flauta, Teclado, Guitarra e Saxofone) e Canto Coral. O corpo docente da MUSICEUMA era formado, em sua maioria, pelos professores da EMEM, fato que comprova a carência de profissionais de música na cidade. Ao mesmo tempo, reforça a constatação de que a EMEM permanece sendo o esteio da atividade pedagógica musical em São Luís, fornecendo profissionais a outras iniciativas, inclusive as privadas. Segundo o ex-diretor João Pedro, no ano 2000, por ocasião da mudança de perfil da instituição de Faculdade para Centro Universitário, o CEUMA extinguiu suas atividades culturais. E assim, mais um centro de formação musical teve sua atuação interrompida precocemente.

Em 2005, outra iniciativa de João Pedro Borges resultou na Escola Municipal de Música (EMMUS) de São Luís, fundada na administração do prefeito Tadeu Palácio. A

⁶⁵ Dados obtidos junto à Secretaria da Escola do Bom Menino no ano de 2012.

⁶⁶ Violonista maranhense, conhecido como “Sinhô”, que foi um dos fundadores da EMEM. Fez parte do primeiro corpo docente da instituição, em 1974 e por muitos anos residiu fora do Estado.

⁶⁷ Informações fornecidas pelo professor João Pedro Borges, via e-mail, em 9 de junho de 2014.

EMMUS tem sua origem no Projeto Piloto de Música da Banda do Município “Amadeo Mozart” e, inicialmente, funcionou numa sala da Praça Maria Aragão. Nesse contexto, a instituição ofereceu o curso básico de formação musical nas modalidades instrumentais de Flauta, Oboé, Clarinete, Saxofone, Fagote, Trompa, Trompete e Trombone. Em 2007, foi inaugurada a sede da EMMUS, uma casa situada na Praça Antônio Lobo, no Centro de São Luís. Desde então, a trajetória da escola foi marcada pela instabilidade decorrente do fato de não ter um corpo docente fixo, pois os professores trabalhavam mediante sucessivas renovações de contratos. A EMMUS recebeu apoio de diversas instituições, tais como Colégio Pitágoras, ONG Upaon Açú, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), mas não conseguiu estabilizar um corpo docente.

Em 2009, o professor Joaquim Santos assumiu a direção da instituição e deu início à organização do Projeto Pedagógico da EMMUS, inexistente até aquela data. Cursos de formação em Violino, Violoncelo e Violão Clássico foram introduzidos, contudo, a escola seguiu durante 2009 e 2010 tendo dificuldades com o pagamento dos professores. Em 2011, os contratos de trabalho dos professores não foram renovados e a solução encontrada foi oferecer estágio aos alunos do Curso de Licenciatura da UFMA e assim, manter a escola em atividade, opção que funcionou apenas no primeiro semestre de 2011. Após permanecer um ano fechada, uma última tentativa de manter a escola funcionando ocorreu no segundo semestre de 2012, quando a EMMUS reabriu as portas, oferecendo apenas aulas de Violino, Violoncelo, Violão Clássico, Piano e as disciplinas comuns (Teoria Musical, Canto Coral e Prática de Orquestra) para um número reduzido de alunos, aproximadamente sessenta. Em 2013, a EMMUS interrompeu novamente suas atividades e até o momento não voltou a funcionar. Ainda não há previsão de quando será realizado um concurso público que contemple a categoria de Professores de Música, pela Secretaria de Educação do Município de São Luís. Até que isso aconteça, a EMMUS permanece fechada.

No ano de 2005, outra iniciativa de educação em Artes surgiu em São Luís: o Núcleo Arte Educação/NAE. Idealizado pela professora Nerine Lobão para funcionar nas dependências do Teatro Arthur Azevedo (TAA), o Projeto NAE resultou de uma parceria entre as Secretarias de Estado da Educação (SEDUC) e Cultura (SECMA), com participação da EMEM. Com o objetivo de oferecer Cursos de Artes nas modalidades de Teatro, Dança e Música (Canto Coral e Piano) para alunos da Rede Pública Estadual de Ensino (Fundamental e Médio), o NAE Projeto atende a uma clientela de alunos de sete a 17 anos.

No primeiro ano de funcionamento, o NAE desenvolveu o Projeto Ação de Formação de Plateia, que consiste em possibilitar o acesso às Programações Especiais do Teatro Arthur Azevedo (TAA) aos alunos das escolas públicas. Até 2012, a Formação de Plateia beneficiou, aproximadamente, 30 mil crianças, oferecendo espetáculos gratuitos nos seguintes eventos: Semana de Teatro, Semana de Dança, Semana da Música, Semana da Criança, Festival Maranhense de Corais, Festival Guarnicê de Cinema e Vídeo e Cantata Natalina. Com uma equipe de dois professores para cada linguagem artística e dois coordenadores (SECMA e SEDUC), os Cursos de Artes foram iniciados em 2006, todos em horário matutino. A área de Música subdivide-se em Canto Coral e Piano, em cuja modalidade há a participação da EMEM. Em parceria com o NAE, os alunos do Curso Técnico de Piano da EMEM realizam o Estágio Supervisionado ministrando as aulas de iniciação ao instrumento. O projeto oferece aos alunos o material didático, aulas individuais e coletivas, horários de estudo nos instrumentos do TAA, recitais coletivos ao final de cada módulo e certificado de conclusão.

Segundo dados do próprio NAE, até o ano de 2012, o projeto beneficiou um total de 225 alunos em Canto Coral e 109 alunos no Curso de Piano, através da parceria com a EMEM. O projeto, mantido por verba do convênio SECMA/SEDUC, também já foi patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA) e pela Fundação Sôsândrade. Atualmente, é subsidiado pelo Instituto Superior de Educação Continuada (ISEC). Próximo de completar uma década de funcionamento, o projeto mantém-se em atividade ininterrupta até os dias atuais.

A demanda pela criação de um Curso de Superior de Música cresceu significativamente na última década, em São Luís. Durante anos, os alunos egressos da EMEM tinham que deslocar-se para outras cidades a fim de dar continuidade à sua formação musical. Nessa perspectiva, e visando preencher essa lacuna do Estado na formação musical, foi criado em 2005 o Curso de Licenciatura em Música da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), vinculado ao Centro de Educação e Ciências Exatas e Naturais (CECEN). O projeto do curso foi elaborado pelo Professor Antônio Francisco Sales Padilha, que na época era o Secretário de Estado da Cultura e que foi o seu primeiro diretor (2005 a 2008). O curso foi criado mediante um convênio de cooperação entre a UEMA e a SECMA, através do qual, inicialmente, as atividades do curso seriam realizadas na EMEM, até que o

prédio destinado a sediá-lo fosse oficialmente doado e reformado para recebê-lo⁶⁸.

Pelo convênio de cooperação, a EMEM também disponibilizou os professores com formação superior em Música para atender à demanda da Licenciatura, até que a UEMA realizasse concurso público para compor o corpo docente do curso. A Licenciatura em Música da UEMA tem duração de quatro anos e funciona em horário noturno. Esse curso tem absorvido uma parte do corpo docente da EMEM, que ainda não possuía formação superior em Música, assim como o corpo discente egresso, que busca dar sequência à formação musical. Para o ingresso no curso, o candidato deve submeter-se a um Teste de Habilidade Específica em Música, conforme os Editais do Programa de Avaliação Seriada para o Acesso ao Ensino Superior (PAES).

Em 2008, a professora Ana Neuza Araújo Ferreira assumiu a direção do curso, permanecendo somente esse ano na função (2008-2009). A referida professora foi substituída pela professora Maria Goretti Cavalcante de Carvalho, que permanece na função até o momento (2009-2014). Atualmente, o corpo docente do curso possui cinco professores efetivos, quatro substitutos da área específica de Música e 10 professores para as disciplinas pedagógicas, educação especial e linguística. A Licenciatura em Música da UEMA vem desenvolvendo alguns eventos, projetos e programas institucionais que fomentam a área da Educação Musical. Estão entre essas atividades a Semana da Música, Projetos de Pesquisa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Projetos de Extensão e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência⁶⁹.

Em sintonia com a mesma problemática da formação musical no Maranhão, foi criado pouco tempo depois, mais precisamente em 2007, o Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), também com duração de quatro anos, mas funcionando em horário vespertino. Antes de possuir um curso de Música, a UFMA já possuía um intenso movimento musical, haja vista a existência do Coral da UFMA por 33 anos e do Festival Maranhense de Coros (FEMACO), promovido pela instituição e com 30 anos de realização. Além disso, a UFMA já desenvolvia, na sede do DAC, o Projeto Escola Extensionista de Canto Coral (ECCO), iniciado em 2002 e através do qual era oferecido um Curso Básico de Música. Juntamente com a UEMA, a UFMA passou a absorver uma parte do

⁶⁸ O prédio destinado a sediar o Curso de Licenciatura em Música da UEMA também se situa no Centro Histórico de São Luís, na Rua do Giz. A obtenção da sede própria continua sendo um desafio ao Curso, que hoje utiliza algumas salas do prédio em que funciona o Curso de Arquitetura da UEMA, situado no Centro Histórico, Rua da Estrela.

⁶⁹ A Semana da Música ocorre desde 2009 e promove palestras, debates, oficinas, minicursos e concertos. O evento discute aspectos sociais, políticos e pedagógicos acerca do ensino de Música. Os Projetos de Pesquisa PIBIC da UEMA são desenvolvidos com 25 alunos do curso atuando em quatro Escolas Públicas de Educação Básica (coordenados por dois professores do Curso). Informações obtidas junto à professora Goretti Cavalcante via e-mail, em 5 de junho de 2014.

corpo docente e discente da EMEM, assim como de outras escolas de música da cidade.

O Curso de Licenciatura em Música da UFMA funciona no prédio do Centro de Ciências Humanas, no Campus do Bacanga e compõe o Departamento de Artes (DEART), juntamente com as Licenciaturas em Artes Cênicas e Artes Visuais. Atualmente, o corpo docente da Música é formado por 12 professores e desenvolve vários projetos de pesquisa e grupos de estudo⁷⁰, dentre os quais, citamos o ENSAIO, Grupo de Pesquisa em Ensino e Aprendizagem da Performance Musical, coordenado pelo Prof. Dr. Ricieri Zorzal; FILMUS, coordenado pela Prof^a. Dra. Verônica Pascucci; Pedagogia da Performance Musical: Aspectos e Mobilizações, Administração Musical e Grupo Musical, coordenados pelo Prof. Me. Daniel Lemos Cerqueira.

⁷⁰ Informações da página do Curso de Música. Disponível em: <<http://musica.ufma.br/>>. Acesso em: 5 jun. 2014

5 A ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DO MARANHÃO

5.1 Histórico da EMEM

A EMEM foi criada pelo Decreto Lei 5267, em 21 de Janeiro de 1974, do Governador Pedro Neiva de Santana. Nesse governo foi eleita uma comissão com o objetivo de criar a Fundação cultural do Maranhão (FUNC), órgão que passaria a cuidar dos assuntos relativos à cultura no Estado, que até então estavam a cargo da Secretaria de Educação. De acordo com Costa (1995), fizeram parte dessa comissão José Ribamar Belo Martins e Arlete Nogueira Machado (1936), poeta e escritora maranhense que, segundo João Pedro Borges, foi uma das responsáveis pela elaboração e execução do projeto de criação da Escola de Música⁷¹. E assim, a EMEM iniciou suas atividades no dia 13 de maio de 1974, com o objetivo de formar músicos e tornar-se uma escola de nível superior.

Desde a sua criação até os dias atuais, a EMEM teve quatro Sedes, e nenhuma delas foi projetada com o fim específico de ser uma escola de música. Dessa forma, as adaptações às necessidades particulares da atividade pedagógico-musical, juntamente com a estrutura administrativa que uma escola possui, são uma constante na vida da EMEM. Nesse contexto, suas atividades foram iniciadas em uma casa situada na Avenida João Pessoa, nº 44, no bairro do Monte Castelo (Sede 01/ ver Figura 1).

No ano de 1978, mudou-se para a Sede 02, um pequeno sobrado situado à Rua da Saavedra, nº 63, no Centro de São Luís. Um ano depois, a EMEM instalou-se em sua primeira sede definitiva, o Solar da Baronesa de São Bento, situado à Rua Santo Antônio, nº 161, também no centro de São Luís (Sede 03). Esta sede era um sobrado do século XIX, datado de 1831, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico, reformado e adaptado para receber a Escola de Música, e no qual ela permaneceu por vinte e dois anos. Em 2001, a EMEM transferiu-se para a quarta sede, o Solar Santa Terezinha, prédio histórico também reformado e adaptado para esse fim e onde permanece até os dias atuais.

⁷¹Entrevista de João Pedro Borges. Disponível em: <<https://zemaribeirop.wordpress.com/2013/05/01/chorografia-do-maranhao-joao-pedro-borges/>>. Acesso em: 15 set. 2014.

Figura 1 - Sede 01 da EMEM / Av. João Pessoa, nº 44, Monte Castelo, São Luís, MA



Fonte: Arquivo pessoal de Simão Pedro Amaral

Os primeiros 10 anos de funcionamento da EMEM foram marcados por uma alta rotatividade de professores. Em sua maioria, esses professores eram trazidos de outros Estados para compor o quadro docente da escola. Inicialmente o corpo docente foi composto por João Solano (RJ), Flávio Gentil Campos (CE), Clemens Hilbert (Alemanha), João Pedro Borges (MA) e Zezé Cassas (MA). Assim, a EMEM começou oferecendo os cursos de Canto, Piano, Flauta e Violão. Paulatinamente, outros cursos foram sendo criados, alguns com muita dificuldade em manter-se devido à constante falta de professores. Não obstante essas dificuldades, a EMEM realizou, em parceria com o Departamento de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão (DAC/UFMA), o Primeiro Seminário Maranhense de Música (1979).

Administradora emblemática da primeira fase da EMEM, a cantora maranhense Olga Mohana assumiu a direção da escola em 1979. Em sua gestão, ela priorizou aspectos fundamentais para o funcionamento da instituição e, dentre as suas principais realizações, citamos a aquisição de uma sede própria para a EMEM, o reconhecimento dos cursos junto ao Conselho Estadual de Educação e Ministério da Educação e Cultura (Resolução nº. 274/81), a elaboração do Regimento Interno e a organização dos currículos de cada curso. Como evento artístico merece registro a gravação ao vivo da obra “Missa Solene” de Antônio Rayol, com Madrigal, Solistas e redução para piano da parte orquestral, na reabertura do Teatro Artur

Azevedo, em 1981.

Olga Mohana tinha um projeto ambicioso de criação de uma Orquestra de Câmara na EMEM. Para isso, introduziu os cursos de cordas friccionadas, trazendo professores de fora para impulsionar seu projeto. Os cursos oferecidos nesse período eram Piano, Canto, Violão, Violino, Viola e Violoncelo. Assim, o corpo docente da EMEM cresceu e a escola passou a funcionar também em horário noturno. Com essas ações, houve um aumento significativo do número de alunos e a formação de diversos grupos musicais, tais como a Camerata Maranhense, o Madrigal da EMEM e o Grupo de Flautas. Em 1982, iniciou-se o projeto “Quartas Musicais”, realizado semanalmente no Auditório Antônio Rayol da EMEM, com apresentação de alunos e professores da casa. Esse projeto, posteriormente, foi denominado “Sextas Musicais”, sem alteração do perfil inicial e é realizado até hoje, sendo o mais antigo da instituição.

Porém, em meados da década de 80, uma crise foi gerada pelo achatamento salarial dos professores, o que levou muitos, principalmente os que vieram de outras cidades, a pedirem demissão. Com o agravamento da situação, a partir de 1986, a EMEM passou a usar a taxa de inscrição dos alunos para o pagamento dos professores, que estavam como prestadores de serviço à escola. Como a maioria dos professores havia ido embora, foram criadas monitorias como solução paliativa para impedir o fechamento dos cursos. Uma das monitoras foi Rose Mary Fontoura, primeira aluna a formar-se pela EMEM, no Curso de Piano, com um Recital de Formatura realizado no Teatro Artur Azevedo, em 1985.

Em 1987, com uma nova mudança no Governo do Estado, Antônio Francisco de Sales Padilha, professor da instituição, formado em Trompete e Licenciatura em Música pela Universidade de Brasília (UNB), assumiu a direção da EMEM com apoio dos professores e alunos. Recebendo a escola na iminência de fechar, o novo gestor iniciou um projeto de recuperação das perdas salariais e manutenção das conquistas obtidas pela instituição até aquele momento. Algumas propostas foram aludidas, como a incorporação da escola por uma das Universidades do Estado, UFMA ou UEMA, porém sem lograr êxito. Sendo uma escola pública estadual, as mudanças de Governo no Estado do Maranhão sempre afetaram diretamente o desenvolvimento das atividades na EMEM. Um exemplo positivo disso ocorreu no governo de Edson Lobão (1991 a 1994). Nesse período, a Secretaria de Cultura (SECMA) foi gerida pela professora Nerine Lobão, professora de Educação Artística na UFMA e conhecedora da área de Artes. A nova secretária desenvolveu uma política de valorização dos órgãos públicos ligados às Artes e, nessa perspectiva, demonstrou sensibilidade aos problemas enfrentados pela Escola de Música. Com o apoio da SECMA, a EMEM entrou

numa fase de amplo desenvolvimento e, aos poucos, a EMEM começou a obter o reconhecimento do seu trabalho.

A década de 1990 iniciou-se com formaturas em diversos cursos: Violão, Violino, Flauta Doce, Canto e Piano. Em 1992 foi realizado o primeiro concurso público para Professor de Música da EMEM. Esse concurso aprovou oito professores e permitiu uma primeira reestruturação do corpo docente, que há anos mantinha os cursos funcionando à custa de contratos e prestações de serviços, sem garantia de renovação.

O notável crescimento pelo qual passou a EMEM na década de noventa tornou a Sede 03 um espaço inadequado e insuficiente para o desenvolvimento das atividades da escola. Em 1992, a SECMA solicitou a doação e restauração de outro prédio colonial para abrigar a EMEM. Entretanto, somente no ano de 2001 a EMEM se mudou para a Sede 04, o Solar Santa Terezinha, que ocupa uma quadra no Centro Histórico de São Luís. Nessa casa residiu a famosa professora de piano, Lilah Lisboa de Araújo, grande incentivadora da música no Maranhão e cujo nome foi adotado pela EMEM na quarta sede, onde permanece até os dias atuais. O quadro abaixo resume o itinerário da EMEM ao longo desses anos:

Quadro 4 - Sedes da EMEM

Sede	Codínome	Bairro	Endereço	Período
Sede 01	_____	Monte Castelo	Av. João Pessoa nº 44	1974 a 1977
Sede 02	_____	Centro	R. da Saavedra nº 63	1978 a 1981
Sede 03	Solar da Baronesa de São Bento	Centro	R. Santo Antônio nº161	1981 a 2001
Sede 04	Solar Santa Terezinha	Centro Histórico	R. da Estrela nº 363	2001 até hoje

Fonte: Dados da pesquisa

Tomando-se o aspecto dimensional das sedes, A EMEM ocupa hoje o maior espaço que já teve em seus quarenta anos de existência. A primeira mudança de proporções espaciais deu-se em 1978, quando a EMEM foi do Monte Castelo (Sede 01) para o centro da cidade (Sede 02). Segundo relatório de atividades do ano de 1978 (COSTA, 1995, p. 21), com a EMEM situada no centro, o número de alunos aumentou e a nova localização também favoreceu sua comunicação com outros grupos musicais e órgãos ligados à cultura. A Sede 02 (Figura 2) era um sobrado de meia morada, com uma porta e duas janelas, e andar superior, em uma rua residencial, relativamente próxima ao Teatro Arthur Azevedo, à Catedral da Sé de São Luís, e também das sedes da Prefeitura e do Palácio do Governo do Estado. Mas a

EMEM permaneceu por pouco tempo nesse endereço, pois o prédio da Sede 03, situado em rua paralela, apenas uma quadra acima, já estava sendo reformado com a finalidade de tornar-se a primeira sede definitiva da Escola, o que efetivamente ocorreu no ano de 1981.

Figura 2 - Sede 02 / Rua da Saavedra, nº 63, Centro de São Luís, MA



Fonte: Ana Neuza Araújo Ferreira

A mudança para a Sede 03 (Figura 3) foi de proporções mais significativas. Tratava-se de um prédio bem maior, com vários andares e que continha, ainda, porão e sótão. Situado na esquina, ao pé da ladeira, na estreita Rua Santo Antônio, o sobrado colonial do século XIX chamava a atenção por ser uma das construções de maior porte dessa localidade. Os casarões coloniais portugueses em São Luís costumam ter vários andares, que se comunicam por escadarias internas de madeira ou de pedra. As amplas salas internas possuem, geralmente, várias portas ou janelas com sacadas. Por essas razões, esse tipo de construção precisa passar por adaptações para se tornar adequado ao funcionamento de uma escola. Assim, os aposentos menores transformam-se facilmente em salas de aulas de instrumento, onde os alunos têm aulas individuais. Os espaços mais amplos, ou são destinados

às aulas coletivas ou recebem divisórias, a fim de serem melhor aproveitados como salas de aula. Alguns desses espaços podem ser destinados a setores administrativos da instituição ou, ainda, tornarem-se espaços de circulação interna, como salas de espera. Eventualmente, eram aproveitados em apresentações onde o público ultrapassava em número os lugares do pequeno auditório.

Figura 3 - Sede 03, Solar da Baronesa de São Bento /
Rua Santo Antônio, Centro de São Luís, MA



Fonte: Ana Neuza Araújo Ferreira

Simultaneamente às mudanças estruturais, em decorrência da adequação à nova sede, aconteciam modificações na concepção do ensino de música que a EMEM realizava, como também em seus objetivos pedagógico-musicais. “A partir dessa mudança a Escola teve condições de ampliar o número de vagas, que era de 150 para 300” (COSTA, 1995, p. 26). Nesse mesmo ano, o Conselho Estadual de Educação reconheceu o curso oferecido pela EMEM como Técnico Profissionalizante de 2º grau. Essas mudanças, uma que diz respeito ao aspecto quantitativo das atividades da EMEM, e outra que nos fala do caráter qualitativo

dessas atividades, só se tornaram possíveis mediante a existência de um espaço físico que permitisse as ampliações mencionadas.

Muitos projetos foram iniciados e tiveram continuidade durante os anos 1990, no período de ocupação da Sede 03. Entre eles, citamos o Projeto de Interiorização da Secretaria de Cultura, através do qual a EMEM levou Oficinas de Canto Coral, Bandas de Música e Regência aos municípios de Caxias, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Santa Helena e Rosário. Outros projetos trouxeram profissionais de diversos estados da Federação, promovendo uma excelente oportunidade de reciclagem e aperfeiçoamento para os professores e alunos do Maranhão.

Em 1995 iniciou-se o primeiro governo de Roseana Sarney. O professor Francisco Padilha manteve-se na direção da EMEM pela terceira gestão consecutiva. Os poucos recursos disponíveis eram investidos em reparos na estrutura física, restauros nas fachadas e divisórias, isolamento de salas de aulas e aquisição de equipamentos de informática. Também foram criados os cursos de Música Popular (Guitarra, Baixo Elétrico, Bandolim, Cavaquinho, Bateria e Percussão), que funcionavam como Cursos Livres com professores contratados. Quando a governadora Roseana Sarney iniciou o seu segundo mandato, o professor Francisco Padilha assumiu o cargo de Subsecretário de Estado da Cultura, dando continuidade aos projetos já mencionados e ampliando propostas de desenvolvimento para a EMEM.

Dentre as principais realizações da EMEM nas gestões do diretor Francisco Padilha, colhemos: a ampliação dos cursos na área de sopro, metais e música popular; a promoção de cursos de aperfeiçoamento e reciclagem para os professores e alunos em adiantados estágios de estudo (esses cursos ocorreram em cidades em cidades como Brasília-DF, Londrina-PR, Vitória-ES e Curitiba-PR, por meio do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos da EMEM); a formação de vários grupos musicais (Quarteto de Metais, Coro Vox Feminae, Grupo Instrumental de Choro, Big Band, Grupo de Jazz, Grupo de Violões e Grupo de Música Antiga); e o convênio com a Fundação Carlos Gomes (Belém-PA), que trazia professores de cordas para dar aulas na EMEM com objetivo de formar o Núcleo e Orquestra de Cordas (1991 e 1992).

Em 1994 esse convênio foi suspenso devido à redução dos recursos financeiros, impossibilitando a vinda dos professores de Belém a São Luís. Com isso, mais uma vez foi adiado o sonho da diretora Olga Mohana, compartilhado pelo corpo docente da EMEM: a criação de uma Orquestra Sinfônica no Estado do Maranhão.

A última mudança de sede ocorreu em abril de 2001, quando o prédio situado no Centro Histórico, que estava sendo reformado há cerca de 10 anos para abrigar a EMEM, foi

finalmente entregue. A Sede 04 foi inteiramente reformada e reflete o crescimento pelo qual passou a Escola durante a década de 1990, ou seja, o aumento significativo do seu corpo docente, do número de cursos oferecidos à comunidade e, consequentemente, do número de alunos. A nova sede possui elementos que nenhuma das anteriores tivera condições de oferecer aos alunos e professores da instituição, tais como: salas com tratamento acústico e climatizadas, um auditório com capacidade para 180 pessoas, um Prédio Anexo, que contribui com mais 15 salas para aulas coletivas e individuais, além de uma sala de ensaios (Figura 4).

Figura 4 - Sede 04, Solar Santa Terezinha / Rua do Giz, Centro Histórico, São Luís, MA



Fonte: Ana Neuza Araújo Ferreira

A mudança para a quarta sede teve forte impacto, não apenas na comunidade musical da EMEM, mas também na vida cultural de São Luís. A nova sede trouxe melhores condições de trabalho, com um número maior de salas e possibilitando a expansão das

atividades pedagógicas. A instituição ganhou mais visibilidade e a demanda de alunos aumentou significativamente.

Atualmente, a EMEM oferece o curso de Musicalização Infantil e 19 modalidades instrumentais. Essas modalidades são ainda subdivididas em Técnico e Fundamental, e este, em Adulto e Infantil. O quadro a seguir ilustra a ampliação dos cursos em cada uma das sedes da EMEM.

Quadro 5 - Relação entre as sedes, número de salas e alunos, e cursos oferecidos pela EMEM / Dados atualizados em 2014

Sede	Sede 01	Sede 02	Sede 03	Sede 04
	4 Cursos	4 Cursos	16 Cursos	20 Cursos
Cursos	Curso Técnico	Curso Técnico	Curso Técnico:	Curso Técnico e Curso Fundamental Adulto e Infantil
	Piano Canto Flauta Doce Violão Erudito	Piano Canto Flauta Doce Violão Erudito	Piano Canto Flauta Doce Flauta Transversa Violão Erudito Violino, Viola Violoncelo Clarinete Saxofone Trompete Trombone Guitarra Contrabaixo Elétrico Bateria	Piano Canto Flauta Doce Flauta Transversa Violão Erudito Violão Popular Violoncelo, Violino, Clarinete, Saxofone Trompete, Trombone, Trompa Guitarra Contrabaixo Elétrico Bateria Cavaquinho Bandolim Percussão
	Iniciação Musical	Iniciação Musical	Musicalização Infantil	Musicalização Infantil
Salas	Informação não obtida	8	14	33
Alunos	171	150	300	539

Fonte: Dados da pesquisa

Na Sede 04, o espaço físico geral da Escola possui também sala da Diretoria, sala da Secretaria, uma Biblioteca e 4 banheiros. A EMEM possui, ainda, um Estúdio de Gravação, inaugurado em 2002 e que funciona num prédio situado ao lado da Fonte do Ribeirão, no centro de São Luís.

A mudança de sede e a realização do segundo concurso público para composição do corpo docente da EMEM foram fundamentais para o desenvolvimento do ensino na instituição. O novo quadro de professores possibilitou a formação de vários grupos musicais e muitos eventos foram realizados entre 2002 e 2013, contemplando diversos setores instrumentais. Nesse ínterim, foram realizados eventos específicos de cada núcleo instrumental, que se mantiveram no calendário por vários anos consecutivos. Alguns exemplos: Encontros de Piano, Encontros de Cordas, Encontro Nordestino de Metais, Mostra Maranhense de Canto Lírico, Maracanto (em parceria com o DAC/UFMA), Semana de Violão, Encontro de Violões, Oficina de Madeiras, Oficina Internacional de Ópera e Encontros de Música de Câmara.

Atualmente a EMEM possui diversos grupos musicais estáveis, que desenvolvem atividades contínuas durante todo o ano letivo, com participação de alunos, ex-alunos e professores da instituição. Eis os principais grupos:

- Instrumental Pixinguinha – Fundado em 1990 é um dos grupos permanentes da EMEM, que vem atuando há mais de duas décadas em São Luís, nos diversos espaços artísticos da capital maranhense. Sua atuação estende-se ainda, ao interior do Maranhão e a outros Estados, sempre com o objetivo de difundir e divulgar um dos primeiros gêneros musicais brasileiros: o choro. O grupo é um dos fundadores do “Clube do Choro do Maranhão”, movimento de artistas locais que reacendeu o movimento em torno do gênero em São Luís. Como resultado de sua pesquisa sobre o choro no Maranhão, o grupo Pixinguinha lançou o premiado disco “CHOROS MARANHENSES”, com obras compostas pelos seus integrantes.
- Big Show Band (BSB) – Grupo instrumental criado em 1994 e dirigido pelo professor Francisco Padilha. Formado por alunos e professores da EMEM, teve como regente auxiliar o professor Thomaz de Aquino. Com o objetivo inicial de oportunizar aos alunos a experiência de tocar em grupo, a Big Show Band estabeleceu-se como grupo permanente na EMEM, realizando também um trabalho de difusão cultural junto às comunidades em São Luís e no interior do

Maranhão. Com vinte anos de atividade, a BSB tem representado o Maranhão em eventos nacionais e internacionais.

- Orquestra de Câmara da EMEM – Foi criada em 1999, como Camerata de Cordas, com o objetivo de proporcionar aos alunos do Núcleo de Cordas a experiência da prática em conjunto. Com a inclusão de alguns instrumentos de sopro, passou a denominar-se Orquestra de Câmara, chegando a contar com trinta componentes. Em seu repertório, constam peças eruditas e populares e obras de compositores maranhenses do século XIX e XX, num resgate da história musical maranhense. Teve como regentes os professores Maria Zélia Matias e Joaquim Santos.
- Coral Arte Canto – Grupo vocal fundado em 2000, formado por alunos da EMEM e por membros da comunidade Ludovicense. Desde sua criação, é dirigido pelo arte-educador, professor de canto, artista plástico, poeta e pesquisador, Simão Pedro Amaral, e coordenado pela professora e cantora lírica Maria de Fátima do Espírito Santo.
- Grupo Marabráss – Fundado em 2003, o grupo surgiu da iniciativa de professores e alunos da EMEM, visando a divulgação da música instrumental para metais e a formação de plateia. Seu repertório compreende de obras renascentistas a contemporâneas, incluindo a música maranhense.
- Capela Brasileira – Grupo camerístico criado em 2005 pelo professor de Canto Lírico, Ciro de Castro. Sem uma formação fixa, mas com ênfase no trabalho vocal, o grupo interpreta um repertório de diversos períodos históricos e estilos musicais diferentes, incluindo a música brasileira contemporânea.
- Orquestra Maranhense de Violões (OMV) – Surgiu em 2007, da iniciativa de alunos e professores de violão da EMEM. Tem como objetivo aprimorar os conhecimentos musicais a partir da prática de conjunto, fomentando o desenvolvimento de um repertório musical para orquestra, adaptado ao violão e contemplando tanto a vertente popular quanto a erudita. O grupo interpreta obras de compositores brasileiros e maranhenses, arranjadas para essa formação.
- Trio Farinha D'Água – Grupo em formação de trio (guitarra, contrabaixo e bateria), criado em 2009 pelo professor de contrabaixo elétrico, Mauro Sérgio. Inicialmente fundado com o nome de “Mauro Sérgio Trio”, o grupo trabalha

com um repertório voltado para a música popular e também autoral.

- Combo 363 – Grupo de sopro, formado por alunos e ex-alunos da EMEM, cujo formato se assemelha ao das tradicionais “Big Bands” norte americanas. Criado em 2012 e também dirigido pelo professor Thales do Vale, tem o objetivo de oferecer aos alunos um laboratório para a prática de conjunto e improvisação musical. Traz no seu repertório diversos estilos que passam pelo samba, jazz, salsa e outros.
- Banda de Câmara – Grupo de alunos de sopro, criado e dirigido pelo professor Jairo Moraes em 2013 que visa proporcionar a prática de conjunto aos alunos dos instrumentos de sopro da EMEM. O objetivo principal do grupo é a prática interpretativa de um repertório específico, através de estudos técnicos de afinação, articulação e equilíbrio sonoro. Com uma formação que varia de acordo com a demanda, o grupo hoje é composto por flautas, clarinetes, saxofones, trompetes, trompa e euphônio.

Além disso, a EMEM desenvolve projetos, internos e externos, com o objetivo de divulgar as atividades pedagógicas, oferecer experiências profissionais aos alunos e proporcionar a interação com a comunidade. Esses projetos são:

- a) Sextas Musicais – Projeto mais antigo da EMEM, iniciado em 1982, com o nome de Quartas Musicais. Consiste numa programação semanal de concertos e recitais, realizados internamente por professores e alunos, com entrada gratuita;
- b) Brincando com a Música – Projeto iniciado em 2002, para desenvolver atividades comemorativas na Semana da Criança, realizadas com alunos dos Cursos de Iniciação Musical e Fundamental Infantil;
- c) Música & Memória – Criado em 2011, o projeto acontece através de uma parceria entre a EMEM e o Museu Histórico do Maranhão (MHMA), em que são realizados concertos mensais gratuitos no Teatro Apolônia Pinto do MHMA. Esses concertos são realizados pelos grupos estáveis e alunos da EMEM;
- d) EMEM Itinerante – Dando continuidade ao antigo Projeto de Interiorização, iniciado na década de 2000, consiste na prestação de serviços a Escolas e Bandas de Música de vários municípios do Maranhão. Subsidiado pela

SECMA, o projeto financia viagens dos professores da EMEM a vários municípios, fomentando dessa forma, a criação de escolas de música nessas localidades. No ano de 2014, o projeto contemplou as seguintes cidades: Açailândia, Alcântara, Anajatuba, Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Bacurituba; Carolina, Cedral, Colinas, Grajaú; Guimarães, Itapecuru Mirim, Miranda do Norte, Morros; Pastos Bons, Santa Rita, Viana e Vitória do Mearim;

- e) Dia Nacional do Choro – Consiste num concerto comemorativo ao gênero musical Choro, que ocorre, anualmente, no dia do nascimento do compositor Pixinguinha. É realizado desde 2011;
- f) Cinema na EMEM – Projeto criado em 2014 para promover projeções de filmes de arte, concertos, ópera etc., no Auditório da EMEM.

Em 2012, quando completou 38 anos de fundação, a EMEM atravessou uma crise gerada por problemas em sua estrutura física, que culminou com a suspensão das suas atividades para realização de uma reforma urgente. Essa reforma se prolongou durante todo o ano de 2012 e as atividades só retornaram em 2013, mesmo sem a conclusão da reforma. Nesse interregno, como alternativa para dar continuidade às suas atividades pedagógicas, a EMEM utilizou salas de repartições públicas do Estado situadas no Centro Histórico, e segue aguardando uma solução para a liberação do mirante (quarto andar do prédio), ao qual se tem acesso através de uma escada interditada pela Defesa Civil. No mirante existem 8 salas de aula com isolamento acústico que, por esse motivo, são adequadas para o trabalho com instrumentos de sopro. Além desses problemas estruturais, a EMEM enfrenta mais uma defasagem no corpo docente, pois já se passaram 12 anos desde o último concurso realizado pelo Governo do Estado do Maranhão. Entretanto, essa solicitação também não obteve resposta e segue sem previsão de ser atendida pela Secretaria de Estado da Cultura.

5.2 Cronologia e perfil das gestões da EMEM e suas principais contribuições

Está previsto, na estrutura administrativa do Estado, que os cargos de Direção dos órgãos são cargos comissionados, para os quais não há concursos públicos e cujo tempo de exercício é temporário, o tempo de uma gestão do Governo – 4 anos. Como tal, são preenchidos a partir de uma indicação do Secretário ao qual o órgão está diretamente subordinado. No caso da EMEM, o diretor é indicado pelo Secretário de Estado da Cultura.

Embora não haja uma obrigação legal de que a direção deva ser exercida por um docente da instituição, alguns professores já assumiram o cargo. Dentre os gestores que passaram pela direção da EMEM, 6 não faziam parte do seu corpo docente e, dentre esses, 2 não chegaram a completar um mandato no cargo. Tendo como primeira diretora a pianista Zezé Cassas, com formação superior em Música, inaugurou-se um perfil que nem sempre foi mantido nas gestões que se sucederam. Atualmente, entre os docentes, há o consenso de que o cargo deva ser exercido, senão por um professor da própria escola, por alguém que possua formação superior na área de Música, que possa dialogar com um quadro de professores cada vez mais qualificado sobre os problemas e dificuldades da EMEM. Efetivamente, desde 2003, a partir da gestão de Tânia Rêgo, as indicações dos diretores que a sucederam têm se mantido dentro desse perfil.

Apresentamos abaixo um quadro com todos os diretores da instituição e seus respectivos períodos de gestão e, em seguida, um perfil de cada diretor e as principais contribuições para a EMEM em seus períodos de administração.

Quadro 6 - Gestores da EMEM

GESTORES DA EMEM	GESTÕES
Maria José Gomes Cassas	1974
Regina Telles**	1975 a 1978
Olga Mohana**	1979 a 1982
Giovanni Pelella*	1983 a 1985 – mandato incompleto
Enilde Cotrim Figueiredo	1986 – final do mandato anterior
Marcelo Carvalho*	1987 (alguns meses)
Antônio Francisco de Sales Padilha	1987 a 01/07/1998
Roberto Brandão de Sousa*	01/07/1998 a 01/12/2003
Tânia Maria Silva Rêgo**	05/02/2003 a 27/02/2007
Marcelo Oliveira	27/02/2007 a 06/01/2009
João Pedro Borges	06/01/2009 a 28/04/2009
Raimundo Luiz Ribeiro	28/04/2009 a 31/12/2014
Manoel da Conceição Santos Mota	Início em 05/01/2015

* Não faziam parte do corpo docente da EMEM.

** Não faziam parte do corpo docente da EMEM, mas ministraram disciplinas em suas gestões.

Fonte: Dados da pesquisa

1) MARIA JOSÉ GOMES CASSAS

Maria José Gomes Cassas (1939) é pianista maranhense, natural de São Luís. Estudou piano com a professora Lilah Lisboa de Araújo e, depois, graduou-se em Piano na Escola Nacional de Música (RJ). Retornou ao Maranhão em 1958, iniciando um trabalho com aulas particulares desse instrumento. Em 1974, quando a EMEM foi fundada, a pianista foi convidada para o cargo de Direção da instituição. No entanto, sua gestão foi breve, pois dirigiu a EMEM somente no seu primeiro ano de funcionamento.

2) REGINA TELLES

Regina Telles é maranhense de São Luís e bailarina de formação clássica, aluna de Reynaldo Faray⁷². Integrou o Corpo de Baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e, regressando a São Luís, desenvolveu trabalhos com dança em instituições como Clube das Mães, Escola Técnica Federal do Maranhão, Secretaria de Cultura e Laborarte, do qual foi uma das fundadoras. Regina Telles assumiu a Direção da EMEM em 1975, substituindo Maria José Gomes Cassas. Não encontramos muitas informações acerca da sua administração, salvo o fato de que foi o único período em que a EMEM ofereceu a disciplina Expressão Corporal, numa tentativa de integração entre Música e Dança. Segundo Amaral (2001, p. 83), a disciplina era ministrada pela própria Diretora.

3) OLGA MOHANA

Olga Mohana (1933-2013), maranhense natural de Viana (MA), filha de um casal de libaneses e irmã do Padre João Mohana, pesquisador da obra musical de compositores maranhenses. Formou-se em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão e, posteriormente, graduou-se em Canto Lírico pela Universidade Federal da Bahia, na década de 1950, onde estudou com professores estrangeiros. De volta a São Luís, tornou-se professora na UFMA e também na EMEM, impulsionando o desenvolvimento do curso de Canto Lírico que, até hoje, é o maior formador de alunos na instituição.

Recém-chegada de um centro musical mais desenvolvido e com uma visão empreendedora, Olga Mohana defendeu o projeto de criação da Orquestra Sinfônica do Estado do Maranhão e, enquanto Diretora, conduziu a instituição com esse objetivo. Recebeu apoio do Governo do Estado na gestão João Castelo e soube gerenciar os recursos com

⁷² Reynaldo Faray (1932-2003): bailarino e coreógrafo maranhense que fundou, em 1952, a primeira escola de balé clássico do Maranhão, iniciando o movimento da dança em São Luís. Em sua Academia Maranhense de Balé formou uma geração de bailarinos maranhenses. Disponível em: <<http://historiadoteatromaranhense.blogspot.com.br/2011/02/reynaldo-faray.html>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

maestria. Contratou muitos professores de outros Estados, e mesmo de outros países, com ênfase para a área de cordas (violino, violoncelo, viola e contrabaixo), que é essencial para formação da uma orquestra. Sua gestão (1979 a 1982) ficou conhecida por todos que frequentaram a EMEM como a “época de ouro” da instituição, pois a Diretora revelou-se uma administradora experiente. Ela organizou o Regimento Interno e imprimiu nova dinâmica ao ensino de música da EMEM.

A primeira conquista importante da gestão de Olga Mohana foi a mudança para a Sede 03. Contudo, a maior contribuição da sua gestão foi a organização do currículo do Curso Técnico, pois, após oito anos de fundação, a EMEM ainda não possuía uma estrutura curricular organizada. O Curso foi legalizado pelo Conselho Estadual de Educação como Curso Profissionalizante de nível médio. A importância dessa ação é expressa nas palavras do professor Marcelo Oliveira, que é hoje o mais antigo professor ativo na EMEM e trabalhou com Olga Mohana:

Como não havia assim um padrão, uma referência, nesse iníciozinho, cada professor que era contratado, ele propunha um trabalho, um programa... Na prática, os professores iam dando o que convinha, o que vinha na sua mente, o que achava procedente com aquele aluno que ele tinha. Mas, assim: não havia uma coisa orgânica, um trabalho assim, de supervisão pedagógica, um trabalho de discussão da aplicação dos programas, um trabalho de atualização de material, de repertório, pesquisa, de método... Não, não existia nenhuma discussão. Na estrutura da escola, não era prevista nenhuma instância pedagógica⁷³.

4) GIOVANNI PELELLA

Giovanni Pelella (1942) é italiano, natural de Nápoles. Veio para o Maranhão em 1964, fixando residência em São Luís⁷⁴. É filósofo, teólogo, psicólogo, sociólogo, músico e professor universitário (UFMA). Foi o fundador do primeiro Coral da Universidade Federal do Maranhão, em 1970, e também do Festival Maranhense de Coros – FEMACO – que já acontece há mais de três décadas em São Luís. Atuou também como administrador de empresas e, em 1983, foi nomeado Diretor da EMEM.

Assumiu a direção da EMEM num período marcado pela crise gerada pela queda salarial dos professores. Os poucos professores que não foram embora, passaram a residir em salas da própria EMEM. Porém, um fato positivo ocorrido na gestão de Giovanni Pelella foi a formatura da primeira aluna da EMEM, Rose Mary Fontoura. Rose Mary formou-se em Piano em 1985 e, logo depois, começou a dar aulas na EMEM como monitora, pois o Curso de

⁷³ Entrevista cedida pelo professor Marcelo Oliveira em 1º de Outubro de 2014, em São Luís, MA.

⁷⁴ Informações disponíveis em: <<http://rozeniraalves.blogspot.com.br/2012/06/maestro-giovanni-pelella-e-homenageado.html>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

Piano estava sem professor após a partida da professora Mércia Pinto. Giovanni Pelella interrompeu seu mandato em 1985, faltando um ano para terminar a gestão. Segundo Amaral (2001, p.88), o diretor não pôde concluir seu mandato devido a razões de foro íntimo. Entretanto, foi citado por uma das funcionárias entrevistadas como um dos melhores gestores que a EMEM já teve.

Atualmente, Giovanni Pelella dirige o Madrigal Santa Cecília, grupo vocal fundado em 2001, formado por ex-coralistas do Coral da UFMA, nas décadas de 1970-80, com o objetivo de homenagear o FEMACO, que então completava 25 anos. Em 2012, a Câmara Municipal de São Luís concedeu ao regente o título de Cidadão Ludovicense.

5) ENILDE COTRIM FIGUEIREDO

Enilde Cotrim Figueiredo (1932-2011), maranhense natural de São Luís, iniciou seus estudos de música aos 8 anos, pois, em sua família, a formação musical era parte importante da educação. Juntamente com suas irmãs, recebeu aulas particulares de piano e, posteriormente, formou-se em Educação Artística na Faculdade Santa Marcelina, em São Paulo. Em São Luís, foi regente do coral e organista da 1ª Igreja Presbiteriana Independente por mais de 50 anos. Lecionou Música em várias escolas de São Luís, como Colégio Batista⁷⁵, Liceu Maranhense, Franco Maranhense, Luís Viana, Escola Normal e Escola de Música do Estado do Maranhão.

Tornou-se professora na EMEM em 1978, ministrando a disciplina Iniciação Musical, destinada a crianças a partir de 10 anos de idade. Alguns anos mais tarde, suas irmãs também ingressaram no corpo docente da EMEM, a saber, Edenir Cotrim Guará em 1983, e Leni Cotrim Nagy em 2002. As três irmãs desenvolveram importante atividade pedagógica na instituição, nas áreas de Musicalização infantil e Iniciação ao Piano.

A professora Enilde Figueiredo assumiu temporariamente a Direção da EMEM em 1986, ano que seria o último do mandato de Giovanni Pelella. Foi uma gestão breve, mas muito importante, pois, encontrando a EMEM em situação difícil, a nova diretora tomou medidas emergenciais para que a instituição não fechasse as portas. Assim, foram criadas as monitorias, situação em que os alunos mais adiantados davam aulas para os iniciantes; e foram organizadas as contas da EMEM, com a efetuação dos pagamentos em atraso do corpo docente.

⁷⁵ Escola onde a autora dessa pesquisa estudou e participou como coralista do grupo vocal infantil, regido pela professora Enilde Figueiredo.

6) MARCELO CARVALHO

Marcelo Carvalho é pianista, arranjador, produtor e diretor musical, bastante atuante no cenário da música popular maranhense. Foi nomeado Diretor da EMEM em 1987 e, segundo Amaral (2001, p. 89), por razões de incompatibilidade com o corpo docente da EMEM, foi substituído alguns meses depois. Não encontramos detalhes sobre o conflito, mas acreditamos que a incompatibilidade pode ter se originado nas diferentes concepções de pedagogia musical do corpo docente e do novo diretor. Nessa época, a EMEM seguia uma linha de trabalho voltada exclusivamente para a música clássica e Marcelo Carvalho sempre foi um músico atuante na área de música popular. O pouco tempo em que ocupou o cargo impossibilitou o desenvolvimento de um plano de ações relativas à EMEM.

7) ANTÔNIO FRANCISCO DE SALES PADILHA

Antônio Francisco de Sales Padilha (1957) é maranhense, natural do município de São Bento, onde iniciou os estudos de música com seu pai, Raimundo Nonato Padilha. Em 1973, Francisco Padilha partiu para Brasília em busca de aperfeiçoamento musical, pois no Maranhão ainda não havia essa possibilidade. Na Escola de Música de Brasília, estudou com o professor Reynaldo Coelho e, após concluir o Curso Técnico em Trompete, ingressou no curso superior de Música da UNB. Formou-se Bacharel em Trompete na turma do professor Bohumil Med e também concluiu a Licenciatura em Música, formando-se em 1982. Nesse mesmo ano, Francisco Padilha retornou ao Maranhão e foi nomeado professor da EMEM, no último ano da gestão de Olga Mohana. Após o período de 5 anos como professor, assumiu a Direção da EMEM, por indicação quase unânime do corpo docente e com apoio também do corpo discente, encontrando a instituição em meio à crise originada pelo achatamento salarial dos professores. Após a passagem de 3 diretores com mandatos incompletos, a gestão de Francisco Padilha foi a primeira que se completou em tempo normal, ainda e permanecendo no cargo por 3 gestões consecutivas. Segundo ele:

Quando eu cheguei, em oitenta e dois, o salário da escola eram dez salários mínimos, que correspondia a 990 dólares. E, em menos de dois anos, o salário da escola caiu pra menos de dois salários mínimos. Marcelo não teve como sobreviver, vendeu o carro e ficou morando no último andar da EMEM, na última sala. Então, quando eu assumi, encontrei essa situação⁷⁶.

⁷⁶ Entrevista cedida por Padilha em 17 de Outubro de 2014, em São Luís, MA. As notas de rodapé 74, 75, 76 e 77 e 78, contêm informações obtidas na mesma entrevista.

A partir de então, o diretor apostou num plano de ações para impedir o fechamento da EMEM. Percebendo o distanciamento da instituição em relação à cultura local, em que havia uma demanda significativa por instrumentistas de bandas, Padilha iniciou a implantação dos cursos de sopro, como forma de estabelecer um elo de comunicação com o contexto cultural da cidade e atrair alunos para a instituição.

Em oitenta e sete eu assumi a EMEM. Assumi a EMEM e reverberou novamente na minha cabeça aquela história: como é que no Maranhão, toda uma tradição de bandas militares, que precisa de músicos de sopro, a EMEM não oferece, não tem um instrumento de sopro?

Segundo Padilha, a saída “Era tentar dar um novo foco pra EMEM. Quê fazer com a EMEM? E vi no sopro essa possibilidade. O fato de eu tocar sopro talvez tenha me influenciado bastante.” Os primeiros cursos de sopro a serem oferecidos pela EMEM foram: Trompete, ministrado pelo próprio diretor; Trombone, cujo professor contratado foi Jânio Padilha; Saxofone e Clarinete, ministrados pelo professor Thomaz de Aquino, hoje já falecido. Dessa forma, iniciou-se a formação do Núcleo de Sopros da EMEM. A segunda iniciativa foi tornar a EMEM conhecida e atrair novos alunos para a instituição.

Então, nós fizemos uma campanha pra que tivesse muita gente na escola, abrimos as portas da escola pra todo mundo. É ninguém conhecia a escola, a escola era tida como erudita. E aí, a partir daí, nós chegamos a ter mais de dois mil alunos. De manhã, de tarde e de noite. Incentivamos o ensino noturno e com isso a escola encheu de gente. E foi a saída que eu encontrei, inclusive pra fortalecer a escola. Diga-se de passagem, a escola nunca teve o apoio de nenhum secretário assim, que fosse dedicado: “Ah! vamos fortalecer a escola!” Na época de Olga, sim! Que a Olga tinha autonomia, mas depois entrou Giovanni no Governo de Luiz Rocha, que foi um Governo catastrófico pra todas as áreas! A escola caiu que, se naquela época, quisesse fechar a escola, fechava e ninguém reclamava.

Partindo da concepção de que a EMEM precisava preparar músicos para atuar profissionalmente na cidade, o plano de ações do Diretor Padilha, já em sua segunda gestão, teve como próximo objetivo a implantação dos cursos de música popular.

E, cada vez eu observava que a cidade não tinha músicos, por exemplo, pra acompanhar os nossos artistas. (...) Além do sopro, tinha que se pensar na música popular com guitarra, violão popular, com contrabaixo elétrico. (...) Aí, com os próprios recursos da Escola nós compramos os primeiros instrumentos: contrabaixo elétrico, aí compramos bateria, compramos guitarra.

Com o Núcleo de Sopro formado, a EMEM passou a oferecer cursos de Guitarra, Bateria e Contrabaixo Elétrico, constituindo assim, o Núcleo de Música Popular. Essas ações

modificaram completamente o perfil da EMEM. A instituição, que até então era desconhecida pela comunidade ludovicense, passou a ganhar uma visibilidade crescente e a procura pelos cursos aumentou paulatinamente nos anos noventa.

Além de promover essa mudança no perfil da EMEM, a segunda gestão de Francisco Padilha foi marcada pela realização do primeiro concurso público para o cargo de professor de música da instituição. Essa foi uma conquista importante, pois, apesar de terem sido aprovados poucos professores, esses somaram-se aos já nomeados pela Constituição do Estado de 1989. Assim, o corpo docente da EMEM começou a obter um formato mais estável e permanente, permitindo a ampliação dos cursos oferecidos e o estabelecimento de metas para admissão de novos alunos.

Já na sua terceira gestão, Padilha intercedeu junto à Secretária de Cultura, Nerine Lobão, para a compra do Solar Santa Terezinha, que estava em estado de abandono, para sediar a EMEM, uma vez que a Sede 03 já não comportava o crescimento da instituição. Em 1998, Francisco Padilha tornou-se Subsecretário da Secretaria de Cultura e, nesta função, obteve mais recursos para a EMEM, conduzindo o processo de reforma e mudança para a Sede 04. Ainda como Subsecretário, Padilha foi também o responsável pela realização do segundo concurso público para professor da instituição.

Outra iniciativa a ser mencionada nesse período foi o início do Projeto de Interiorização, que tinha o objetivo de fundar escolas de música no interior do Maranhão. Através de uma ação sistemática da Secretaria da Cultura, foram criadas diversas escolas de música no interior, com ênfase para área instrumental de sopro, devido à forte tradição já existente nessa área nos municípios maranhenses. O projeto obteve êxito inicialmente, mas foi interrompido com a mudança na gestão do Governo do Estado.

Em 2003, Padilha foi nomeado para o cargo de Secretário da Cultura do Maranhão, função em que permaneceu até o ano de 2007. Como Secretário de Cultura, seguiu obtendo recursos e melhorias para a EMEM, com destaque para a cessão do Prédio Anexo, que foi inaugurado em 2004, e que veio complementar o número de salas de aulas coletivas. Esse novo prédio foi importante porque, entre a compra, a reforma e a inauguração do solar Santa Terezinha, passaram-se dez anos. Quando a EMEM mudou-se para a Sede 4, esta construção, apesar de grande, já apresentava uma defasagem de espaço, devido ao tempo que o projeto demorou a ser operacionalizado. Havia também uma limitação em relação à possibilidade de adaptações, pois trata-se de um prédio histórico, tombado pelo patrimônio e com muitas restrições impostas pela legislação. A saída foi solicitar outro prédio, que ficava ao lado da EMEM, mas que estava sendo usado por outra instituição. Após, um breve período

de negociações, o prédio foi cedido e assim a EMEM obteve mais um espaço para o desenvolvimento das suas atividades pedagógicas. Nas palavras do próprio Francisco Padilha, suas contribuições podem ser assim resumidas:

A primeira conquista: foi tornar a EMEM irreversível. Segunda: foi a visibilidade que a Escola teve. A terceira foi ela ser geradora de emprego e renda. Os próprios alunos da EMEM passaram a ser professores da EMEM. Quer dizer: a EMEM, ela gera profissionais e absorve profissionais, tá? A quarta: levar um produto cultural novo para as pessoas. A Big Band foi um produto cultural novo. Metal & Cia, Instrumental Pixinguinha, foram produtos culturais novos. O Metal & Cia foi um dos primeiros grupos, instrumental mesmo, de música pop que teve. Uma coisa inédita! É, não tinha! se tocar música... depois chegou Chiquinho França, que veio de Imperatriz. Mas, aqui, quem que tocava música instrumental assim? Não tinha um grupo pra tocar música instrumental e que tivesse qualidade, né? e que tivesse composições próprias pra fazer esse trabalho. E eu acho assim: a conquista maior foi criar um contexto pra que surgissem os dois cursos superiores de música. Se a EMEM não existisse, não existiriam os cursos superiores de música.

8) ROBERTO BRANDÃO

Roberto Brandão de Sousa (1960) é maranhense, natural de São Luís, ingressou na EMEM na década de 1980, como aluno do curso de Canto. Estudou com os professores Simão Pedro Amaral, Ângela Campelo e Samuel Velasquez⁷⁷. Ainda nos anos oitenta, Roberto Brandão optou pela carreira de cantor voltada para música popular, desenvolvendo um trabalho como vocalista do grupo Companhia Barrica do Maranhão, criada em 1985 e do qual faz parte até hoje. Brandão foi nomeado Diretor da EMEM em 1998, quando Francisco Padilha assumiu o cargo de Sub-Secretário da SECMA.

Em sua gestão, ocorreu a transferência da EMEM para a Sede 4, iniciando-se uma nova fase na história da instituição. Outro fato importante nesse período foi a inauguração do Estúdio de Gravação da EMEM (Figura 5), em 2002, que funciona num sobrado de 3 andares, situado ao lado da Fonte do Ribeirão.

⁷⁷ Samuel Luís Velazquez Castellanos é cubano, reside em São Luís e trabalha na UFMA, como docente no Departamento de Educação I. Lecionou Canto na EMEM como professor contratado, durante alguns anos.

Figura 5 - Estúdio de Gravação Profissional da EMEM /
Fonte do Ribeirão, Centro, São Luís, MA



Fonte: Ana Neuza Araújo Ferreira

O estúdio foi criado com o objetivo de dar apoio às atividades didáticas dos cursos do Núcleo de Música Popular, oferecendo uma prática para o mercado de trabalho. Com duas salas de gravação, uma sala técnica e um quadro de 3 funcionários, o estúdio é dirigido pelo professor Diórgenes Terciano Torres e realizou vários projetos de gravação ao longo de 12 anos de atividades, entre os quais citamos: Cd Alquimia (Prof. Jamilson Denis), Cd Zezé Cassas (Piano clássico), Cd Projeto Curió (Prof. Simão Pedro Amaral, sobre a obra de Antônio Rayol) e Cd Natureza (Prof. José Reginaldo). Devido a problemas em suas instalações, o estúdio passou recentemente por uma reforma em todo o prédio, e foi reinaugurado em Dezembro de 2014.

Roberto Brandão é formado em Turismo e tem Pós-Graduação em Gestão Cultural. Permaneceu na Direção da EMEM até 2003, quando foi indicado para direção do Teatro Arthur Azevedo, onde exerceu o cargo até o final de 2014.

9) TÂNIA MARIA SILVA RÊGO

Tânia Maria Silva Rêgo (1965) é maranhense, natural de São Luís. Ingressou na EMEM na década de 1980, como aluna do curso de Violão e estudou com o professor Marcelo Oliveira. Posteriormente, estudou também clarineta e saxofone com Prof. Thomaz de Aquino. Trabalhou algum tempo na EMEM como professora contratada, ministrando aulas de Solfejo, Ritmo e Teoria musical. Em 1990, ingressou na UNB, onde se formou em Educação Artística com Habilitação em Música. Retornando a São Luís, trabalhou como Professora Substituta junto aos Cursos de Licenciatura em Música na UFMA e na UEMA, tendo participado das comissões de criação de ambos os cursos. Em 2013, concluiu o Mestrado em Música pela UNB e, atualmente, é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).

Tânia Rêgo foi nomeada para o cargo de Diretora da EMEM em 2003 e permaneceu na função até o início de 2007. Uma das mais importantes conquistas obtidas pela EMEM na sua gestão foi a aquisição do Prédio Anexo. Sua administração foi citada pelas funcionárias entrevistadas como uma das melhores administrações que a EMEM teve. Foi dito que soube obter um bom aproveitamento dos corpos técnico-administrativo e docente da EMEM.

Entre os principais eventos realizados na gestão de Tânia Rêgo, citamos: I Semana de Violões (2004), com Prof. Orlando Fraga (PR); II Encontro de Cordas (2004), com professores do Conservatório Carlos Gomes (PA); II Encontro de Metais (2004), com professores da UFPB; Curso de Violino, com Prof. Mábio Duarte (UFRGS/EUA); Curso de Violoncelo, com Prof. Joel Costa (Londrina, PR); Workshop de Saxofone, com Sávio Araújo (Portugal); Oficinas de violino, violoncelo, flauta transversa e trompete (2004), com professores da Orquestra Sinfônica Brasileira (RJ); Workshop sobre Ernesto Nazareth, com a pianista Eudóxia de Barros (SP); I Encontro de Piano (2005); II Semana de Violões (2005), III Encontro de Cordas (2005); 8º Encontro Nordestino de Metais (2005); Lançamento do Jornal “Música em Paulta” Ano 1 (2005); Lançamento do CD Tocatta da pianista Zezé Cassas; IV Encontro de Cordas (2006), III Semana de Violões (2006), Cena Lírica em Mozart (2006).

10) MARCELO OLIVEIRA

Marcelo Moreira de Oliveira (1961) é natural do Rio de Janeiro, onde iniciou seus estudos musicais e formou-se em Violão no Curso Livre da Pró-Arte (Laranjeiras, RJ). Em 1981, recém-formado, ingressou no corpo docente da EMEM, na gestão da professora Olga

Mohana, para ensinar Violão Clássico. Durante sua experiência como professor, teve oportunidade de fazer vários cursos livres de aperfeiçoamento musical em cidades como Brasília, Porto Alegre, Curitiba, entre outras. Graduou-se em Licenciatura em Música pela Universidade Estadual do Ceará em 2006 e tornou-se Diretor da EMEM em 2007, permanecendo no cargo até 2009.

Apontamos como fato de grande importância na gestão do professor Marcelo Oliveira o início do processo de reforma curricular da EMEM. O currículo oficial vigente, da década de oitenta, tornara-se obsoleto e, na prática, já era impossível aplicá-lo, tal a defasagem de conteúdos e desconexão com a realidade dos alunos. Para a realização desta tarefa, iniciaram-se as discussões e os trabalhos através de comissões eleitas em assembleia de professores, com o objetivo de atualizar os programas dos cursos já existentes e estruturar os que não existiam ainda, como os dos cursos de Música Popular, Sopro e Percussão. É importante ressaltar que, desde o início, o corpo docente da instituição mobilizou-se e tomou para si a tarefa de gerir os trabalhos da reforma curricular, sob a coordenação da professora Kathia Salomão.

Entre as atividades desenvolvidas pela EMEM durante a gestão de Marcelo Oliveira, destacamos: Semana de Canto Lírico, Semana de Violão, Oficina de Cover Baixo e II Encontro de Piano (2008).

11) JOÃO PEDRO BORGES

João Pedro da Silva Borges (1947), violonista maranhense, é natural de São Luís, onde iniciou seus estudos musicais com o professor Luís Almeida. João Pedro foi um dos fundadores da EMEM e fez parte do primeiro corpo docente, tendo permanecido como professor da instituição até 1978. Ainda na década de 1970, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde estudou violão clássico com Turíbio Santos e iniciou carreira profissional como violonista. Como professor, trabalhou em diversas instituições de ensino musical no Brasil, França e África. Atuou também como produtor e editor musical, diretor de espetáculos musicais e gravou discos como intérprete solista e com vários parceiros.

Anos depois, João Pedro retornou a São Luís e reingressou no corpo docente da EMEM, dessa vez mediante concurso público realizado em 2002. João Pedro foi aprovado na categoria de nível superior como Professor de Atividades Artísticas e Culturais e, desde então, é professor do Curso de Violão Clássico. Foi nomeado Diretor da EMEM em Janeiro de 2009 e, em razão da mudança do Governo, foi exonerado alguns meses depois. O pouco tempo em que ocupou o cargo impossibilitou o desenvolvimento de um plano de ações relativas à

EMEM. João Pedro Borges também foi o fundador da Escola de Música do CEUMA (já extinta) e da Escola Municipal de Música (atualmente inativa), tendo exercido o cargo de Diretor em ambas.

12) RAIMUNDO LUIZ RIBEIRO

Raimundo Luiz Ribeiro (1960) é maranhense, natural de Cedral. Ingressou na EMEM em 1980, como aluno do curso de Violino. Tornou-se monitor e foi nomeado professor da EMEM em 1989, quando a Constituição Estadual do Maranhão efetivou os funcionários contratados. Após 20 anos de experiência como professor na instituição, Raimundo Luiz foi indicado para o cargo de Diretor em 2009, na segunda metade de um mandato, devido à interrupção da gestão do Governador Jackson Lago. Finalizando esse mandato, foi mantido no cargo, iniciando uma nova gestão no segundo mandato da Governadora Roseana Sarney, a partir de 2011. Paralelamente à função de Diretor da EMEM, Raimundo Luiz concluiu o Curso de Licenciatura em Música na UFMA no ano de 2012.

A gestão de Raimundo Luiz foi marcada por uma crise deflagrada pelas más condições de manutenção e conservação do prédio em que a EMEM funciona, crise essa, ainda não totalmente superada. Após sucessivos apelos feitos à SECMA quanto aos reparos necessários à estrutura física da EMEM, que não foram atendidos, a situação culminou na interdição do prédio pela Defesa Civil no ano de 2012.

Apesar dos problemas na infraestrutura do prédio, ganhos foram alcançados também nesse aspecto. Segundo uma das funcionárias: *“Nós temos uma direção agora, essa do Raimundo Luiz, depois que ele assumiu, a Escola, em coisas de material, melhorou 100%. Porque ele batalhou muito!”*⁷⁸ Nessa gestão, a EMEM conseguiu instalar o sistema de climatização em todas as salas de aula, garantindo melhores condições de trabalho aos professores e conforto aos alunos.

Outras importantes conquistas obtidas pela EMEM, no período da administração de Raimundo Luiz, foram a conclusão da Reforma Curricular e a elaboração do novo Plano Político Pedagógico, cujas discussões foram iniciadas ainda na gestão de Marcelo Oliveira. Para Raimundo Luiz, *“[...] ter concluído o PPP, pra mim já foi uma grande conquista.”*⁷⁹ Entretanto, o novo PPP segue em fase final de aprovação, aguardando o parecer do Conselho Estadual de Educação que, por sua vez, depende das condições de funcionamento do prédio da EMEM que ainda aguarda a conclusão da reforma, prevista para o ano de 2015.

⁷⁸ Entrevista cedida por Maria José Gouveia, em 28 de Outubro de 2014.

⁷⁹ Entrevista cedida por Raimundo Luiz, em 24 de Outubro de 2014.

Avanços importantes foram obtidos também em relação à divulgação da EMEM e as atividades desenvolvidas. Em entrevista, Raimundo Luiz citou esse fato como uma reclamação constante da sociedade ludovicense:

Dificuldades, certamente nós encontramos desde sempre, né? Mas, uma das questões que a sociedade sempre me reclamou assim, é de que a EMEM era muito pouco difundida e divulgada enquanto instituição de ensino. Eu, como sou músico popular e toco muito por aí, muita gente da classe me conhece e tal... e muita gente dizia: “O quê que a Escola faz? Quantos cursos a Escola oferece? Quais são eles? enfim, ninguém fala da Escola de Música!” Então, isso me incomodou logo de chegada como Diretor.

Esse incômodo levou o gestor a buscar o apoio da FAPEMA, através de um convênio que disponibilizou bolsistas em várias áreas do conhecimento. Esse apoio foi fundamental para minimizar o problema e, hoje, a EMEM possui um *site*, estando presente na rede de comunicação virtual. Acessado através do Portal da Secretaria de Cultura⁸⁰, no site é divulgada a programação de concertos e eventos realizados pela escola. Além disso, a instituição conta com a inserção na Agenda Cultural, veículo de comunicação impresso pela SECMA e veiculado nos órgãos da Secretaria de Cultura, hotéis e outras instituições ligadas à arte e educação em São Luís.

O Projeto Acervo EMEM, iniciado em 2013, é outro exemplo da parceria com a FAPEMA, que disponibilizou 2 bolsistas na área de Informática, para digitalização de todo o acervo de partituras da Biblioteca da EMEM. Outras áreas já foram contempladas por esse convênio, a saber, Fonoaudiologia (atendendo ao Curso de Canto), Marketing e Projetos (atendendo à difusão e divulgação da EMEM) e Terapia Ocupacional (Oficina Terapêutica de Música) e Biblioteconomia.

Ainda na gestão de Raimundo, teve início o projeto “Encontro de Música de Câmara”, que acontece desde 2011 e teve sua terceira edição em Novembro de 2014. Esse projeto propõe a integração dos diversos núcleos da EMEM, numa ação conjunta em que alunos e professores são estimulados à formação de grupos instrumentais. O evento envolve a presença de músicos e professores convidados de outros Estados do Brasil, já que no Maranhão ainda não se tem uma Orquestra Sinfônica. Durante o encontro, os professores, além de ministrarem aulas, realizam concertos com entrada franca.

Registramos, ainda, na gestão de Raimundo Luiz o início do projeto “Música & Memória”, que inseriu São Luís no cenário nacional que desenvolve uma programação

⁸⁰ Disponível em: <www.cultura.ma.gov.br>.

musical nos Museus⁸¹. Essa prática, que já existe em muitas cidades do Brasil, começou a acontecer em São Luís em 2011, numa parceria entre a EMEM e o Museu Histórico do Maranhão (MHMA). Através desse projeto, a escola promove apresentações musicais gratuitas, que acontecem na última quinta-feira de cada mês, no Auditório Apolônia Pinto do MHMA. O projeto, entretanto, tem encontrado dificuldades para se manter na Agenda Cultural da cidade devido à falta de incentivo da SECMA, no que diz respeito a recursos financeiros e divulgação dos concertos.

Em seu depoimento, Raimundo Luiz cita, como maior desafio para a EMEM, a busca por alternativas de dar continuidade ao que já vem sendo feito, e a permanente criação de mecanismos para propiciar desenvolvimento aos alunos da instituição. O diretor ressalta a importância de se manter os projetos já iniciados e a vinda de professores de fora do Estado para ministrar cursos e oficinas aos alunos da EMEM⁸². Esses eventos anuais promovem troca de experiência e estimulam os alunos à conclusão do curso de Música. Dentre os que ocorreram na gestão de Raimundo Luiz refiramos: III Encontro de Piano (2009), II São Luís Guitarra Festival (2010), Concertos e Oficinas TUBABRASIL (2010), Oficina de Madeiras (2010), I Oficina internacional de Ópera do Maranhão (2011), Master Class de Violão com Maurício Carrilho (2013), Concerto e Master Class de Violino com Frédéric Pelassy (2013). Registramos, ainda, na gestão de Raimundo Luiz, a reforma e reinauguração do Estúdio de Gravação da EMEM (2014).

13) MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS MOTA

Manoel Mota (1965) é maranhense de São Luís, onde iniciou seus estudos musicais. Em 1983 ingressou como aluno no Curso Técnico de Violino da EMEM, sob a orientação do professor Roberto Moura. Participou de festivais nacionais e internacionais de música, e cursos em diversas cidades do Brasil, como Londrina, Curitiba (PR) e Olinda (PE). Realizou diversos concertos na área de música de câmara, sinfônica e shows de música popular, trabalhando com vários compositores maranhenses. Trabalhou como professor contratado na EMEM durante 10 anos e, em 2001, ingressou no corpo docente após aprovação em concurso público para o cargo de professor de violino. Em 2008, ingressou no Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão. Assumiu o cargo de

⁸¹ Inaugurada em dezembro de 1997 no Museu Nacional de Belas Artes pelo violonista Turíbio Santos, Música no Museu conta hoje, ainda que alternada ou esporadicamente, no Rio de Janeiro, com quarenta e dois dos melhores Museus e Centros Culturais cariocas, além de lindas igrejas. O projeto já se estendeu a outras cidades brasileiras, como São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.musicanomuseu.com.br/hist.html>>.

⁸² Entrevista cedida por Raimundo Luiz, em 24 de Outubro de 2014.

Diretor da EMEM, a convite da Secretária de Cultura Ester Marques, no início de 2015.

5.3 Corpo Docente da EMEM: sua formação e qualificação

Entre a data de criação da EMEM e a data de realização do primeiro concurso público para professor da instituição, o corpo docente apresentou uma composição variada e instável. As admissões e substituições eram frequentes, devido às incertezas em relação à manutenção dos contratos e pagamento dos salários dos professores, a maioria vinda de outros estados, mas entre os quais havia também músicos maranhenses, como o violonista João Pedro Borges. De acordo com Costa (1995, p.19): “Além dele e do Prof. Clemens Hilbert vieram os professores de piano João Solano do Rio de Janeiro e Flávio Gentil Campos do Ceará que permaneceram por pouco tempo”.

Segundo Amaral (2001, p.82), a primeira composição do corpo docente da EMEM era formada por 8 professores:

1. Maria José Cassas (Maranhão/Rio de Janeiro) – Piano e Musicalização
2. Gilles Lacroix – Musicalização, História da Música e Teoria Musical
3. João Solano (Rio de Janeiro) – Piano
4. Flávio Gentil Campos (Ceará) – Piano
5. João Pedro Borges (Maranhão/Rio de Janeiro) – Violão
6. Wolf Clemens Hilbert (Alemanha/Brasil) – Flauta Doce e Canto
7. Bruno Wysuj (Bélgica/Brasil) – Canto
8. Joaquim Santos – Violão, assistente de João Pedro Borges

O mesmo autor apresenta alterações do corpo docente, em 1978: uma substituição e 4 novas contratações (2001, p.83), além da inclusão da disciplina Expressão Corporal, ministrada pela própria diretora Regina Telles. Segundo Costa (1995, p.22), nessa época houve também a participação de 2 compositores maranhenses: Ubiratan Sousa e Sérgio Habibe, que ministraram Violão Popular e Flauta Transversa, respectivamente. Portanto, o corpo docente, em 1978, estava assim composto:

1. Gilles Lacroix – Musicalização, História da Música e Teoria Musical
2. João Solano (Rio de Janeiro) – Piano
3. Flávio Gentil Campos (Ceará) – Piano

4. Wolf Clemens Hilbert (Alemanha/Brasil) – Flauta Doce e Canto
5. Bruno Wysuj (Bélgica/Brasil) – Canto
6. Joaquim Santos (substituiu João Pedro Borges) – Violão
7. Enilde Cotrim Figueiredo – Iniciação Musical
8. Alaide Pavão – Piano
9. Talita Saraiva – Piano
10. Marize Weight – Teoria Musical e Flauta Doce
11. Regina Telles – Expressão Corporal
12. Sérgio Habibe – Flauta Transversa
13. Ubiratan Souza – Violão Popular

Em 1979, no Governo de João Castelo, a professora Olga Mohana assumiu a direção da EMEM e novas mudanças ocorreram no corpo docente, uma vez que essa diretora teve como prioridade um projeto de formação da Orquestra sinfônica no Estado do Maranhão. Segundo Costa (1995, p.23), com a saída de alguns professores, mais 5 foram contratados, ficando o corpo docente assim constituído:

1. Gilles Lacroix – Musicalização, História da Música e Teoria Musical
2. Wolf Clemens Hilbert – Flauta Doce e Canto
3. Joaquim Santos (substituiu João Pedro Borges) – Violão
4. Enilde Cotrim Figueiredo – Iniciação Musical
5. Alaide Pavão – Piano
6. Talita Saraiva – Piano
7. Marize Weight – Teoria Musical e Flauta Doce
8. Koite Watanabe – Violino
9. Rubens Currado – Violoncello
10. Hermelindo Castelo Branco – Canto e Piano
11. Normando Carneiro da Silva – Regente
12. Valéria Carvalho e Silva – Teoria Musical

O regente acima citado e sua esposa – Valéria Carvalho e Silva – não se demoraram em São Luís. Em substituição, nova contratação foi efetuada: o maestro Emanuel Martinez, para reger o Madrigal da EMEM e para dar aulas de Percepção Musical e História da Música. E, segundo Amaral (2001), em 1980, mais dois professores foram contratados:

1. Gilles Lacroix – Musicalização, História da Música e Teoria Musical
2. Wolf Clemens Hilbert – Flauta Doce e Canto
3. Joaquim Santos (substituiu João Pedro Borges) – Violão
4. Enilde Cotrim Figueiredo – Iniciação Musical
5. Alaide Pavão – Piano
6. Talita Saraiva – Piano
7. Marize Weight – Teoria Musical e Flauta Doce
8. Koite Watanabe – Violino
9. Rubens Currálo – Violoncello
10. Hermelindo Castelo Branco – Canto e Piano
11. Emanuel Martinez – Regente
12. Roberto Gomes – Violão
13. Maria Ester Brandão Watanabe – Violino e Viola

Segundo Costa (1995, p.27), em 1981 “[...] houve um novo êxodo respeitando a periodicidade de dois anos de permanência que já estava se tornando padrão, e com exceção do Profº Emanuel Martinez, todos foram embora”. Sendo assim, o corpo docente ficou reduzido a poucos professores e novas contratações foram feitas nesse mesmo ano:

1. Gilles Lacroix – Musicalização, História da Música e Teoria Musical
2. Emanuel Martinez – Regente
3. Enilde Cotrim Figueiredo – Iniciação Musical
4. Alaide Pavão – Piano
5. Talita Saraiva – Piano
6. Vanilson Lima – Flauta Doce (em substituição a Wolf Clemens Hilbert)
7. Mércia Pinto – Piano
8. Marcelo Oliveira – Violão
9. Fátima Pereira – Canto Coral, Iniciação musical, Percepção Musical
10. Roberto Moura – Violino
11. Edna Marques – Canto
12. Victor Lima – Violoncello
13. Ronaldo Caron – Piano e Percepção Musical

Contudo, quando Antônio Francisco de Sales Padilha foi nomeado professor para a EMEM, em 1982, o corpo docente já estava reduzido novamente:

1. Gilles Lacroix – Musicalização, História da Música e Teoria Musical
2. Enilde Cotrim Figueiredo – Iniciação Musical
3. Vanilson Lima – Flauta Doce
4. Mércia Pinto – Piano
5. Marcelo Oliveira – Violão
6. Roberto Moura – Violino
7. Edna Marques – Canto
8. Ronaldo Caron – Piano e Percepção Musical
9. Edenir Cotrim Guará – Musicalização
10. Cid Ornellas – Violoncelo
11. Francisco Padilha – Percepção Musical e Coral

A gestão de Giovanni Pelella (1983) iniciou-se com novas substituições e contratações, mas logo foi prejudicada pela crise salarial e a EMEM perdeu mais professores. Quando a professora Enilde Figueiredo assumiu, as monitorias⁸³ foram instituídas e o corpo docente ficou assim:

1. Enilde Cotrim Figueiredo – Iniciação Musical
2. Edenir Cotrim Guará – Musicalização
3. Marcelo Oliveira – Violão
4. Roberto Moura – Violino
5. Francisco Padilha – Percepção Musical
6. Mary Jane Nunes de Oliveira – Musicalização (nova contratação)
7. Thomaz de Aquino Leite – Percepção Musical, Clarinete e Saxofone (contratação)
8. José Nilson Rufino – Piano (nova contratação)
9. Ângela Maria dos Reis Campelo – Canto (nova contratação)
10. Daniel Nascimento – Percepção Musical e Piano (nova contratação)
11. Lisiane Nina de Araújo Costa – Flauta doce em substituição a Vanilson Lima (nova contratação)

⁸³ Cabe ressaltar que as monitorias funcionaram por um bom tempo, mais precisamente, 3 anos, pois, só em 1989, a Constituição Estadual regularizou a situação dos monitores tornando-os professores efetivos da EMEM.

12. Fernando Farias – monitor de Violão
13. Simão Pedro Amaral – monitor de Canto
14. Raimundo Luiz Ribeiro – monitor de Percepção Musical
15. Joseleno Moura – monitor de Piano
16. Paulo Santos Filho – monitor de Flauta
17. Ivan Veras Gonçalves – monitor de História da Música

Em 1987, quando Francisco Padilha tornou-se diretor iniciou a implantação dos cursos de sopro; a conformação do corpo docente da EMEM foi novamente modificada. Além do próprio Padilha, que fundou o Curso de Trompete, foram contratados: Cleómenes Teixeira Santos (Saxofone), Jânio de Jesus Padilha (Trombone) e José Alves da Costa (Flauta Transversa). A nova configuração foi:

1. Enilde Cotrim Figueiredo – Iniciação Musical
2. Edenir Cotrim Guará – Musicalização
3. Marcelo Oliveira – Violão
4. Roberto Moura – Violino
5. Francisco Padilha – Percepção Musical e Trompete
6. Thomaz de Aquino Leite – Percepção Musical, Clarinete e Saxofone (contrato)
7. José Nilson Rufino – Piano (contrato)
8. Ângela Maria dos Reis Campelo – Canto (contrato)
9. Lisiane Nina de Araújo Costa – Flauta doce (contrato)
10. Daniel Nascimento – Percepção Musical e Piano (contrato)
11. Simão Pedro Amaral – monitor de Canto
12. Raimundo Luiz Ribeiro – monitor de Percepção Musical
13. Rose Mary Fontoura – monitora de Piano
14. Joseleno Moura – monitor de Piano
15. Ivan Veras Gonçalves – monitor de História da Música
16. Francisco Padilha – Percepção Musical e Trompete
17. Cleómenes Teixeira – Saxofone (contrato)
18. Jânio de Jesus Padilha – Trombone (contrato)
19. José Alves da Costa – Flauta Transversa (contrato)
20. José Carlos Castro Martins – Percepção Musical (contrato)

Em entrevista com o ex-gestor da EMEM, Francisco Padilha, fomos informada que, por ocasião da aprovação da Constituição do Estadual⁸⁴, os vários monitores e professores contratados tiveram sua situação regularizada e foram nomeados pelo Governo do Estado. Assim sendo, pela primeira vez, o corpo docente da EMEM conseguiu ter um número maior de professores estáveis no quadro. Entretanto, o novo perfil do corpo docente passou a ser bem diferente do anterior no que diz respeito à qualificação dos professores. Após a partida dos professores contratados, a EMEM passou a ter um corpo docente formado, em sua maioria, por músicos práticos, técnicos formados pela própria EMEM, alunos mais adiantados como monitores e alguns professores formados pelo Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil (PE): José Nilson Rufino, Ângela Maria Campelo e Daniel Nascimento. Apenas dois professores possuíam formação superior em Música oficialmente reconhecida pelo MEC: Roberto Moura e Francisco Padilha.

Em 1992, na gestão do Governador Edson Lobão, foi realizado o primeiro concurso público para o cargo de Professor de Música da EMEM. Esse concurso consistiu de uma prova de conhecimentos teóricos na área de Música, mas não exigiu formação específica dos candidatos, como também foi realizado numa única categoria, a de nível médio. Sua realização permitiu uma nova reestruturação do corpo docente. Foram aprovados oito professores⁸⁵: Ana Neuza Araujo Ferreira, Celso Sousa Pires Leal, Maria Zélia Matias Santos, Diórgenes Terciano Torres, Paulo Oliveira dos Santos Filho, Ciro de Castro, Raimundo Nonato Privado e Maria Luiza Padilha Leite. Dentre os acima citados, apenas dois não eram alunos da EMEM: Maria Luiza Padilha Leite, que não chegou a assumir o cargo e Celso Sousa Pires Leal. Ambos já não compõem mais o corpo docente da EMEM. Raimundo Nonato Privado também não pôde assumir em razão de possuir outro cargo no Estado. Assim ficou a conformação do corpo docente após a realização do primeiro concurso:

1. Enilde Cotrim Figueiredo – Iniciação Musical
2. Edenir Cotrim Guará – Musicalização
3. Marcelo Oliveira – Violão
4. Roberto Moura – Violino
5. Francisco Padilha – Percepção Musical e Trompete
6. Thomaz de Aquino Leite – Percepção Musical, Clarinete e Saxofone

⁸⁴ Constituição do Estado do Maranhão, 05 de Outubro de 1989. DECRETO Nº 11.066 de 22 de MARÇO de 1989, do Governador Eptácio Cafeteira. Estabeleceu procedimentos para contratação de pessoal de que trata a Lei nº 4.921, de 02 de fevereiro de 1989. Disponível em:

<http://www.cge.ma.gov.br/cge_documento/?Idp=2633>. Acesso em: 26 Out. 2014.

⁸⁵ Ver Anexo o Diário Oficial com a relação dos aprovados.

7. José Nilson Rufino – Piano
8. Ângela Maria dos Reis Campelo – Canto
9. Lisiane Nina de Araújo Costa – Flauta Doce
10. Daniel Nascimento – Percepção Musical e Piano
11. Simão Pedro Amaral – Canto
12. Raimundo Luís Ribeiro – Percepção Musical
13. Rose Mary Fontoura – Piano
14. Joselino Moura – Piano
15. Ivan Veras Gonçalves – História da Música e Percepção Musical
16. Francisco Padilha – Percepção Musical e Trompete
17. Cleómenes Teixeira – Saxofone
18. Jânio de Jesus Padilha – Trombone
19. José Alves da Costa – Flauta Transversa
20. José Carlos Castro Martins – Percepção Musical
21. Ana Neuza Araújo Ferreira – Piano
22. Celso Sousa Pires Leal – Percepção Musical
23. Maria Zélia Matias Santos – Percepção Musical
24. Diórgenes Terciano Torres – Violão
25. Paulo Oliveira dos Santos Filho – Flauta Transversa
26. Ciro de Castro – Canto

Após dez anos, um segundo concurso público foi realizado, a partir do qual o corpo docente da EMEM foi consideravelmente expandido, incluindo os cursos do Núcleo de Música Popular. Esse concurso contemplou duas categorias: a de Professor de Música de nível médio e a de Professor de Atividades Artísticas e Culturais de nível superior, para a qual foi exigida a formação específica na área de música. Foram oferecidas vagas para áreas teóricas e instrumentais, a saber: Canto, Piano, Flauta Doce, Clarinete, Trompete, Trombone, Saxofone, Violão, Violino, Violoncelo, Guitarra, Contrabaixo Elétrico, Bateria, Percussão e Cavaquinho. Contabilizou-se o total de 32 professores nomeados – 26 na primeira categoria e 6 na segunda – dos quais, 16 são ex-alunos da própria escola. Somando-se aos 26 professores já em atividade, a EMEM passou a ter um corpo docente de 58 professores. O quadro abaixo ilustra os aprovados e suas áreas de atuação:

Quadro 7 - Professores da EMEM aprovados em concurso público de 2002

APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DE 2002	
PROFESSOR DE MÚSICA – NÍVEL MÉDIO	
Andrea Lúcia Rodrigues dos S. Ferreira	Piano e Percepção Musical Infantil
Antônio de Jesus O. Silva Filho**	Violão
Antônio Charles de Melo Pequeno**	Percepção Musical, História da Música, Harmonia, Canto Coral
Antônio Elias Silva Neto**	Bateria
Antônio Lisboa da Silva**	Saxofone e Clarinete
Antônio Vidal de Oliveira Neto	Bateria
Daniel Moraes Cavalcante**	Trompete e Percepção Musical
Domingos Nélío Ferreira Soares**	Violão e Percepção Musical
Emilson Pires dos Santos**	Cavaquinho
Endro Fadell N. Machado*	Violão
Helen Regina Benevenuto e Silva	Piano
Jairo Moraes Pereira**	Trompa, Percepção Musical e Música de Câmara
Jamilson Denys Ribeiro Mendes**	Guitarra
Jayr Torres e Silva	Guitarra e Prática de Conjunto
João José Soeiro Pereira**	Violão Popular e Percepção Musical Infantil
Joaquim Antônio dos Santos Neto	Violão e Regência da Orquestra de Câmara
José Roberto Froes da Costa**	Violão e Música de Câmara
Kathia Salomão**	Violoncelo e Percepção Musical
Leni Cotrim Nagy*	Piano
Manoel da Conceição S. Mota**	Violino
Mauro Sérgio Marinho Silva**	Contrabaixo Elétrico
Raimundo Nonato Privado**	Violão
Raimundo Nonato Soeiro Oliveira**	Percussão
Rogério Ramos Figueiredo*	Saxofone
Rogério Ribeiro das Chagas Leitão	Bateria
Thales Márcio Vale Gomes	Trompete e Prática de Banda
PROF. ATIVID. ARTÍSTICAS E CULTURAIS – NÍVEL SUPERIOR	
Ana Neuza Araújo Ferreira**	Piano, Música de Câmara e Estágio Supervisionado
Carlos Magno Almeida Berredo	Canto e Coral
Joezer de Souza Mendonça*	Piano
João Pedro da Silva Borges	Violão
José Reginaldo dos Santos	Percepção Musical
Leon Guedes Correia Neto*	Canto

* Atualmente, não fazem mais parte do corpo docente da EMEM.

** São ex-alunos da EMEM.

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar dessa expansão, o segundo concurso pouco alterou o aspecto qualitativo do corpo docente da EMEM, uma vez que apenas 6 professores foram aprovados na categoria de nível superior em música. Essa situação começou a mudar após a criação das Licenciaturas em Música nas duas Universidades públicas do Maranhão – Universidades Estadual e Federal do Maranhão – UEMA e UFMA. Desde a abertura desses cursos, os professores da EMEM têm ingressado nas universidades, o que revela a preocupação do corpo docente em buscar qualificação na área. Verificamos que a maioria dos professores da EMEM, independentemente da sua primeira formação, já licenciou-se, ou está cursando a Licenciatura em Música numa das duas instituições citadas. E, ainda, que uma parcela do corpo docente já possui, ou está cursando, Pós-Graduação em Música ou em áreas co-relatas, revelando também o interesse pela pesquisa em Música. Atualmente a EMEM possui um corpo docente formado por quarenta e cinco professores, dos quais 2 estão afastados para cursos de Pós-Graduação em Música – Mestrado. De acordo com os dados levantados, podemos aferir que a formação não se constitui mais um problema para o corpo docente da EMEM, que está progressivamente mais qualificado e continua avançando para a pós-graduação, como vemos nos quadros abaixo:

Quadro 8 - Qualificação do corpo docente da EMEM em 2014

QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE ATUAL		
FORMAÇÃO	COMPLETO	INCOMPLETO
NÍVEL MÉDIO	04	
GRADUAÇÃO OUTRA ÁREA	10	02
LICENCIATURA EM MÚSICA	14	11
BACHARELADO EM MÚSICA	06	
ESPECIALIZAÇÃO	05	02
MESTRADO	04	05
DOUTORADO	01	

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 9 - Qualificação do corpo docente da EMEM – 2014

LICENCIAT / BACHAREL	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Ana Neuza Araújo Ferreira	Andrea Lúcia Rodrigues dos Santos Ferreira*	Ana Neuza A. Ferreira	Antônio Francisco dos Sales Padilha
Andrea Lúcia Rodrigues dos Santos Ferreira	João Pedro Borges	Antônio Francisco dos Sales Padilha	
Ângela Maria dos Reis Campelo*	Joaquim Antônio dos Santos Neto	Ciro de Castro*	
Antônio Elias Silva Neto*	Kathia Salomão	Daniel M. Cavalcanti*	
Antônio Francisco dos Sales Padilha	Lisiane Nina de Araújo Costa	Diógenes T. Torres*	
Antônio de J. O. Silva Filho*	Maria Zélia M. Santos	Maria Zélia M. Santos	
Antônio Lisboa da Silva	Raimundo Luiz Ribeiro*	Ivan Veras Gonçalves*	
Daniel Moraes Cavalcanti		José Roberto F. da Costa	
Diógenes Terciano Torres		Kathia Salomão *	
Domingos Nélcio F. Soares			
Helen Regina B. S. da Silva			
Jairo Moraes Pereira *			
Jamilson Denys R. Mendes*			
Jayr Torres e Silva*			
João José Soeiro Pereira*			
Joaquim Antônio dos S. Neto			
José Alves Costa			
Joselino M. G. de Moura			
José Nilson Rufino			
José Reginaldo dos Santos			
José Roberto Froes da Costa			
Kathia Salomão			
Manoel da C. Santos da Mota*			
Marcelo Moreira de Oliveira			
Mauro Sérgio Marinho Silva*			
Norlan Aragão Lima*			
Paulo Oliveira dos S. Filho*			
Raimundo Luiz Ribeiro			
Raimundo Nonato S. Oliveira*			
Rogério Ribeiro das C. Leitão			

* Ainda cursando

Fonte: Dados da pesquisa

Como consequência natural da sua inserção nos cursos de graduação e pós-graduação, o corpo docente da EMEM apresenta uma produção de trabalhos acadêmicos que consideramos relevante registrar em nossa pesquisa. Assim, apresentamos, a seguir, os títulos em ordem cronológica de conclusão, e as instituições às quais estão vinculados.

Quadro 10 - Produção acadêmica do corpo docente da EMEM

PRODUÇÃO ACADÊMICA DO CORPO DOCENTE DA EMEM				
ANO	TÍTULO	AUTOR	TIPO	ISS
1995	Escola de Música do Estado do Maranhão: uma abordagem histórica.	Lisiane Nina Araújo Costa	Monografia Licenciatura em Educação Artística	UFMA
2001	Canto Lírico no Maranhão: descontinuidade de uma arte não consolidada.	Simão Pedro Amaral	Monografia Licenciatura em Educação Artística	UFMA
2005	O ensino da música na escola pública em São Luís e a preparação de docentes para o atendimento da educação básica.	João Pedro Borges	Monografia Especialização em Didática Universitária	FAMA (Faculdade Atenas Maranhense)
2008	Ladainha de Antônio Rayol	Joaquim Santos	Monografia Especialização em Musicologia Brasileira	UFPI
2008	Análise das práticas de ensino de percepção musical presentes na Escola de Música do Estado do Maranhão Lilah Lisboa de Araújo: contribuição para o desenvolvimento pedagógico-musical.	Maria Zélia Matias Santos	Monografia Especialização em Educação Musical	UFPI
2008	O violoncelo na música de compositores oitocentistas no Maranhão: obras selecionadas e sua possível utilização no ensino do violoncelo da Escola de Música do Estado do Maranhão.	Kathia Salomão	Monografia Especialização em Educação Musical	UFPI
2010	O corpo na performance musical: movimentação cênica como parte do recital violonístico.	José Roberto Froes da Costa	Dissertação Mestrado em Música	UFPR
2011	Princípios de criação de frases	Diórgenes T. Torres	Monografia	UFMA

	cromáticas para improvisação jazzística.		Licenciatura em Música	
2011	O Curso Básico Infantil de Piano da Escola de Música do Estado do Maranhão.	Andréa Lúcia dos S. F. Rodrigues	Monografia Licenciatura em Música	UEMA
2011	Educação musical e psicomotricidade em Dalcroze.	Domingos Nélio Ferreira Soares e Acrísio P.de Brito Jr	Monografia Licenciatura em Música	UEMA
2011	O ensino da prática instrumental como auxiliador na aprendizagem, disciplina e sociabilidade dos alunos da Escola de Música do Estado do Maranhão.	Helen Regina B. Soares da Silva	Monografia Licenciatura em Música	UEMA
2011	A música popular produzida em São Luís-MA na década de sessenta do século XX.	José Alves Costa	Monografia Licenciatura em Música	UEMA
2011	Thomas Kupsch: referência biográfica na educação musical do Maranhão.	José Nilson Rufino	Monografia Licenciatura em Música	UEMA
2011	A musicalidade do bumba-meu-boi do Maranhão no ritmo do sotaque da ilha em tempo presente.	Rogério Ribeiro das Chagas Leitão	Monografia Licenciatura em Música	UEMA
2011	Romance Sans Paroles nº1: aplicação didática de uma obra de Elpídio Pereira no Curso de Violoncelo da Escola de Música do Estado do Maranhão.	Kathia Salomão	Monografia Licenciatura em Música	UFMA
2012	Inclusão social através do Projeto Música no Munim: musicalizando crianças e jovens.	Raimundo Luiz Ribeiro	Monografia Licenciatura em Música	UFMA
2012	Direção, ansiedade e performance – uma experiência de vida.	Antônio Francisco dos Sales Padilha	Dissertação de Mestrado. Área: Direção de Banda.	Universidade de Aveiro (Portugal)
2012	Os processos de ensino e aprendizagem musicais na Escola de Música do Estado do Maranhão Lilah Lisboa de Araújo.	Maria Zélia Matias Santos	Dissertação de Mestrado em Educação Musical	UFPB

2012	Método de pandeiro para o ensino individual e coletivo.	Raimundo Nonato Soeiro Silveira	Monografia Licenciatura em Música	UFMA
2013	Percepção musical em foco: relato de experiência de um projeto pedagógico em fase de elaboração para a Escola Municipal de Música de São Luís do Maranhão.	Joaquim Antônio dos Santos Neto	Monografia Licenciatura em Música	UFMA
2013	Educação Musical de jovens e adultos: políticas, desafios e proposta de metodologia para o ensino de música.	Antônio Lisboa da Silva	Monografia Licenciatura em Música	UFMA
2014	A construção ilusória da realidade, ressignificação e recontextualização do bumba-meu-boi do Maranhão a partir da música.	Antônio Francisco dos Sales Padilha	Tese de Doutorado Área: Etnomusicologia	Universidade de Aveiro, Portugal.
2014	Escola de Música do Estado do Maranhão: além da sala de aula.	Lisiane Nina Araújo Costa	Monografia de Especialização em Metodologia do Ensino da Música	FACEL*
2014	O ensino de música no Nordeste: um estudo histórico-organizacional sobre a Escola Lilah Lisboa de Araújo	Ana Neuza Araújo Ferreira	Dissertação Mestrado em Cultura e Sociedade (PGCult)	UFMA

* FACEL: Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras.

Fonte: Dados da pesquisa

Registramos, ainda, a produção literária de alguns professores, no ano de 2013:

- a) Na mosca! Criação de frases cromáticas para improvisação jazzística, de Diórgenes Torres;
- b) Choros maranhenses – caderno de partituras. Organização de José Alves;
- c) Bumba-meu-boi – som e movimento, de Joaquim Santos;
- d) Batucada Maranhense, Análise Rítmica dos Ciclos Culturais – a visão de um baterista, de Rogério das Chagas Leitão.

5.3.1 Entrevistas com os docentes – Metodologia

Para nossa pesquisa, classificamos o corpo docente em três momentos históricos e dele selecionamos uma amostra com o objetivo de realizar entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas somente em áudio. O critério de classificação adotado foi a forma de ingresso no corpo docente mediante os concursos públicos realizados pelo Governo do Estado do Maranhão. Assim, temos a Primeira Fase, com docentes admitidos antes da realização do primeiro concurso público, período que vai desde a criação da EMEM até 1991; a Segunda Fase, com docentes admitidos no primeiro concurso público, realizado em 1992; e a Terceira Fase, com docentes admitidos no segundo concurso público, realizado em 2002. Foram selecionados 5 professores: 2 da Primeira Fase, 1 da Segunda Fase e 2 da Terceira Fase, que concordaram em participar da pesquisa e concederam as entrevistas.

As entrevistas (Cf. Apêndice) constaram de 4 perguntas cujo objetivo foi obter dados acerca de algumas questões relativas ao funcionamento da EMEM e sua atividade pedagógica. Questão 1: Como o docente avalia o atual perfil da EMEM e sua relação com o mercado de trabalho para os técnicos em Música em São Luís? Questão 2: Como o professor avalia o corpo docente que a EMEM possui hoje? Questão 3: Que elementos mais afetam o desenvolvimento da atividade pedagógica da instituição? Questão 4: Como vêm as mudanças trazidas pela nova proposta curricular em fase de implantação? Na análise dos dados, apresentamos os achados das respostas dos docentes entrevistados.

5.3.2 Análise de dados

De acordo com essas indagações, apresentadas a todos os professores entrevistados, pudemos constatar que, em linhas gerais, não houve muitas divergências entre as respostas, mas complementaridade e, em alguns casos, até mesmo coincidências.

Em relação à primeira pergunta, quatro dos cinco professores consideram que alguns cursos têm maior receptividade e absorção do mercado de trabalho em São Luís. Em geral, os cursos da área de música popular levam vantagem sobre os da área erudita. Diversos fatores contribuem para essa realidade, com destaque para a política cultural da cidade, que é mais voltada para a música popular. Em São Luís não se têm os principais meios de inserção dos egressos de cursos de música erudita, que seriam uma Orquestra Sinfônica, os côros profissionais ou temporadas líricas nos teatros da cidade. Até o momento, não existe uma política cultural desenvolvida pelo Estado do Maranhão que fomente a criação desses

elementos, que ampliariam a atuação profissional dos alunos formados pela EMEM.

Por outro lado, os professores assinalaram que o mercado está bastante receptivo em relação à atividade pedagógica, e que os alunos formados pela EMEM estão ocupando espaço junto às escolas, creches e projetos sociais que envolvem aulas de música. Muitos técnicos estão ingressando no mercado como professores de musicalização infantil ou mesmo de instrumento, com a ressalva de que, dependendo do instrumento, a abertura pode ser maior ou menor. E, ainda, os alunos que se formam em Canto encontram espaço para trabalhar com grupos vocais ou corais, em igrejas ou empresas, atuando como regentes ou cantores.

A segunda pergunta envolveu um parecer crítico do corpo docente em relação a si mesmo. Os professores entrevistados foram unânimes em afirmar que, nos últimos anos, o corpo docente da EMEM deu um salto de qualidade, como foi demonstrado nesse capítulo da pesquisa.

A terceira pergunta da entrevista buscou investigar quais os principais fatores que afetam de forma negativa a atividade pedagógica e o funcionamento da EMEM como um todo. Como entrevistamos docentes, que ingressaram em diferentes momentos na instituição, obtivemos opiniões diversificadas, que partem de pontos de vista individuais, mas que findaram por demonstrar consonância entre si. Entre os elementos, verificamos que 6 foram citados, pelo menos, por dois professores. Em primeiro lugar ficou o espaço físico da EMEM e a falta de contratação de professores. Em seguida, a falta de autonomia financeira, o sistema para ingresso de novos alunos, o docente descompromissado e negligente com o trabalho e a falta de incentivo do Governo, através da Secretaria de Cultura.

Em resposta à quarta pergunta, obtivemos 4 pontos considerados positivos na nova proposta curricular, mas os professores foram unânimes em citar, como principal mudança, a criação do Curso Fundamental – Infantil e Adulto. Em seguida, a inserção de novas disciplinas no currículo, contemplando interesses específicos de cada curso e a atualização, seleção e organização dos conteúdos das disciplinas. Por último, a redução do tempo do curso técnico para 3 anos, tornando mais viável a conclusão do aluno e criando correspondência entre o Curso Técnico da EMEM e diversos cursos técnicos do país.

5.4 Corpo técnico-administrativo da EMEM

Segundo informações obtidas em entrevista com uma das funcionárias, na época da gestão de Olga Mohana, o número de funcionários na Secretaria da EMEM resumia-se a 6 e o funcionamento era satisfatório. Com o passar do tempo e as várias mudanças para sedes

maiores, a EMEM teve modificada sua necessidade de funcionários. A partir de 1992 a escola teve o quadro administrativo ampliado, contudo, desde então, não houve mais admissão de funcionários por concurso público, como afirma Ribeiro:

O governo realizou concursos apenas na gestão de Edson Lobão (1992 e 1994). No período de Roseana Sarney, prevaleceu a contratação temporária, tendo sido realizados alguns seletivos neste sentido. Concurso público, apenas o que foi realizado no ano de 2001. (RIBEIRO, 2003, p.4)

Em 2010, em entrevista à Rádio Mirante AM, o então Secretário de Administração e Previdência Social, Luciano Moreira, discorreu sobre a necessidade de realização de um novo concurso público pelo Governo do Maranhão⁸⁶. Esse concurso teria o objetivo de suprir a demanda de pessoal de nível médio e superior de diversas Secretarias e seus respectivos órgãos.

Nessa entrevista, o Secretário criticava o processo de terceirização de serviços, já iniciado por gestões anteriores, considerando que as contratações desvalorizam o servidor público e atrapalham o desempenho da máquina administrativa do Estado. Entretanto, passaram-se 4 anos desde a referida entrevista e o Governo do Estado do Maranhão não realizou o necessário concurso. Em consequência disso, a maioria dos órgãos enfrentam um déficit de recursos humanos nas mais diversas áreas do funcionalismo público, sobretudo, no que diz respeito ao setor administrativo. A EMEM, como outros órgãos da SECMA, não possui funcionários suficientes para atender às necessidades correspondentes à sua atual estrutura. A situação é agravada pelo fato de que, além do crescimento do espaço físico da instituição, cuja sede atual possui 4 andares, cresceu também o número de alunos e o corpo docente. Paralelamente a esse crescimento, parte dos funcionários se aposentou por tempo de serviço e não foram substituídos.

Atualmente, a EMEM está impossibilitada de expandir suas atividades para o turno noturno por absoluta falta de funcionários para atuar nesse expediente. O serviço de segurança foi terceirizado, entretanto, não é suficiente para suprir as necessidades de funcionamento do prédio, dadas as suas dimensões atuais – a escola possui 2 acessos, um pela rua do Giz e outro pela rua da Estrela, abrangendo uma quadra inteira do Centro Histórico. O atual corpo Técnico-Administrativo da EMEM é composto por 26 funcionários distribuídos em 8 funções, conforme o quadro abaixo:

⁸⁶ Disponível em: <<http://imirante.globo.com/maranhao/noticias/2010/01/27/concurso-e-para-oxigenar-a-maquina-e-valorizar-o-servidor.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

Quadro 11 - Corpo Técnico-Administrativo da EMEM

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EMEM 2014		
FUNÇÃO	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR
Bibliotecária		01
Técnica de Assuntos Educacionais		01
Datilógrafa	01	
Assistente Administrativo	11	
Operacional de Serviços Diversos	04	
Vigia	06	
Técnico do Estúdio de Gravação	01	
Encarregado do Serviço de Performance e Eventos Artísticos	01	

Fonte: Dados da pesquisa

Observamos que, além de ser insuficiente em termos quantitativos, o corpo técnico-administrativo da EMEM é formado, em sua maioria, por funcionários de nível médio, o que gera também um *déficit* qualitativo. Além dos cargos que exigem nível superior assinalados no quadro, apenas 3 Assistentes Administrativos e 1 Encarregado possuem curso de Graduação. Apresentamos a seguir, a lista completa de funcionários da EMEM, ativos em 2014, e suas respectivas funções:

1. Alzenira Mendes Assunção: Assistente Administrativo
2. Aurideia Lima de Melo: Assistente Administrativo
3. Fernando César de Carvalho Júnior: Encarregado. Formação: Administração de Empresas (CEUMA)
4. Florismar de Jesus Oliveira: Operacional de Serviços Diversos
5. Giomar Rego Brito / função: Operacional de Serviços Diversos
6. Giselda Maria de Oliveira Pires: Assistente Administrativo
7. João dos Anjos Marques: Vigia
8. José Antônio França Vieira: Assistente Administrativo
9. Ivaldo Ramos Pereira: Vigia (Estúdio de Gravação)
10. Joerbeth Luís de Almeida Martins: Vigia (Estúdio de Gravação)
11. Jonathas Silva Reis: Técnico do Estúdio de Gravação

12. José Mário de Jesus Seixas: Vigia (à disposição da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão)
13. Luís Mário da Costa: Vigia (Estúdio de Gravação)
14. Micherlany Penha Amaral: Vigia (Estúdio de Gravação)
15. Maria Antônia Reis: Técnica de Assuntos Educacionais. Formação: Licenciatura em Educação/UFMA,1983/ Pós-Graduação Lato Sensu, em Planejamento Educacional/ Universidade Salgado de Oliveira /UNIVERSO, em 1997.
16. Maria José Gouveia de Oliveira: Assistente Administrativo
17. Maria José Pinheiro e Silva: Bibliotecária. Formação: Biblioteconomia, UFMA.
18. Mara Nathalie Santos Coutinho: Assistente Administrativo. Formação: Turismo
19. Maria Nilma Carvalho: Operacional de Serviços Diversos
20. Maria Raimunda Costa Correa: Operacional de Serviços Diversos
21. Marta Maria Mendes Diniz: Datilógrafa
22. Oberdan Nascimento Serra de Oliveira: Assistente Administrativo
23. Paulo Nagib Fernandes Lamar: Assistente Administrativo
24. Raimundo Nonato Cutrim: Assistente Administrativo
25. Sônia Maria Moraes: Assistente Administrativo. Formação: Pedagogia (UFMA) e Especialização em Docência do Nível Superior (FAMA).
26. Regina de Fátima Gomes de Oliveira: Assistente Administrativo/Setor de Performance e Eventos Artísticos. Formação: Turismo e Hotelaria (UVA) e Pós-Graduação em Gestão da Cultura (Faculdade São Luís)

A EMEM possui, ainda, 8 Cargos Comissionados⁸⁷ que estão preenchidos conforme a lista abaixo:

1. Manoel da Conceição Santos Mota – Cargo Comissionado: Diretor da EMEM
2. Maria José Gouveia de Oliveira – Cargo Comissionado: Encarregado do Serviço Administrativo

⁸⁷ Cargos Comissionados são funções específicas e temporárias, com duração de um mandato de 4 anos, geralmente preenchidos por pessoas de confiança dos diretores dos órgãos, pelos quais são escolhidos. Mas também podem ser indicados por instâncias superiores diminuindo, assim, a autonomia dos respectivos gestores.

3. Giselda Maria de Oliveira Pires – Cargo Comissionado: Encarregado do Serviço de Administração Escolar
4. Andréa Lúcia dos Santos Ferreira Rodrigues – Cargo Comissionado: Coordenadora Pedagógica.
5. Diórgenes Ticiano Torres – Cargo Comissionado: Chefe do Estúdio de Gravação da EMEM
6. Jonathas Silva Reis – Técnico do Estúdio de Gravação. Cargo Comissionado: Auxiliar de Informática
7. Oberdan Nascimento Serra de Oliveira – Cargo Comissionado: Encarregado do Serviço de Acervos e Equipamentos Musicais da EMEM
8. Fernando César de Carvalho Júnior – Cargo Comissionado: Encarregado do Serviço de Performance e Eventos Artísticos.

Dentre os Cargos Comissionados acima, apenas o Encarregado do Serviço de Performance e Eventos Artísticos e o Auxiliar de Informática não são efetivos do corpo técnico-administrativo da EMEM.

Atualmente, a EMEM conta também com a colaboração de 4 estagiários através de um convênio com a CIEE⁸⁸. Esses estagiários vêm suprimindo diversas necessidades na Secretaria e outros setores da EMEM, desempenhando funções indispensáveis para uma instituição de ensino. Os estagiários atuam na área de Informática, Secretariado, Pedagogia e Administração e o seu trabalho tem sido bastante proveitoso, mas é temporário. Assim que finalizarem o período de estágio, a EMEM perderá os profissionais e ficará sem os serviços.

5.4.1 Entrevistas com as funcionárias – Metodologia

Em nossa pesquisa, consideramos importante ouvir duas funcionárias antigas da EMEM, que trabalham na instituição há mais de 30 anos, desde 1976 e 1981, respectivamente. Uma dessas funcionárias trabalhou com 11 dos 12 gestores que a EMEM teve em sua história e ambas conhecem profundamente o funcionamento da instituição. As entrevistas (cf. Apêndice) tiveram o objetivo de investigar quais os maiores incômodos pertinentes ao setor administrativo da EMEM. Foram realizadas no mês de Outubro de 2014, gravadas somente em áudio e transcritas integralmente. Em sua estrutura, apenas 3 perguntas:

⁸⁸ Centro de Integração Empresa-Escola – Portal que trata da integração de estagiários ao mercado de trabalho.

1. Como você avalia o quadro administrativo da EMEM hoje, em relação aos aspectos qualitativo e quantitativo? 2. No setor administrativo, o que a senhora considera como principais problemas no funcionamento da EMEM? 3. Quais soluções a senhora proporia para os problemas citados?

5.4.2 Análise dos dados

Em suas entrevistas, as funcionárias afirmaram estar satisfeitas em trabalhar na EMEM. Dos seus depoimentos, emergiram 3 problemas citados como os que mais afetam o desenvolvimento das atividades da instituição atualmente, a saber, o número insuficiente de funcionários em relação às reais necessidades da EMEM, o desvio de função de alguns funcionários, e a falta de procedimentos administrativos por parte da direção, o que leva ao mau aproveitamento dos poucos funcionários disponíveis. Essa última reclamação diz respeito, principalmente, ao não cumprimento dos horários de trabalho, não apenas por parte do corpo técnico-administrativo, mas também do corpo docente da EMEM.

Também foi registrada a falta de apoio da SECMA, no que diz respeito às solicitações da EMEM. Segundo ambas, atualmente, os cargos comissionados não correspondem às reais necessidades da instituição e, muitas vezes, são determinados por instâncias superiores, não cabendo ao diretor solicitar e nem mesmo indicar os seus assessores diretos. Ainda segundo as entrevistadas, essa prática tem se repetido em muitas gestões.

5.5 Corpo discente da EMEM

O corpo discente da EMEM é formado por alunos dos cursos de Musicalização Infantil, Fundamental – Infantil e Adulto – e Curso Técnico. O curso de Musicalização Infantil tem duração de 1 ano e sua clientela são crianças entre 08 e 09 anos. O Fundamental Infantil é destinado a crianças com idade entre 10 e 13 anos e o Fundamental Adulto é destinado a alunos com idade a partir de 14 anos. O Curso Técnico destina-se a alunos que estejam cursando o Ensino Médio, ou seja, com idade a partir de 15 anos. Atualmente, a EMEM possui um total de 539 alunos, divididos entre as 19 modalidades instrumentais oferecidas, nos níveis Técnico e Fundamental, subdivididos em Infantil e Adulto, e o Curso de Musicalização Infantil, hoje com o total de 32 alunos.

Durante muitos anos, os cursos mais procurados da EMEM foram Canto, Piano e Violão, razão pela qual esses também são os cursos que mais formaram alunos até hoje.

Entretanto, nos últimos anos observamos uma mudança nesse padrão e, hoje, um dos cursos mais procurados pela comunidade é o curso de Guitarra, seguido pelo de Violão Popular. Assim, temos um novo percentual relativo aos cursos mais procurados, de acordo com as matrículas de 2014 e em ordem decrescente de número de alunos:

1. Guitarra – 63 alunos
2. Violão Clássico – 61 alunos
3. Piano – 55 alunos
4. Violão Popular – 50 alunos
5. Canto – 43 alunos
6. Contrabaixo Elétrico – 38 alunos
7. Bateria – 34 alunos
8. Violino – 25 alunos
9. Cavaquinho – 24 alunos
10. Percussão – 18 alunos
11. Trompete – 17 alunos
12. Flauta Doce – 16 alunos
13. Violoncelo – 16 alunos
14. Trombone – 12 alunos
15. Flauta Transversa – 11 alunos
16. Clarinete – 8 alunos
17. Saxofone – 6 alunos
18. Bandolim – 3 alunos
19. Trompa – 3 alunos

Observamos que os cursos que, historicamente, eram os mais procurados, continuam entre os 10 que possuem mais alunos na EMEM. Contudo, a diferença é que 6, dentre esses 10 cursos, pertencem ao Núcleo de Música Popular. O curso de Guitarra ocupa a primeira posição da lista, com o número maior de alunos e, como veremos a seguir, tornou-se o terceiro curso que mais forma alunos atualmente na EMEM. É importante ressaltar que esse curso é um dos mais novos – foi criado na década de 1990 – e no espaço de apenas uma década já apresenta uma produção significativa em relação a cursos mais antigos oferecidos pela EMEM. Até dezembro de 2014, a EMEM formou o total de 119 alunos, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 12 - Total de alunos formados pela EMEM até 2014

EMEM – FORMATURAS ATÉ 2014	
CURSO	FORMADOS
CANTO	21
VIOLÃO	16
GUIARRA	11
TROMPETE	9
PIANO	8
SAXOFONE	7
FLAUTA DOCE	6
TROMBONE	6
CLARINETE	5
CONTRABAIXO ELÉTRICO	5
PERCUSSÃO	5
VIOLINO	4
FLAUTA TRANSVERSAL	4
VIOLONCELLO	4
BATERIA	4
CAVAQUINHO	3
BANDOLIM	1

Fonte: Dados da pesquisa

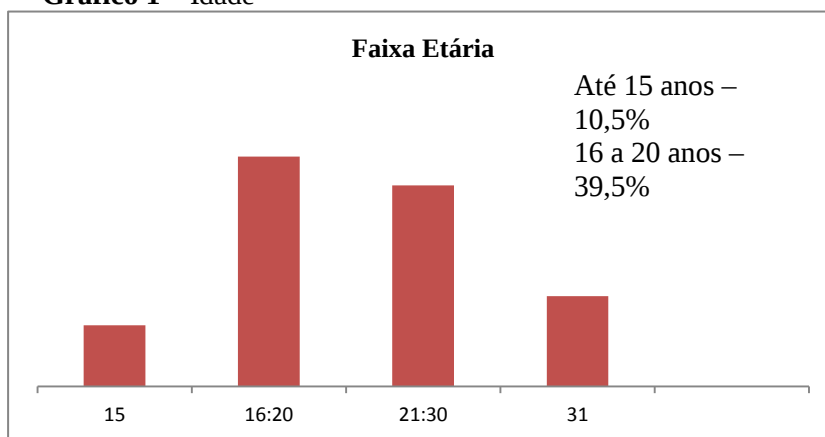
Um dado importante relativo às formaturas diz respeito ao percentual de formandos em cada década, a partir de 1981, quando o curso foi regularizado pelo Conselho Estadual de Educação. Na década de 1980, a EMEM formou apenas 2 alunos; na década de 1990, esse número subiu para 13; de 2000 a 2009, 71 alunos se formaram; e de 2010 a 2014, 29 alunos formaram-se. Não podemos deixar de assinalar o aumento da produtividade da EMEM desde que mudou-se para a Sede 04, no início dos anos 2000, pois a partir de então, os dados revelam que a melhoria das condições físicas para o ensino-aprendizagem, como também a expansão do corpo docente ocorrida em 2002, refletem-se diretamente nos percentuais de formaturas desse período. Nos últimos catorze anos, concentram-se 87% do total de formaturas, nos 40 anos de existência da EMEM.

5.5.1 Pesquisa de campo com o corpo discente

Um dos objetivos da nossa pesquisa foi traçar um perfil do aluno que ingressa hoje na EMEM, utilizando para isso uma amostra do Curso Fundamental Adulto. Em consonância com o nosso objetivo, consideramos como alunos iniciantes os que estão cursando períodos entre o Fundamental I e o Fundamental IV, ou seja, alunos que ingressaram na EMEM nos anos de 2013 e 2014. Foram selecionadas 11 turmas, sendo 4 de Fundamental I, 3 de Fundamental III e 4 de Fundamental IV, perfazendo o total de 200 alunos. Nessas turmas, foi aplicado um questionário com 26 perguntas, das quais, 24 com respostas fechadas e duas com respostas livres. O questionário (cf. Apêndice) foi estruturado de maneira a obter um perfil mais claro do discente atual, obtendo informações sobre sexo, idade e escolaridade, e até sobre sua possível escolha profissional. Através desse questionário pudemos conhecer seus objetivos, aspirações e expectativas em relação ao curso de Música da EMEM. Com base nessa ferramenta, conduziremos nossa discussão a partir das questões consideradas principais para a construção do perfil do discente.

5.5.2 Análise dos dados

Gráfico 1 – Idade



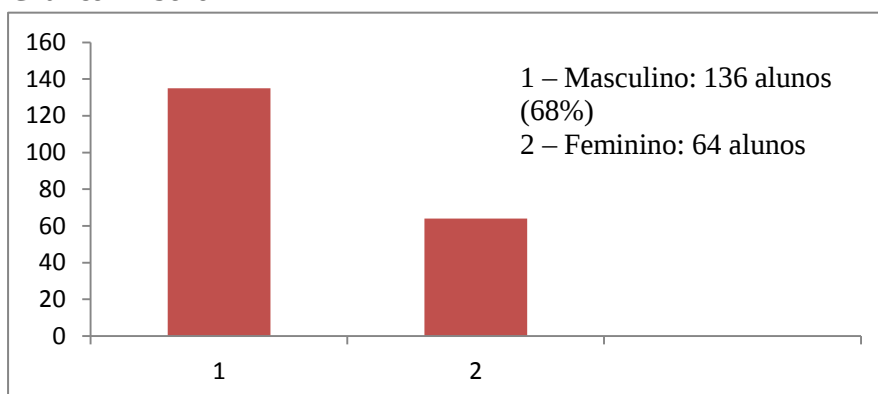
Fonte: Dados da pesquisa

Conforme demonstra o gráfico acima, em relação à faixa etária, verificou-se que a maioria dos alunos, que ingressa hoje nos cursos da EMEM, tem idade entre 16 e 30 anos. O total de alunos que se encaixa nesse grupo é de 148, num universo de 200 matriculados. A incidência maior, entretanto, é de alunos com idade entre 16 e 20 anos, configurando o percentual de 39,5% do corpo discente. Agregamos a esse dado a pesquisa sobre a

escolaridade da clientela e verificamos que a maioria desses jovens possui o Ensino Médio (Completo ou Incompleto), perfazendo o total de 126 alunos. Essa clientela apresenta algumas características específicas, entre as quais, a instabilidade gerada pelo momento da vida – adolescência – em que se faz a escolha da profissão e o ingresso no mercado de trabalho ou num curso de formação acadêmica. Esse fato acarreta muitas vezes, a interrupção do estudo de música por incompatibilidade de horários com a atividade profissional e/ou cursos universitários e, conseqüentemente, a não conclusão do curso na EMEM. Alguns docentes da instituição afirmam que “perderam” alunos, quando estes cursavam o final do ensino médio, devido à opção profissional feita em outra área do conhecimento.

Estudos sobre os fatores que agem como influências sobre os adolescentes na escolha da carreira detectaram que são familiares, sociais, econômicos, educacionais, políticos e psicológicos. Dentre esses, a família surge como uma poderosa influência, que poderá ajudar ou dificultar a escolha e, às vezes, se manifestará sutilmente, através da valorização ou desvalorização de determinadas profissões. “Há sempre alguma maneira de influenciar, seja expressando abertamente a opinião, muitas vezes pressionando o filho a seguir determinada profissão, seja de maneira mais sutil ou manipuladora” (ALMEIDA; PINHO, 2008, p. 174). Um dos fatores apontados como mais decisivos na escolha profissional foi o econômico, sendo uma preocupação ainda maior para adolescentes de famílias de menor poder aquisitivo. “Há também a questão financeira, que mais preocupa os indivíduos na atualidade, não sendo diferente para os adolescentes; por isso eles escolhem uma profissão de acordo com seu orçamento familiar e seu gosto, visando ao retorno financeiro” (LARA et al., 2005, p. 60). O mesmo estudo ressalta que alguns adolescentes “[...] apesar de gostarem e se identificarem com certa profissão, terão de abrir mão da mesma por outra, já que a sua situação, sua história de vida não é favorável” (LARA et al., 2005, p. 60).

Gráfico 2 - Sexo



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao sexo, o corpo discente da EMEM é formado, em sua maioria, por alunos do sexo masculino, e que esse percentual é maior que o dobro do sexo feminino. A partir desse dado, podemos aferir que existe uma tendência mais acentuada no sexo masculino em optar pela formação profissional em música em São Luís.

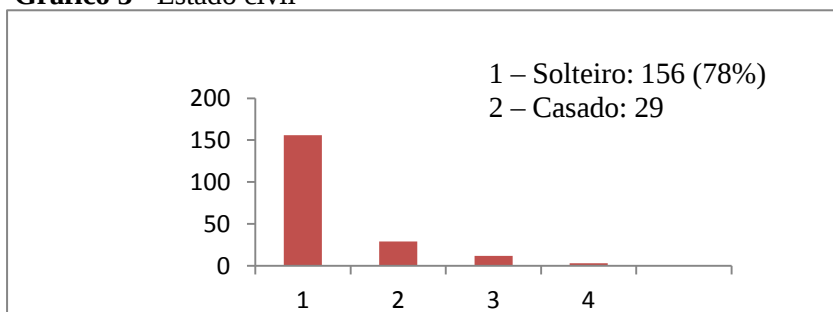
Ao consultar a lista dos formados pela EMEM até dezembro de 2014, verificamos que esse padrão tem-se repetido desde que a instituição começou a emitir diplomas. Dentre os 119 alunos formados, apenas 30 são mulheres, o que corresponde a aproximadamente a 25,5% desse total. Muitos fatores podem contribuir para essa predominância do sexo masculino na profissão, sendo necessário um estudo específico sobre a questão. Entretanto, destacamos que, para o músico, a possibilidade do trabalho noturno tem grande probabilidade de se concretizar, devido à demanda do mercado, em que o lazer oferecido quase sempre é acompanhado de música. Ressaltamos, ainda, que a vida – e o trabalho – noturno impõe maiores perigos a ambos os sexos, mas as mulheres fazem parte dos grupos de risco.

A violência já pertence ao senso comum ao se constatar a persistência da representação do ‘perigo noturno’. Esse perigo noturno tanto pode manifestar-se em áreas espaciais desérticas, que são movimentadas apenas durante o dia, como também em espaços movimentados (MILFONT; IANNICELLI; MONTEIRO, 2013, p.4).

Aliado ao fato de que vivemos em uma sociedade machista, a cidade de São Luís tem apresentado altos índices de violência, especialmente nos finais de semana, em que a atividade profissional dos músicos também é mais intensa.

Portanto, a disponibilidade para o trabalho noturno pode não ser tão simples de conciliar para as mulheres quanto para os homens, devido ao papel social desempenhado por elas na organização familiar que lhes exige uma sobrecarga de atividades diurnas. Agregamos o levantamento do estado civil à análise dos percentuais de gênero, buscando uma compreensão mais global do perfil do aluno.

Gráfico 3 - Estado civil

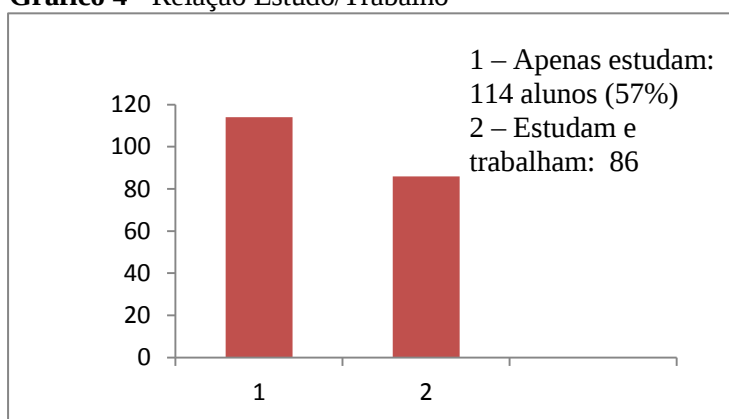


Fonte: Dados da pesquisa

Verificou-se que 78% do atual corpo discente da EMEM são formados por alunos solteiros. Essa condição oferece facilidades para ambos os sexos, no que se refere à frequência às aulas, dedicação aos estudos e conclusão do curso de música. A incidência de alunos casados é bastante menor e estes, em geral, têm dificuldades para se dedicar aos estudos e concluir o curso na EMEM. Muitos fatores concorrem para isso, entre os quais o advento dos filhos como consequência natural do matrimônio e o orçamento familiar como um todo. Pesquisas realizadas com acadêmicos do sexo feminino, com o objetivo de averiguar a relação entre trabalho, estudo e família, demonstram que:

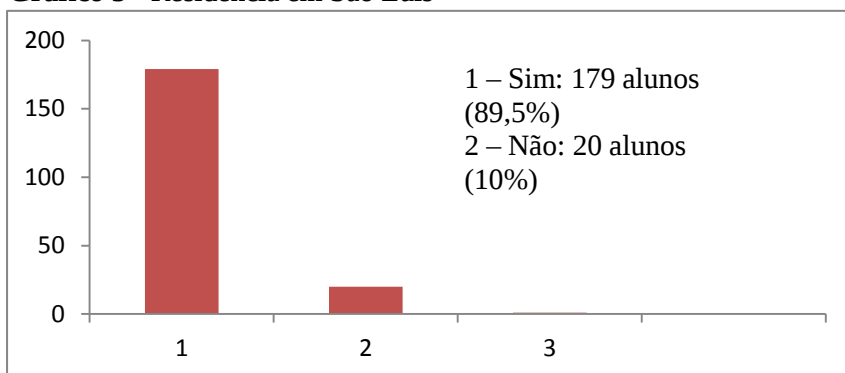
O estado civil e a presença de filhos também constituem fator expressivo na adequação desses acadêmicos à estrutura e ritmo da universidade, já que a mostra se constitui em maior parte por mulheres, com filhos, sendo metade destas solteiras. Assim, os afazeres acadêmicos muitas vezes podem ficar em segundo plano, já que outras prioridades se instalam na vida diária dessas estudantes, como os deveres familiares. (MOREIRA; LIMA; SILVA, 2011, p. 54)

Gráfico 4 - Relação Estudo/Trabalho



Fonte: Dados da pesquisa

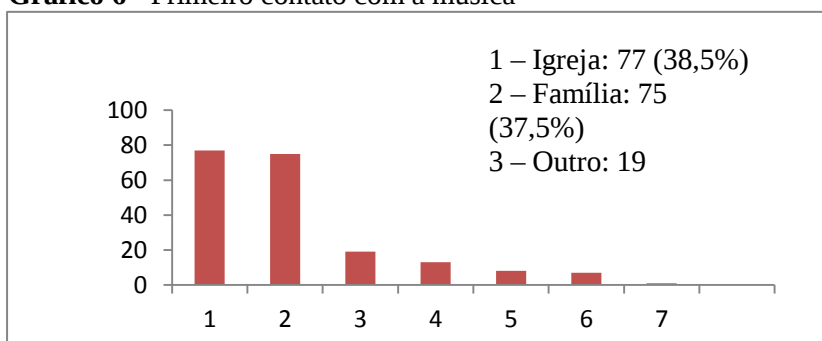
Em relação às atividades de estudo e trabalho, 57% dos alunos afirmaram que somente estudam. Esse dado apresenta consonância com a pesquisa de idade e escolaridade, pois a maioria dos alunos ainda é bem jovem. Apesar de não observarmos discrepância em relação à parcela de alunos que consegue conciliar estudo e trabalho, esse dado reforça a possibilidade que o ingresso no mercado de trabalho pode levar à interrupção do curso ou mesmo ao abandono, pois a EMEM não oferece cursos noturnos. O grupo que trabalha corresponde a 43%, percentual que reflete uma mudança de perfil no atual corpo discente da EMEM, o que necessita trabalhar para concluir seus estudos.

Gráfico 5 - Residência em São Luís

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme discorrido acima, a clientela, que ingressa atualmente na EMEM, é composta, prioritariamente, de alunos residentes no município de São Luís (89,5%). Contudo, é importante registrar que, mesmo num percentual pequeno, paulatinamente, a informação sobre a instituição está chegando a distâncias maiores. Uma parcela mínima do corpo discente reside em municípios da região metropolitana de São Luís, a saber, Raposa, Paço do Lumiar, Bacabeira e Maiobão. De acordo com os dados obtidos no questionário, pudemos verificar que a clientela da EMEM está distribuída em 79 bairros de São Luís, incluindo a zona rural. Esse é um dado positivo, no sentido de que a formação de pessoas que residem em comunidades distantes garante, a médio prazo, a presença de um profissional de música qualificado nessas comunidades e, indiretamente, amplia a abrangência da atuação da EMEM.

Em relação à concentração de alunos por bairros, pudemos verificar que não há predominância de uma localidade em relação às outras e que os bairros que apresentam maior número de matriculados na EMEM são Anjo da Guarda, Turu e Cidade Operária, com 14, 12 e 8 alunos, respectivamente. Consideramos importante registrar que nosso levantamento constatou a baixa incidência de alunos moradores dos bairros considerados nobres de São Luís (próximos ao litoral), pois apenas 7 alunos afirmaram residir no Renascença, Calhau, Av. Holandeses, Olho-d'Água e Ponta-d'Areia. Atualmente, a maioria da clientela atendida pela escola reside em bairros populares da cidade, dado que reforça o caráter social da instituição. Como o estudo de Música ainda está ausente na grande maioria das escolas públicas do Estado e de São Luís, a EMEM possibilita o acesso das classes populares ao conhecimento musical formal.

Gráfico 6 - Primeiro contato com a música

Fonte: Dados da pesquisa

A maioria dos alunos teve seu primeiro contato com a música através da própria família ou na igreja, numa porcentagem quase equivalente entre essas duas formas de acesso. Família e igreja, juntas, constituem 76% das formas de contato dos alunos com o universo musical, no que se refere à iniciação da aprendizagem da linguagem e prática de um instrumento musical ou vocal. Esse dado encontra fundamento em Amato (2010, p.166):

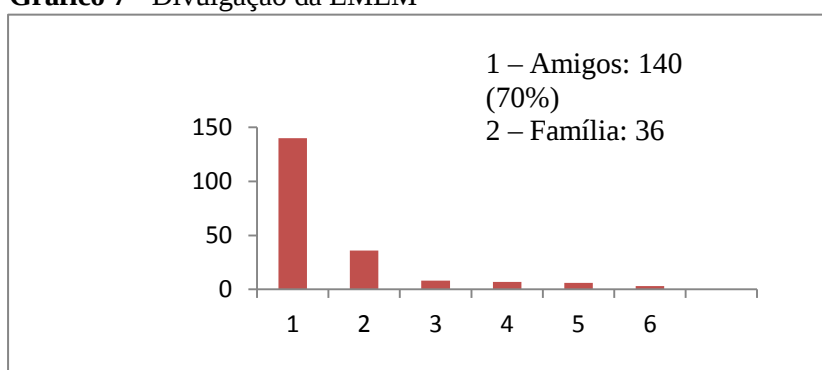
A família é, assim, a primeira instituição de iniciação musical do indivíduo. Os hábitos da família condicionarão as práticas de seus filhos, já que estes são formados cognitivamente em um processo que envolve a imitação das atitudes daqueles que estão ao seu redor e que este toma como padrão.

A presença de familiares com algum tipo de atividade musical foi confirmada em 47% dos alunos pesquisados e, embora 51,5% dos alunos tenham afirmado serem os únicos a estudar música na família, esse dado revela que o estudo da música está se tornando acessível para a geração mais nova dessas famílias. Conforme foi percorrido, a maioria dos alunos é de estudantes, sem atividade remunerada, mas verificou-se que 81% possui o seu próprio instrumento, o que também pressupõe o apoio da família na aquisição do material necessário ao estudo de música. 36,5% afirmou tocar mais de um instrumento e observou-se a predominância do violão e do piano, seguidos de guitarra, bateria, contrabaixo elétrico e percussão. Estes últimos são os instrumentos básicos dos núcleos musicais das igrejas e, talvez por isso, estejam entre os mais tocados pelos alunos, pois muitos ingressaram no curso da EMEM já possuindo uma vivência musical obtida no ambiente familiar ou na comunidade religiosa que frequentam. Ressalte-se que, mesmo tocando vários instrumentos, o aluno só poderá matricular-se em um curso na EMEM.

Quanto à pesquisa sobre os cursos mais procurados, encontramos Violão, Guitarra e Canto, sendo que o curso de Violão, incluindo as modalidades Clássico e Popular, absorveu 23,5% dos alunos matriculados. Além de ser um dos cursos mais procurados, é também o

segundo que mais formou alunos na EMEM até hoje e possui 9 professores em seu corpo docente. O curso de Guitarra é, dentre esses, o mais novo, mas já apresenta uma produção significativa, com 10 alunos formados. É o segundo mais procurado atualmente, mas possui um corpo docente reduzido, de apenas 2 professores, o que dificulta a absorção de um número maior de alunos. O curso de Canto, terceiro mais procurado pela comunidade, é o campeão de formaturas, com 20 alunos concludentes. O curso tem boa receptividade e encontra apoio na tradição do canto lírico no Maranhão, fomentada também pela existência de eventos como Maracanto e Femaco⁸⁹, que já fazem parte do calendário cultural da cidade.

Gráfico 7 - Divulgação da EMEM



Fonte: Dados da pesquisa

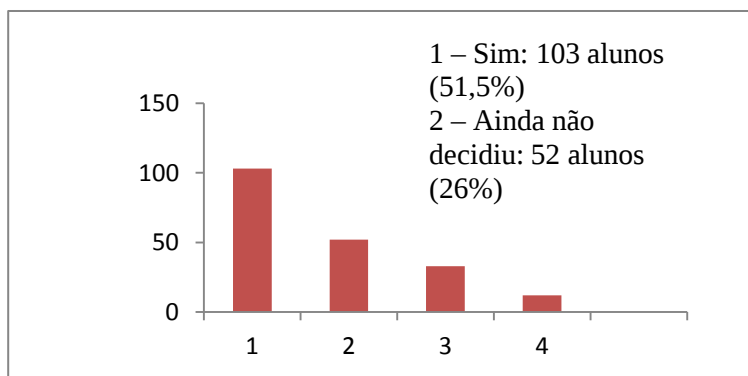
Em relação à forma através da qual os alunos tomaram conhecimento da existência da EMEM, predominou o contato com os amigos, seguido pela iniciativa das suas famílias, mas em escala bem menor. Esse dado reforça o fato de que a EMEM ainda carece de uma divulgação mais eficaz da instituição e do trabalho que desenvolve. A comunicação entre os próprios alunos e seu círculo de amizades configuram 70% da divulgação que a EMEM possui hoje e tem levado informação a grande parte da comunidade de São Luís. Esse dado apresenta consonância com o depoimento do último diretor da instituição, Raimundo Luiz, que afirmou, em entrevista concedida para essa pesquisa, que a falta de informação sobre a EMEM foi uma das primeiras preocupações da sua gestão. Por essa razão, uma de suas metas foi buscar mecanismos para que essa difusão acontecesse. As ações desenvolvidas com esse objetivo foram a criação do *site* da EMEM, a inserção da programação na Agenda Cultural da SECMA e o trabalho com bolsistas da FAPEMA na área de Marketing e Projetos. Um estudo posterior poderia avaliar se houve mudança nesses percentuais relativos à inserção da EMEM nos diversos canais de informação disponíveis no mundo atual.

⁸⁹ Maracanto e Femaco são, respectivamente, um concurso de canto lírico e um festival de corais, realizados pela Universidade Federal do Maranhão.

Embora a maioria dos alunos (59%) desconheça a estrutura curricular do seu curso, 89% afirmaram que suas expectativas foram satisfeitas e 90% avaliaram o curso como “Muito Bom” ou “Bom”. O desconhecimento do currículo do curso demonstra falta de comunicação entre os corpos discente, administrativo e docente. Numa avaliação mais ampla, esse dado sugere que não há uma orientação efetiva da EMEM no sentido de informar o corpo discente sobre as disciplinas a serem cumpridas. Consequentemente, a grande maioria dos alunos não cumpre a grade curricular no tempo normal, o que interfere diretamente no percentual de formaturas e contribui para a evasão observada em todos os cursos. Ao mesmo tempo, a satisfação dos alunos ficou bem clara e nos informa que essa evasão não está diretamente relacionada à insatisfação em relação ao curso e que outros motivos podem estar concorrendo para que ele não chegue à sua conclusão.

Os alunos demonstraram nutrir expectativas positivas de aperfeiçoamento durante o curso de música na EMEM e esperam desenvolver vários aspectos da formação musical. Aferimos que quase a totalidade do corpo discente tem pretensões de concluir o curso (95%), um percentual bem pequeno demonstrou estar em dúvida e ninguém respondeu “Não” a essa pergunta.

Gráfico 8 - Curso Superior de Música



Fonte: Dados da pesquisa

A intenção de ingressar num curso superior de música, que é a continuidade da formação musical oferecida pela EMEM, cujos cursos são de nível médio, foi expressa por 51,5% dos discentes. Esse dado indica crescente interesse na formação profissional em Música no Estado do Maranhão. Ressaltemos, ainda, que o percentual de alunos indecisos, apesar de não ser predominante, constitui uma parcela significativa do corpo discente (26%) e inspira uma reflexão sobre a importância decisiva da EMEM como instituição formadora de profissionais em Música. A eficácia da formação e vivências musicais oferecidas pela

instituição durante o curso, certamente poderá influenciar a escolha profissional desses alunos.

Em linhas gerais, podemos afirmar com base na pesquisa realizada, que o corpo discente atual da EMEM é predominantemente do sexo masculino, adolescente e solteiro. Em sua maioria, reside em São Luís, não trabalha ainda, mas tem pretensões de concluir o curso e prosseguir na profissionalização em música através de um curso superior na área. A grande maioria dos alunos já toca pelo menos um instrumento quando ingressa no curso da EMEM, teve seu primeiro contato com a música através da família ou da igreja. Conheceu a EMEM através dos amigos, e isto demonstra estar satisfeito com o curso, em relação ao qual nutre expectativas de aperfeiçoamento musical.

Das respostas relativas às duas questões abertas do questionário, emergiram duas categorias de pontos positivos e 4 de pontos negativos listados pelos alunos. As categorias positivas foram o ensino, com 64% e o corpo docente da EMEM, citado por 56,5% dos alunos em referência à competência dos professores. Os pontos negativos apresentaram maior abrangência, com destaque para a estrutura física, apontada por 40,5% como a principal deficiência da EMEM. Em seguida, o corpo docente surgiu como alvo de reclamações referentes à pontualidade e assiduidade, sendo citado por 29,5% dos alunos. A falta de recursos materiais e o serviço de informações precário também foram mencionados como pontos negativos por 38% dos alunos.

A despeito dos dados discutidos acima, ao consultar os arquivos de matrículas dos últimos anos na EMEM, observamos que o número de alunos tem diminuído a cada ano, de forma mais significativa a partir de 2008. O quadro abaixo ilustra o percentual de matrículas nos últimos 10 anos:

Quadro 13 - Relação de matrículas por ano a partir de 2004

MATRÍCULAS		
ANO	1º SEM	2º SEM
2004	1074	992
2005	1101	1124
2006	1205	1114
2007	1043	1025
2008	904	781
2009	667	1008
2010	773	553
2011	731	589
2013*	788	519
2014	510	560

* Em 2012, a EMEM não funcionou por motivo de reforma. As matrículas foram repetidas em 2013.
 Fonte: Dados da pesquisa

Podemos relacionar a evasão presente nos cursos da EMEM com os aspectos mencionados acima, mas ressaltamos a necessidade de estudos que se debrucem sobre essas questões. Observamos, ainda, que a instituição da Música como obrigatória no currículo do Ensino Fundamental ampliou o mercado de trabalho na área, com foco na carreira de professor. Entretanto, esse é um fato relativamente recente e ainda não se pode saber como modificará, a longo prazo, o panorama da escolha profissional na área de Música e, indiretamente, a frequência nos cursos técnicos oferecidos pela EMEM. Consideramos a evasão como um problema que mereceria estudos futuros, com vistas à diminuição do percentual atual de abandono, uma vez que os alunos demonstram entusiasmo e satisfação ao ingressarem na EMEM, como foi verificado em nossa análise de dados. A partir dessa realidade, alguns questionamentos podem ser feitos, tais como: a partir de qual período do curso começa a ocorrer a diminuição significativa no percentual de matrículas? Quais os fatores que, efetivamente, estariam concorrendo para essa diminuição? E, finalmente, que procedimentos seriam eficazes no combate à evasão? Entendemos que esses questionamentos só poderão ser respondidos mediante um estudo criterioso e objetivo, que levante dados específicos e pertinentes à problemática verificada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se os questionamentos propostos por essa pesquisa, apresentamos algumas reflexões sobre o nosso objeto de estudo.

Como resposta à pergunta inicial sobre a importância da EMEM, constatamos que ela permanece sendo a única instituição pública de ensino a oferecer formação técnica de nível médio em Música no Estado do Maranhão, em atividade ininterrupta há 4 décadas. Esse fato não apenas reafirma-lhe a importância no cenário cultural da cidade, mas também reflete uma necessidade social que se consolidou ao longo dos anos na sociedade ludovicense. A instituição completou 40 anos e, nessa trajetória, passou por modificações em seu perfil com o objetivo, não apenas de atender às necessidades da comunidade, mas como estratégia essencial para sua sobrevivência. O crescimento, ampliação e reformulação das suas atividades, o amadurecimento do seu corpo docente, a mudança no perfil do ensino e a nova proposta curricular em curso, são elementos que estão em consonância com as demandas atuais da sociedade em que se insere. Como instituição formadora de músicos profissionais, a EMEM prepara alunos para ingressar nos cursos superiores de música (UFMA e UEMA), e técnicos que atuam em diversos setores da sociedade, entre escolas, empresas, grupos musicais, projetos sociais e igrejas, o que revela a inserção dos egressos no mercado de trabalho. Também atua como formadora de plateia, através de uma programação artística sempre gratuita, que se desenvolve nos teatros, praças e igrejas da cidade, como também no auditório da própria instituição.

Ao investigar sobre as instituições de ensino musical nos outros Estados do Nordeste, encontramos pontos em comum, desde a sua criação até as dificuldades que enfrentam, que são bem semelhantes às da EMEM. Em destaque, a perseverança de gestores e professores para mantê-las em funcionamento, a despeito da negligência do poder público em cumprir com seu subsídio e proporcionar condições adequadas ao ensino musical. As instalações físicas, assim como a contratação do corpo docente e a evasão de alunos, também são problemas encontrados em várias escolas de música do Nordeste. Na história dessas instituições de ensino, sobretudo as públicas, observamos que as conquistas e melhorias ocorreram em consequência da ação de políticos e parcerias entre gestores sensíveis ao desenvolvimento, não apenas da música, mas das Artes em geral. Foi o caso da Bahia, com a iniciativa arrojada do reitor da UFBA, Edgar Santos, a qual resultou na criação da EMUS; em Pernambuco, com o apoio do deputado Arruda Falcão à criação do Conservatório Pernambucano de Música; na Paraíba, onde a atuação do interventor Anthenor Navarro foi fundamental para a criação da escola de música, cujo nome o homenageia; e no Ceará, através

do apoio do reitor da UFC, Antônio Martins Filho, ao Conservatório Alberto Nepomuceno e do deputado Paulo Sarasate à Escola de Música Luiz Assunção. Essas iniciativas promoveram um desenvolvimento significativo às instituições de ensino musical durante algum tempo. Porém, com as substituições dos cargos e a interrupção dos investimentos, os problemas não tardaram a se agravar, e algumas delas chegaram a fechar as portas.

Através das entrevistas realizadas junto ao corpo docente, gestores e funcionários da EMEM, pudemos verificar que as dificuldades para o seu funcionamento não são poucas. A EMEM passa por um dos momentos mais complexos de sua trajetória como instituição de ensino musical formal. A instituição cresceu e, com esse crescimento, outras necessidades se fizeram sentir com mais intensidade que antes. Hoje a EMEM oferece vários cursos, todos com uma carga horária específica e estrutura curricular organizada através de várias disciplinas. Diante dessa realidade, a primeira dificuldade que se apresenta de forma mais notória é a situação do espaço físico da escola, cuja crise já se prolonga por 3 anos. Por estar sediada num prédio tombado pelo patrimônio histórico, há limites para adequações espaciais e, conseqüentemente, para ampliação das atividades. Além disso, a interdição de um pavimento inteiro do prédio reduz ainda mais a funcionalidade da instituição. Atualmente, a escola está impossibilitada de corresponder satisfatoriamente à demanda da comunidade dentro do espaço em que se encontra sediada.

A segunda dificuldade constatada por essa pesquisa é a falta de contratação de professores, o que impede a criação de cursos em modalidades instrumentais que nunca foram oferecidas pela EMEM. Alguns dos cursos ainda inexistentes são Oboé, Fagote, Tuba, Percussão de Orquestra, Viola e Contrabaixo Acústico. Para que esses cursos sejam criados, é preciso que os professores sejam contratados ou nomeados por concurso público. Além disso, alguns cursos estão funcionando com apenas um professor (Violino, Violoncelo, Clarinete, Saxofone, Trompa), e isto limita a oferta de vagas para essas modalidades instrumentais. O curso de Canto funciona há anos com uma séria deficiência que é a falta de um pianista corepetidor, essencial para o acompanhamento nas aulas de canto. Por essa razão, os alunos de Canto não têm sido avaliados adequadamente, o que lhes prejudica a aprendizagem. A defasagem no corpo docente é também um fator de limitação das atividades da escola, uma vez que, para ampliação do número de vagas, é necessário haver, não apenas salas, mas professores. Ressaltamos, ainda, que nos últimos dez anos a EMEM perdeu vários docentes, seja por aposentadoria, por demissão voluntária ou por falecimento.

O atual sistema de ingresso de novos alunos também foi citado pelo corpo docente como um problema se que vem agravando nos últimos anos. Como a procura pelos cursos é

grande e a oferta de vagas é reduzida pelos fatores citados acima, o teste de seleção para ingresso na EMEM torna-se cada vez mais difícil de ser realizado a cada ano.

O teste consiste de alguns exercícios com ritmos e coordenação, e entoação de trechos melódicos com o objetivo de aferir a aptidão para o estudo da Música. Milhares de inscritos disputam as poucas vagas oferecidas e o corpo docente é pequeno para realizar os testes individualmente com cada candidato. Discute-se a possibilidade de não mais realizar o teste de aptidão e optar pelo sorteio das vagas, devido à falta de estrutura física e também de recursos humanos para a realização da seleção no modelo descrito. Contudo, por enquanto, embora haja consenso sobre a inadequação do formato dos testes, ele ainda permanece inalterado.

Outra dificuldade que impossibilita melhor funcionamento da instituição é a falta de funcionários. Atualmente, a EMEM não pode ampliar suas atividades, oferecendo cursos noturnos ou livres, devido à falta de uma equipe administrativa para trabalhar no turno da noite, nos vários setores da escola: Secretaria, Biblioteca e Serviços Operacionais. Até mesmo nos turnos matutino e vespertino foi verificada uma carência de funcionários, que tem sido amenizada pela presença de alguns estagiários.

A falta de autonomia financeira também foi citada com o uma séria dificuldade para a EMEM. Por ser uma escola pública, ela depende de um orçamento do Governo e, segundo os depoimentos, é sempre insuficiente para as necessidades da instituição. As solicitações são atendidas parcialmente e num espaço de tempo longo, o que atrasa o desenvolvimento das atividades. O orçamento da SECMA prioriza outras atividades culturais em detrimento da educação musical desenvolvida pela Escola, razão pela qual a instituição tem problemas relativos à manutenção de instrumentos, aquisição de recursos materiais para as atividades pedagógicas, aquisição de material didático e bibliográfico.

Por fim, a falta de procedimentos administrativos por parte da direção foi citada como um problema que afeta os diversos setores da escola, em especial os funcionários e o corpo docente. Assinalamos que, na estrutura administrativa da EMEM, não existe o cargo de Vice-Diretor, o que talvez fosse o ideal para o bom funcionamento das gestões. Tradicionalmente, o diretor da instituição sempre gerenciou problemas de toda ordem, desde os relacionados à estrutura física, ao ensino de música propriamente dito, questões administrativas, e até os relativos à produção artística da EMEM.

Verificamos que uma experiência recente demonstrou que mudanças na organização interna poderão otimizar o desempenho dos funcionários e da instituição como um todo. A Coordenação Pedagógica com um novo perfil e, principalmente, com uma

formação específica em Música, trouxe consequências positivas para o funcionamento da escola. Dividindo a responsabilidade do setor pedagógico com a Direção, essa coordenação foi fundamental para a resolução de problemas específicos da área de ensino, permitindo ao gestor dedicar-se a outras demandas da instituição.

O perfil do gestor da EMEM tem se mantido o mesmo desde a gestão da diretora Tânia Rêgo, que é o de um profissional da área de Música, com nível superior, ou com formação superior em andamento. Essa característica é valorizada pelos corpos docente e administrativo da instituição, mas registramos também alguns questionamentos acerca da qualidade de administrador para o exercício do cargo de Diretor. Segundo os depoimentos, a EMEM necessita de um gestor mais experiente em termos administrativos.

Segundo os depoimentos dos professores e funcionários, constatamos que as gestões mais marcantes na história da instituição foram as de Olga Mohana, seguida pelas de Francisco Padilha e de Tânia Rêgo. Além das contribuições de cada uma delas, já citadas nesse trabalho, observamos que esses gestores foram citados como administradores de “pulso firme”, rigorosos e exigentes para com o cumprimento das atividades dos docentes e funcionários. A gestão de cada um deles refletiu suas características pessoais, segundo suas crenças e valores e o modo como influenciaram ou modificaram o funcionamento da instituição. Olga Mohana deixou sua marca indelével numa administração exemplar, que ficou conhecida como “época de ouro da EMEM”. Francisco Padilha, além do rigor administrativo, conduziu a EMEM a uma quebra do paradigma pedagógico-musical e artístico, após o qual a instituição mudou sua trajetória e forma de inserção na sociedade maranhense de um modo irreversível. A gestão de Tânia Rêgo, dentre as mais recentes, é citada como uma das melhores em termos de organização do trabalho e aproveitamento do quadro de funcionários, além de ter sido o período em que a EMEM realizou uma grande quantidade de eventos artísticos.

O corpo discente da EMEM, que é o elemento central de toda a organização, absorve todos esses problemas que, certamente, interferem na sua aprendizagem. Entretanto, nossa pesquisa revelou a satisfação dos alunos iniciantes para com o curso e, ainda, a intenção de concluí-lo manifesta em 95% dos participantes. Se esses alunos chegarem, de fato, a concluir o curso, não podemos afirmar, mas esse dado inspira pesquisas futuras relacionadas à evasão já verificada nos cursos. Além disso, nossa pesquisa não contemplou o aluno formado, o que poderia fornecer material para outros estudos com diferentes abordagens. Questões como: para onde foi o aluno da EMEM após concluir o curso? Ele realmente exerce atividade profissional com música? Em que área do mercado de trabalho se lançou? Deu

prosseguimento a sua formação em nível superior? São questionamentos a serem respondidos por pesquisas futuras, cujas respostas certamente trariam contribuições ao desempenho da EMEM e sua proposta de formação profissional.

Por fim, todos os fatores citados são relevantes e têm ampla abrangência. Contudo, é importante ressaltar que a falta de uma política cultural do Governo do Estado do Maranhão afeta não apenas o trabalho da EMEM, mas se faz sentir em outros setores artísticos, também com consequências negativas. Um exemplo disso é que o Estado do Maranhão é um dos poucos do Brasil que ainda não possui uma Orquestra Sinfônica, apesar de ser um projeto antigo e acalentado há muitos anos pelos músicos do Estado e da EMEM. O Teatro Arthur Azevedo (o único da cidade realmente projetado para ser um teatro) até hoje não possui um corpo de baile, nem um coro profissional, lacunas que limitam sua atuação no cenário cultural da cidade. O Centro de Artes Cênicas (CACEM) também passa por dificuldades relativas à falta de professores e de concurso para admissão de novos funcionários.

Sendo uma instituição pública de ensino, as influências das mudanças no quadro político-administrativo do Estado refletem-se diretamente na EMEM. Ressaltemos o fato de que houve três momentos históricos, em que a EMEM recebeu um incentivo maior do Governo, através da SECMA, e as consequências foram as mais positivas possíveis. Em 1974, a então Secretária de Cultura Arlete Nogueira apoiou um grupo de músicos e intelectuais em torno de um projeto cultural e, assim, a EMEM foi criada. Na década de 1990, a Secretária de Cultura Nerine Lobão conduziu uma política de valorização às instituições artísticas e, nesse período, a Escola de Música deu um salto qualitativo no seu desenvolvimento pedagógico-musical. Mais recentemente, já nos anos 2000, o então Secretário de Cultura, Antônio Francisco de S. Padilha, músico e também professor da EMEM, incentivou e conduziu a instituição ao seu período de maior produtividade, como atestam os registros de formaturas nessa década.

Enfatizamos a necessidade de termos gestores competentes e sensíveis às especificidades e necessidades das instituições artísticas em nosso Estado. A história comprova que um diálogo fluente entre os gestores da SECMA e os órgãos a ela subordinados, pode transformar a realidade num espaço de tempo relativamente pequeno. A despeito de todas as dificuldades verificadas, a EMEM segue buscando o desenvolvimento de uma educação musical de qualidade, realizando um trabalho que tem revelado muitos talentos e formando profissionais competentes para atuar no cenário pedagógico e cultural do Estado do Maranhão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Elisa Grijó Guahyba de; PINHO, Luís Ventura de. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. **Psicol. clín.** [online]. 2008, vol.20, n.2, p. 173-184. ISSN 0103-5665. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n2/a13v20n2.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- AMARAL, Simão Pedro. **O canto lírico no Maranhão**: descontinuidade de uma arte não consolidada. 2001. TCC (Graduação em Educação Artística) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2001.
- AMATO, Rita de Cássia Fucci. **Escola e educação musical**: (des)caminhos históricos e horizontes. Papirus, Campinas, São Paulo, 2012.
- _____. **Memória musical**: retratos de um conservatório. São Paulo: Annablume, 2010.
- ARANTES, Adilene Silva. Educação de crianças desvalidas na Província de Pernambuco no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 20, p. 73-104, 2009. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT21-4093--Int.pdf>>. Acesso em: 15 mar.2014.
- ARECIPPO, Leonardo Stefano F. Diegues de. **Conservatório Brasileiro de Música – Departamento de Alagoas**: da excelência ao esquecimento. 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/musifal/Conservatorio%20Brasileiro.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- BASILE, Lucila Pereira da Silva. Apontamentos para uma história social da música no Ceará: a música da Fortaleza *Belle Époque*. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371310381_ARQUIVO_ApontamentosparaumaHistoriaSocialdaMusicanoCeara.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014,
- BISPO, Antonio Alexandre. **Contribuição alagoana à educação musical no início do século**: os cantos escolares de Tavares de Figueiredo. In Brasil-Europa – Correspondência Euro-Brasileira, 12 (1), 1991a. Köhln. Disponível em: <<http://www.revista.akademie-brasileuropa.org/CM09-03.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2014.
- CASTRO, César Augusto. **A educação da infância desvalida no Maranhão oitocentista**: a Casa de Educandos Artífices. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Cesar%20Augusto%20Castro%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.
- CAJAZEIRA, Regina Célia de Souza. **Educação continuada à distância para músicos da Filarmônica Minerva – gestão e curso batuta**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.
- CAMACHO, Vânia Claudia da Gama. **A relação do ensino do piano com o gênero feminino**. II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais – Cultura, leituras e representações. UFPB, João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://itaporanga.net/genero/gt1/29.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. Júlia Nóbrega – história da vida de uma professora de piano. In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5.

CARDOSO, André. **A música na corte de D. João VI (1808 a 1821)**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

CARVALHO SOBRINHO, João Berchmans. **Antônio Luiz Miró**: um compositor lusitano no Maranhão imperial. ANPPOM – Décimo Quinto Congresso/2005. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2005/sessao4/joao_berchmans.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. A música no Maranhão imperial: um estudo sobre o compositor Leocádio Rayol baseado em dois manuscritos do inventário João Mohana. **Em Pauta**, Porto Alegre, v. 15, nº. 25, julho a dezembro 2004. ISSN 0103-7420. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmPauta/article/view/8508>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

COSTA, Lisiane Nina de Araújo. **Escola de Música do Estado do Maranhão**: uma abordagem histórica. 1995. TCC (Graduação em Educação Artística) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1995.

COSTA, Wendell Rodrigues. **Instruir e trabalhar**: a sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco e o Liceu de Artes e Ofícios (1841-1880). Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, nº. 27, jul./dez.2013, p. 253-280. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723814272013253/2821>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

DANTAS FILHO, Alberto Pedrosa. **A grande música do Maranhão imperial**: estudo histórico-musicológico a partir do Acervo Musical João Mohana. Teresina, Ed. Halley, 2014.

FAGERLANDE, Marcelo. **O método de pianoforte do padre José Maurício Nunes Garcia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: RioArte, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Ed. Nova Fronteira. 1986.

FERREIRA FILHO, João Valter. **História e memória da educação musical no Piauí**: das primeiras iniciativas à universidade. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina, Piauí, 2009. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2009/JOAO_VALTER_FERREIRA_FILHO.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

FIGUEIREDO, Enilde Cotrim de. **Folhas ao vento...** Poesia maranhense. São Luís: Lithograf, 2012.

GASPAR, Lúcia. **Teatro Santa Isabel. Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=181%3Ateatro-santa-isabel&catid=54%3Aletra-t&Itemid=1>. Acesso em: 3 mar.2014.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Educação musical antes e depois de Villa-Lobos e os registros sonoros de uma época**. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. FundaçãoBiblioteca Nacional – Minc. 2008. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/RenatoGilioli.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Sabrina Linhares; TEIXEIRA, Jáderson Aguiar. **O ensino de arte e o projeto Arte-Educação no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)**. XXI Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (EPENN), UFPE, 2013. Disponível em: <http://www.epenn2013.com.br/EPENN_DISCO/Comunicacoes/GT24-Educa%C3%A7%C3%A3o-e-Arte/GT24_O_ENSINO_DE_ARTE.pdf>. 20 mar. 2014.

GURGEL, Rita Diana de Freitas. **A trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal**: República, trabalho e educação (1909-1942). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação. Natal/RN, 2007. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/RitaDFG.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

HANDEL, Cecilio. **A arte organística do Estado de Alagoas**: um resgate de sua história nos séculos XIX e XX. XX Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música – Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.meloteca.com/pdfartigos/handel-cecilio-a-arte-organistica-do-estado-de-alagoas.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

HOLANDA FILHO, Renan Pimenta de. O papel das bandas de música no contexto social, educacional e artístico. E-book. Recife, PE, Caldeira Cultural Brasileira, 2010. Disponível em: <<https://catalogobandasdemusicape.wordpress.com/renan-pimenta-de-holanda-filho/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

KIEFER, Bruno. **História da Música Brasileira**: dos primórdios ao início do século XX. 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARA, L.D.; et al. O adolescente e a escolha profissional; compreendendo o processo de decisão. **Arq. Ciênc. Saúde Unipar**, Umuarama, 9 (1), jan./abr. p.57-61, 2005. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/saude/article/view/1356>>. Acesso em: 16 jun. 214.

LIBERATO, João. **Filarmônica Nossa Senhora da Conceição**: funções de uma banda de música no agreste sergipano no período entre 1898 e 1915. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia como exigência parcial à obtenção do título de Mestre. Salvador, BA, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9164>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. **O Collégio de Educandos Artífices – 1865-1874: a infância desvalida da Parahyba do Norte**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, para a obtenção do grau de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica. João Pessoa/PB, 2008. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2008_mest_guaraciane_lima.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2014.

MALTA, Marina Oliveira. **O ensino profissionalizante em Sergipe: contribuição do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1944)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. São Cristóvão, SE, 2010. Disponível em: <http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=258>. Acesso em: 14 mar. 2014.

MARTINS, Ana Luiza Rios. **Entre o piano e o violão: a modinha e a cultura popular em Fortaleza (1888-1920)**. Dissertação de Mestrado Acadêmico em História – Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza: 2012. Disponível em: <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/303O%20sem%20anexos_.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim**. De recolhido a assalariado. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, para a obtenção do grau de Mestre em História. Salvador, 1996. Disponível: <<http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2014/07/Casa-Pia-Colegio-final.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MILFONT, Magna Lícia Barros; IANNICELLI, Ana Carolina Puttini; MONTEIRO, Circe Maria Gama. **As práticas culturais da vida noturna no bairro de Boa Viagem, cidade do Recife: urbanidade e percursos, 1970–1990**. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 15, 2013. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=as+pr%C3%A1ticas+culturais+da+vida+noturna+no+bairro+de+Boa+Viagem>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MOHANA, João. **A grande música do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Ed SECMA, 1995.

MOREIRA, Cristina Alves; LIMA, Fernanda Moreira; SILVA, Priscilla Nicácio. **A difícil tarefa de acadêmicos de curso noturno em conciliar trabalho e estudo**. Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar (2011) nº.6 p. 51 – 56. Disponível em: <<http://www.univar.edu.br/revista/downloads/adificil-tarefa-dos-academicos.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

MOREIRA, Marcos dos Santos. **Senhora da Conceição, do Estado de Sergipe**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2007a. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9134/1/Dissertacao%2520Marcos%2520dos%2520Santos%2520Moreira%2520seg.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. A educação musical no Conservatório de Música do Estado de Sergipe: abordagem sócio-política, histórica e metodológica do projeto pedagógico de ensino. In: **ETD – Educação Temática Digital**, v. 8, nº. 2, p. 45-52, jun.2007b – ISSN: 1676-2592. Disponível em:

<<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/1760>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MOURA, Rosilda Germano da Silva. **Colégio de Educandos Artífices**: as matrizes do ensino profissional no império em alagoas (1854-1861). Disponível em:

http://fedathi.multimeios.ufc.br/chec/artigos/Rosilda%20artigo%20Ceara_51bd2bac219e4.doc. Acesso em 14 mar. 2014.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral; BARROS, Gabriel Navarro. Crias do abandono, filhos da ordem. Assistência, poder e resistência no Colégio dos Órfãos de Pernambuco. (1835 a 1875) In: **Clio – Revista de Pesquisa Histórica** (ISSN 0102-9487), nº. 28.1 (2010). Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/110>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

PERRONE, Maria da Conceição Costa; CRUZ, Selma Boulhosa Alban. **A música em Salvador**: um breve percurso histórico (dos jesuítas até 1897). In: Instituto de Música: um século de tradição musical na Bahia. Salvador: Grafufba, 1997. Disponível em:

<<http://www.manuka.com.br/artigos/perrone/perrone1.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

PROJETO Pedagógico de Curso Técnico em Instrumento Musical – Ensino Subsequente. UFAL, 2013. Universidade Federal de Alagoas/Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Escola Técnica de Artes. Disponível em: <<http://www.etaufal.com/p/instrumento-musical.html>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

PROJETO Político Pedagógico do Curso de Música Licenciatura Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes. Maceió, 2006. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/ichca/v2/graduacao/musica/projetos-pedagogicos/PP_Licenciatura_FINAL_2_.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

PROJETO Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Música. Universidade Federal do Piauí.. Teresina, UFPI, 2011. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/cc/arquivos/files/musica_cmpp.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

RIBEIRO, Paulo Roberto Rios. A resistência da comunidade escolar à implantação do tele-ensino no Maranhão. In: **Seminário Internacional de Educação**: Políticas e teorias, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.uninove.br/PublishingImages/Mestrados%20e%20Doutorados/edu/I%20seminario/MPE%2011.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

RIZZINI, Irma. **Domesticar e Civilizar**: crianças indígenas e o ensino de ofícios no Norte do Brasil Imperial. II Congresso Brasileiro de História da Educação. 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0654.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

RODRIGUES, Andréa Lúcia dos Santos Ferreira. **O Curso Básico Infantil de Piano da Escola de Música do Estado do Maranhão**. 2011. TCC (Graduação em Licenciatura em Música) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2011.

SALOMÃO, Kathia. **O violoncelo na música de compositores oitocentistas no Maranhão:** obras selecionadas e sua possível utilização no ensino de violoncelo da Escola de Música do Estado do Maranhão. Monografia de Especialização em Música – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008.

SANTOS, Elias Souza dos. **Educação musical escolar em Sergipe:** uma análise das práticas da disciplina canto orfeônico na Escola Normal de Aracaju (1934-1971). Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) para obtenção do título de Mestre em Educação. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29112012-104629/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. **Uma análise da história do Conservatório de Música de Sergipe, do seu método de ensino e da evasão.** 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/259.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014. SECRETARIA de Estado da Cultura, Escola de Música do Estado do Maranhão. Relatório de Atividades de 2003. São Luís, 2003, 85 p.

_____. Relatório de Atividades de 2004. São Luís, 2004, 83 p.

_____. Relatório de Atividades de 2005. São Luís, 2005, 60 p.

_____. Relatório de Atividades de 2006. São Luís, 2006, 113 p.

_____. Relatório de Atividades de 2007. São Luís, 2007, 5 p.

_____. Relatório de Atividades de 2010. São Luís, 2010, 30 p.

_____. Relatório de Atividades de 2013. São Luís, 2013, 53 p.

SILVA, Aldo José Moraes. Educação musical como projeto: 50 anos do seminário de música de Feira de Santana. In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 15 (jul. – dez. 2013), Feira de Santana – Bahia (Brasil), dez./2013. p. 48-76. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

SILVA, Enaura Quixabeira Rosa; BONFIM, Edilma Acioli (org). **Dicionário Mulheres de Alagoas** – ontem e hoje. Maceió: EDUFAL, 2007. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=fnwF5urxEQC&q=>>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

SILVA, José Amaro Santos da. **Música e ópera no Santa Isabel:** subsídios para a história e ensino da música na Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006a. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8573153210>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

SILVA, Luceni Caetano da. **Gazzi de Sá compondo o prelúdio da educação musical da Paraíba:** uma história musical da Paraíba nas décadas de 30 a 50. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2006b.

SILVA, Maria Goretti Herculano; SILVA, Marco Antonio; ALBUQUERQUE, Luiz Botelho. Educação e Música: desvelando o campo pedagógico-musical da UFC. **Opus**, Goiânia, v. 14, nº. 2, p. 134-152, dez.2008.

<<https://www.google.com.br/#q=educa%C3%A7%C3%A3o+e+m%C3%BAica:+desvelando+o+campo+>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

SILVA, Paula Figueirêdo da. **Uma história do piano em São Luís do Maranhão.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 2013.

SILVA, Robson de Oliveira. **Uma instituição escolar católica em Alagoa Grande:** as Irmãs Doroteias e o Colégio Nossa Senhora do Rosário (1917-1919). 2014. TCC (Licenciatura plena em História) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2014. Disponível em:

<<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3143?show=full>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

SILVA, Saulo Gama. **A música dos pianistas de Salvador:** sete compositores e suas práticas musicais. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008. Disponível em:

<http://www.pianistasdesalvador.com.br/arq_saulo/musica_salvador.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista elaborada para abordagem do corpo docente da EMEM.

Nome: _____

Tempo de trabalho na EMEM (ano de ingresso): _____

Área de atuação: _____

Formação: _____

* * * * *

Perguntas:

1. Como você vê a relação dos Cursos Técnicos da EMEM com os espaços de atuação profissional em música para os alunos egressos, em São Luís?
2. Como você avalia o atual corpo docente da EMEM?
3. Em sua opinião, quais são os fatores que mais afetam o funcionamento da EMEM?
4. Em relação ao primeiro currículo da EMEM, quais são as principais mudanças trazidas pela nova proposta curricular?

APÊNDICE B – Entrevista elaborada para abordagem do gestor e ex-gestor da EMEM.

Nome: _____

Tempo de trabalho na EMEM (ano de ingresso): _____

Formação: _____

Período da (s) Gestão (ões): _____

* * * * *

Perguntas:

1. Em suas gestões, quais foram os principais problemas enfrentados pela EMEM e quais foram as maiores conquistas obtidas?
2. Como o Sr vê a relação entre a proposta curricular da EMEM e o contexto cultural de São Luís?
3. Atualmente, quais são os maiores desafios que EMEM enfrenta para atingir o objetivo de oferecer uma formação musical mais ampla e de qualidade?

APÊNDICE C – Entrevista elaborada para abordagem do corpo técnico-administrativo da EMEM.

Nome: _____

Tempo de trabalho na EMEM (ano de ingresso): _____

Função: _____

* * * * *

Perguntas:

1. Como você avalia o quadro administrativo da EMEM hoje, em relação aos aspectos qualitativo e quantitativo?
2. No setor administrativo, o que a sra considera como principais problemas no funcionamento da EMEM?
3. Quais soluções a sra proporia para os problemas citados?

APÊNDICE D – Questionário elaborado para abordagem do corpo discente da EMEM

1) Sua idade:

(☐) Até 15 anos (☐) De 16 a 20 anos (☐) De 21 a 30 anos (☐) Acima de 30 anos

2) Sexo: (☐) Masculino (☐) Feminino

3) Estado civil: (☐) Solteiro(a) (☐) Casado(a) (☐) Outro

4) Sua escolaridade:

(☐) Ensino Fundamental completo (☐) Ensino Médio incompleto
(☐) Ensino Médio completo (☐) 3º Grau incompleto (☐) 3º Grau completo

5) Suas atividades:

(☐) Apenas estudo
(☐) Estudo e trabalho. Profissão: _____

6) Como foi o seu primeiro contato com a música?

(☐) Na família (☐) Na escola (☐) Na Igreja (☐) Aulas particulares (☐) Curso de música livre
(☐) Outro. Qual: _____

7) Você trabalha com música? (☐) SIM (☐) NÃO

8) Você estuda canto? (☐) SIM (☐) NÃO

9) Que instrumento(s) você toca? _____

10) O instrumento em que você estuda é:

(☐) Próprio
(☐) Emprestado de um familiar ou amigo
(☐) Pertence a uma igreja
(☐) Pertence a uma instituição pública ou privada. Qual? _____

11) Outras pessoas estudam ou trabalham com música na sua família? (☐) SIM (☐) NÃO

12) Você mora em São Luís? (☐) SIM (☐) NÃO Bairro: _____

13) Como soube da existência de uma Escola de Música em São Luís?

() Jornais () Televisão () Amigos () Família

() Outro meio. Qual? _____

14) Em que ano você ingressou na Escola de Música do Estado do Maranhão (EMEM)?

() 2013 () 2014 () Outro. Qual? _____

15) Qual o curso que você faz na EMEM? _____

16) Você conhece o currículo do seu curso? () SIM () NÃO

17) O curso de música é o que você esperava? () SIM () NÃO

18) Como você avalia o ensino de música na EMEM?

() Muito bom () Bom () Razoável () Ruim

19) O quê você **mais gosta** de estudar no seu curso? (pode marcar mais de uma opção)

() Teoria Musical, Ritmo e Solfejo

() Instrumento

() Canto Coral

() História da Música

() Outra disciplina. Qual? _____

20) O quê você **menos gosta** de estudar no seu curso? (pode marcar mais de uma opção)

() Teoria Musical, Ritmo e Solfejo

() Instrumento

() Canto Coral

() História da Música

() Outra disciplina. Qual? _____

21) Você pretende concluir o curso de música na EMEM?

() SIM () NÃO () Não tem certeza

22) Quais competências musicais você espera desenvolver durante seu curso? (pode marcar mais de uma opção)

() Boa prática instrumental () Boa leitura de partituras

() Bom solfejo () Segurança rítmica

() Outras. Quais? _____

23) Em sua experiência como aluno até agora, cite 3 principais pontos positivos do ensino de música na EMEM?

1. _____
2. _____
3. _____

24) Em sua experiência como aluno até agora, cite 3 principais problemas que afetam o ensino de música na EMEM?

1. _____
2. _____
3. _____

25) Você conhece alguém que se formou na EMEM?

() SIM () NÃO

26) Você pretende ingressar num curso superior de música (UFMA, UEMA ou outro)?

() SIM () NÃO () Ainda não decidiu () Já estou cursando

ANEXOS

ANEXO A – Diário Oficial do Estado do Maranhão de 17 de Julho de 1992. Nomeação de aprovados para o cargo de PROFESSOR DE MÚSICA.

12 SEXTA-FEIRA
17 - JUL - 1992

EXECUTIVO

ESTADO DO MARANHÃO
DIÁRIO OFICIAL

Continuação

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear, nos termos do Artigo 70, inciso II, da Lei Delegada nº 36/69, o(s) candidato(s) constante(s) da relação abaixo, para exercer o cargo de **ILUMINADOR**, do Quadro de Cargos Estatutários do Poder Executivo, com lotação na Secretaria de Estado da Cultura, no município de São Luís, tendo em vista a aprovação do(s) mesmo(s) no concurso público regido pelo Edital nº 001/92 - CCC/SEARHP.

Inscrição Nome	Documento	Classificação
000774C CAIO MARCIO GERVASIO E SILVA	0036940204	1
000776D JOAO SOUSA	0006642357	2
000775E CLEOMILSON PROTASIO DE SOUZA	0001302507	3
000770X JOSE HENRIQUE LIMA SILVA	0001124450	4

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 30 DE JUNHO DE 1992, 1719 DA INDEPENDÊNCIA E 1042 DA REPÚBLICA.

EDISON LOBÃO
Governador do Estado do Maranhão
LUCIANO FERNANDES MOREIRA
Secretário de Estado da Administração,
Recursos Humanos e Previdência

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear, nos termos do Artigo 70, inciso II, da Lei Delegada nº 36/69, o(s) candidato(s) constante(s) da relação abaixo, para exercer o cargo de **MONITOR AUXILIAR DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS**, Referência B do Quadro de Cargos Estatutários do Poder Executivo, com lotação na Secretaria de Estado da Cultura, no município de São Luís, tendo em vista a aprovação do(s) mesmo(s) no concurso público regido pelo Edital nº 001/92 - CCC/SEARHP.

Inscrição Nome	Documento	Classificação
000037A TATIANA DE MORAIS LACERDA	0000705010	1
000032B BELMA LUCIA PINTO CARVALHO	0042452367	2

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 15 DE JULHO DE 1992, 1719 DA INDEPENDÊNCIA E 1042 DA REPÚBLICA.

EDISON LOBÃO
Governador do Estado do Maranhão
LUCIANO FERNANDES MOREIRA
Secretário de Estado da Administração,
Recursos Humanos e Previdência

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear, nos termos do Artigo 70, inciso II, da Lei Delegada nº 36/69, o(s) candidato(s) constante(s) da relação abaixo, para exercer o cargo de **MUSEÓLOGO**, do Quadro de Cargos Estatutários do Poder Executivo, com lotação na Secretaria de Estado da Cultura, no município de São Luís, tendo em vista a aprovação do(s) mesmo(s) no concurso público regido pelo Edital nº 001/92 - CCC/SEARHP.

Inscrição Nome	Documento	Classificação
000171F ELIANE LILY VIEIRA VINAGRE	0001561941	1

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 30 DE JUNHO DE 1992, 1719 DA INDEPENDÊNCIA E 1042 DA REPÚBLICA.

EDISON LOBÃO
Governador do Estado do Maranhão
LUCIANO FERNANDES MOREIRA
Secretário de Estado da Administração,
Recursos Humanos e Previdência

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear, nos termos do Artigo 70, inciso II, da Lei Delegada nº 36/69, o(s) candidato(s) constante(s) da relação abaixo, para exercer o cargo de **OFICIAL DE MANUTENÇÃO**, do Quadro de Cargos Estatutários do Poder Executivo, com lotação na Secretaria de Estado da Cultura, no município de São Luís, tendo em vista a aprovação do(s) mesmo(s) no concurso público regido pelo Edital nº 001/92 - CCC/SEARHP.

Inscrição Nome	Documento	Classificação
003244X JOAO FRANCISCO COELHO	0000069042	1
003259B RUBEN MANOEL AMARAL ARAUJO	0000750433	1
003239G ITELMA FERREIRA RODRIGUES	0001107219	2
003240C JACI DA SILVA FARIAS	0002064015	3
003238E HERBETE MEDEIROS VIEIRA	0001015050	5
003240I SERVALDO NOBRE DE MATOS	0001340104	6
0032450 JOSE DE RIBAMAR SILVA DE MELO	0001064052	7

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 30 DE JUNHO DE 1992, 1719 DA INDEPENDÊNCIA E 1042 DA REPÚBLICA.

EDISON LOBÃO
Governador do Estado do Maranhão
LUCIANO FERNANDES MOREIRA
Secretário de Estado da Administração,
Recursos Humanos e Previdência

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear, nos termos do Artigo 70, inciso II, da Lei Delegada nº 36/69, o(s) candidato(s) constante(s) da relação abaixo, para exercer o cargo de **OPERADOR DE RECURSOS AUDIOVISUAIS**, do Quadro de Cargos Estatutários do Poder Executivo, com lotação na Secretaria de Estado da Cultura, no município de São Luís, tendo em vista a aprovação do(s) mesmo(s) no concurso público regido pelo Edital nº 001/92 - CCC/SEARHP.

Inscrição Nome	Documento	Classificação
001074B SEDIVANI DA SILVA GUTERRES	0000070206	1
001077H JOSE RIBAMAR VELOZO ARAUJO	0001199629	2

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 30 DE JUNHO DE 1992, 1719 DA INDEPENDÊNCIA E 1042 DA REPÚBLICA.

EDISON LOBÃO
Governador do Estado do Maranhão
LUCIANO FERNANDES MOREIRA
Secretário de Estado da Administração,
Recursos Humanos e Previdência

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear, nos termos do Artigo 70, inciso II, da Lei Delegada nº 36/69, o(s) candidato(s) constante(s) da relação abaixo, para exercer o cargo de **PROFESSOR DE MÚSICA**, da relação Cargos Estatutários do Poder Executivo, com lotação na Secretaria de Estado da Cultura, no município de São Luís, tendo em vista a aprovação do(s) mesmo(s) no concurso público regido pelo Edital nº 001/92 - CCC/SEARHP.

Inscrição Nome	Documento	Classificação
000466C ANA NEIZA ARAUJO FERREIRA	0009721124	1
000468D CELSO SOUSA PIRES LEAL	0000477430	2
000477H MARIA ZELIA NATIAS SANTOS	0000032262	2
000478E DIONÉSES FERCIANO TORRES	0001026066	4
000479A PAULO OLIVEIRA DOS SANTOS FILHO	0001412140	5
000469I CÍLIO DE CASTRO	0000424754	6
000481J RAIMUNDO MONATO PRIVADO	0000783649	7
000475D MARIA LUIZA PADILHA LEITE	0001105000	8

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 30 DE JUNHO DE 1992, 1719 DA INDEPENDÊNCIA E 1042 DA REPÚBLICA.

EDISON LOBÃO
Governador do Estado do Maranhão
LUCIANO FERNANDES MOREIRA
Secretário de Estado da Administração,
Recursos Humanos e Previdência

ANEXO B (folha 1) – Diário Oficial do Estado do Maranhão de 07 de Março de 2002.
Resultado do concurso público para os cargos de PROFESSOR DE MÚSICA e PROFESSOR DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS.

48 QUINTA-FEIRA, 07-MARÇO-2002		D.O. PODER EXECUTIVO	
006459c	GUSTAVO BALUZ BEZERRA DE FARIAS	0000000000748103	106
006421k	CARLOS ALBERTO COSTA FONSECA	0000000000387235	107
006523h	RONALDO BERTOLDO DOURADO	0000000001400842	108
006501i	MARIA DOMINGAS OLIVEIRA SILVA	0000000772951977	109
006487h	LUCYENE SA MENDES	0000000000831455	110
006519f	RITA DE CASSIA NEVES DE ARAUJO	0000000201546949	111
006502k	MARIA JORAY CARDOSO DE ARAUJO	0000000000165896	112
006500g	MARIA DE FATIMA COSTA TEIXEIRA	0000000000093167	113
006442h	ELIZANGELA ALVES LIMA	00000008094193-1	114
006419b	BIANCA OLIVEIRA SILVA TARGINO	0000000058193936	115
006548b	WILLIAM RIBEIRO SILVA	0000000326242945	116
006409j	ANDREA PRAZERES MOREIRA DE LIMA	0000000001202306	117
006546i	WANIA MARIA SANTOS BARBOSA	0000000000465054	118
006424f	CINTYA CRISTINA F MARQUES PINTO	00000076519097-4	119
006543c	VIVIAN SILVEIRA DE LEMOS	0000000108182932	120
006514g	PEDRO PALO CAMPOS NETO	0000177225920016	121
006484b	LEOPOLDO ANTONIO VELOSO COARACY	0000000035565934	122
006460j	GYSLENE MARIA C S DE ALMEIDA	0000000001598863	123
006439h	EDIVALDO LEITE DE VASCONCELOS	0000000000714998	124
006420i	CANDIDO FLAVIO LEMOS FERNANDES	0000000000758983	125
006535d	TATIANE SANTOS BANDEIRA LIMA	0000000117021938	126
006458a	GRAZIELA JANINE FURTADO DE SOUSA	0000000390290955	127
006437d	EDILSON SOUSA COSTA	0000000000997501	128
006540h	VALERIA CRISTINA ABREU FERREIRA	0000000248867946	129
006506h	MASIO AKYLYS QUARESMA DE ARAUJO	0000000001691758	130
006517b	REGINARDO SOARES DA SILVA JUNIOR	0000000000825626	131
006466k	IVANILDE DE FATIMA JANSEN	0000000000332012	132
023143f	EDEILTON MOREIRA SILVA	0000000000522651	133
133 Candidato(s) nesta opção			
PORTARIA Nº 005 DE 06 DE MARÇO DE 2002. O GERENTE DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO, PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL DE CONCURSO, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 18.052, de 27 de junho de 2001, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º - Tornar público, o resultado final do Concurso Público, de que tratam os Editais nºs 001/2001 e 004/2001, para os cargos de Auxiliar Metrológico, Ref. 1 e Assistente Social, Classe 1 Ref. 1, respectivamente de acordo com a relação dos candidatos Portadores de Deficiência, aprovados por ordem de classificação, constantes do anexo desta Portaria. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. GERÊNCIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO, EM SÃO LUÍS, 06 DE MARÇO DE 2002. LUCIANO FERNANDES MOREIRA-Gerente de Estado de Administração e Modernização, Presidente da Comissão Central de Concurso.			
ANEXO DA PORTARIA Nº 005 DE 06 DE MARÇO DE 2002			
DEFICIENTES HABILITADOS EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO (APÓS PROVA OBJETIVA)			
Cargo: W21 - AUXILIAR METROLÓGICO			
NÚMERO	NOME	DOCUMENTO	PONTOS CLASS
010462a	EDIVANDRO MORAIS COUTINHO	0000191607420018	84.7 225
1 Candidato(s) nesta opção			
Cidade de Nomeação: 001 - São Luís			
Cargo: L11 - ASSISTENTE SOCIAL			
NÚMERO	NOME	DOCUMENTO	PONTOS CLASS
001356a	MARYSILVIA MOURAO DE SOUSA	0000000000383945	152.9 199
1 Candidato(s) nesta opção			
PORTARIA Nº 006 DE 07 DE MARÇO DE 2002. O GERENTE DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO, PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL DE CONCURSO, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 18.052, de 27 de junho de 2001, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º - Tornar público, o resultado final do Concurso Público, de que trata o Edital nº 001/2001, para os cargos de PROFESSOR DE MÚSICA e PROFESSOR DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS, de acordo com a relação dos candidatos, aprovados por ordem de classificação, constantes do anexo desta Portaria. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. GERÊNCIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO, EM SÃO LUÍS, 07 DE MARÇO DE 2002. LUCIANO FERNANDES MOREIRA-Gerente de Estado de Administração e Modernização, Presidente da Comissão Central de Concurso.			

ANEXO B - (folha 2) - Diário Oficial do Estado do Maranhão de 07 de Março de 2002.
Resultado do concurso público para os cargos de PROFESSOR DE MÚSICA e PROFESSOR
DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

D.O. PODER EXECUTIVO

QUINTA-FEIRA, 07-MARÇO-2002

49

ANEXO DA PORTARIA N° 006 DE 07 DE MARÇO DE 2002
 GERÊNCIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
 GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - JAN/2002
 DATA DE EMISSÃO: 5/3/2002

HABILITADOS EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO (APÓS 2ª E 3ª ETAPAS)

Cidade de Nomeação: 001 - São Luís

Cargo: Q22 - PROFESSOR DE MÚSICA

NÚMERO	NOME	DOCUMENTO	CLASS
011408k	DANIEL MORAES CAVALCANTE	0000000657500968	1
011425k	JAYR TORRES E SILVA	00000000000073206	2
011415h	ENDRO FADELL NASCIMENTO MACHADO	0000000829805974	3
011421c	HELEN REGINA BENEVENUTO S SILVA	0000000000851742	4
011399c	ANTONIO CHARLES DE MELO PEQUENO	0000154311220007	5
011398a	ANDREA L DOS SANTOS FERREIRA	0000000005037772	6
011445f	ROGERIO RAMOS FIGUEIREDO	0000000143519688	7
011402j	ANTONIO LISBOA DA SILVA	0000000547017960	8
011403a	ANTONIO VIDAL DE OLIVEIRA NETO	0000000659480964	9
011410i	DOMINGOS NELIO FERREIRA SOARES	0000000001670451	10
011432h	KATHIA SALOMAO	0000003014356228	11
011446h	ROGERIO RIBEIRO DAS C LEITAO	0000000732932971	12
011448a	THALES MARCIO VALE GOMES	00000041858395-1	13
011439k	MAURO SERGIO MARINHO SILVA	0000000001684291	14
011401h	ANTONIO ELIAS SILVA NETO	0000000256224943	15
011414f	EMILSON PIRES DOS SANTOS	0000174133320010	15
011429h	JOAQUIM ANTONIO DOS SANTOS NETO	0000000000109341	17
011437g	MANOEL DA CONCEICAO SANTOS MOTA	0000000000668299	18
011433j	LENI COTRIM NAGY	0000000000035788	19
011443b	RAIMUNDO NONATO SOEIRO OLIVEIRA	00000000707609976	20
011428f	JOAO JOSE SOEIRO PEREIRA	0000000001476610	21
011431f	JOSE ROBERTO FROES DA COSTA	0000000289990947	22
011442k	RAIMUNDO NONATO PRIVADO	0000000095675930	23
011422e	JAIRO MORAES PEREIRA	0000000499181964	24
011400f	ANTONIO DE JESUS O SILVA FILHO	0000000159505933	25
011423g	JAMILSON DENYS RIBEIRO MENDES	0000000454790953	26
011411k	DONALDO RODRIGUES VERAS	0000000001434923	27
011397j	ADRIANA SORAYA CARVALHO SANTOS	0000000793288975	28
011447j	RUTH ANA OLIVEIRA LAGES	0000000000575197	29
011427d	JOAO JOSE CRUZ PEREIRA	0000000092475930	30
011413d	ELINE DA CUNHA SILVA	0000000554040964	31
011407i	CILEDA MARIA DA LUZ CANTANHEDE	0000000186105940	32
011444d	RENILDO CARNEIRO SANTOS	0000000477767958	33
011434a	LIVINA MARTINS BOOTHAO	0000000001377837	34
011412b	ELIAS BUONO DE MORAES	0000000551011963	35
011404c	AUGUSTO NASCIMENTO AGUIAR	0000000014334925	36

36 Candidato(s) nesta opção

Cidade de Nomeação: 001 - São Luís

Cargo: U19 - PROF DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

NÚMERO	NOME	DOCUMENTO	CLASS
011395f	LEON GUEDES CORREIA NETO	0000000002669731	1
011389k	ANA NEUZA ARAUJO FERREIRA	0000000000931124	2
011393b	JOEZER DE SOUZA MENDONCA	0000177393320012	3
011392k	JOAO PEDRO DA SILVA BORGES	0000000000069743	4
011390g	CARLOS MAGNO ALMEIDA BERREDO	0000000489220959	5
011394d	JOSE REGINALDO DOS SANTOS	0000000001618633	6

6 Candidato(s) nesta opção